

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

OCUPAR É APRENDER: SOBRE AS NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIA EM
OCUPAÇÕES DE ESCOLAS NO DISTRITO FEDERAL

Autor: Salles Dimitri Melo Oliveira

Brasília, 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

OCUPAR É APRENDER: SOBRE AS NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIA EM
OCUPAÇÕES DE ESCOLAS NO DISTRITO FEDERAL

Autor: Salles Dimitri Melo Oliveira

Dissertação apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de Brasília
como requisito parcial à obtenção do título
de Mestre em Sociologia.

Brasília, 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

OCUPAR É APRENDER: SOBRE AS NARRATIVAS DE EXPERIÊNCIA EM
OCUPAÇÕES DE ESCOLAS NO DISTRITO FEDERAL

Autor: Salles Dimitri Melo Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Carvalho Rosa (UnB)

Banca: Prof^ª Dr^ª Camila Penna de Castro (UFRGS)
Prof^ª Dr^ª Priscila Delgado de Carvalho (UFMG)
Prof. Dr. Stefan Fornos Klein (UnB) – Suplente

Ao Valentim

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para que eu chegasse a este ponto, direta ou indiretamente. Meu mais profundo sentimento de gratidão a todas e todos.

Agradeço ao apoio da minha família, por todos os ensinamentos ao longo da vida. Agradeço à minha mãe, Goretti, por todo o apoio e exemplo de dedicação. Às minhas irmãs Tamyrys e Thaís, pela amizade e carinho.

Aos amigos, mesmo aqueles que estão distantes, pelas conversas e momentos de descontração. Aos colegas de curso, pela oportunidade de aprender em conjunto, em sala e fora dela.

Aos funcionários do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia, pelo apoio durante o desenvolvimento do curso.

Especial agradecimento ao professor Marcelo Rosa, pela disponibilidade e pela compreensão desde o início da orientação deste trabalho. Sua postura lúcida e crítica na área acadêmica é um exemplo que tomo a ser seguido.

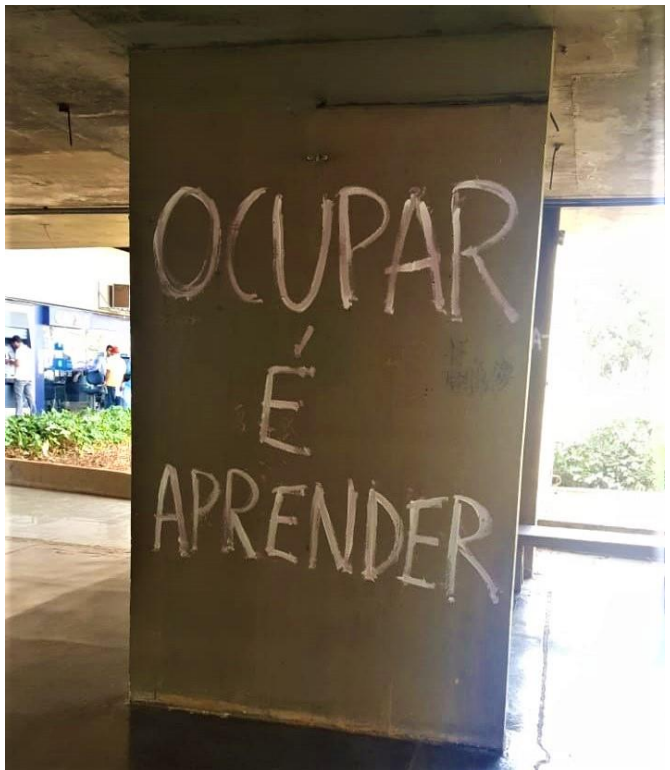
Agradeço também às professoras Camila Penna de Castro e Priscila Delgado de Carvalho, por aceitarem fazer parte da banca de defesa desta dissertação, e à professora Angela Alonso pelos comentários durante a banca de qualificação.

Aos entrevistados durante a pesquisa, pela disponibilidade e atenção.

Ao meu filho Valentim, que nasceu pouco antes da minha aprovação no processo seletivo para ingresso no mestrado, que me inspira a ser uma pessoa melhor.

E à minha companheira de vida, Raíssa. Aquela que estava ao meu lado no começo de tudo, e principalmente nos difíceis últimos momentos. Esta dissertação é metade sua. Se sou o que sou hoje, é por tudo o que somos, juntos.

Obrigado.



RESUMO

A Primavera Secundarista, conjunto de protestos e mobilizações ocorridos entre os anos de 2015 e 2016 e protagonizados por estudantes secundaristas, foi um fenômeno particular no conjunto das ações coletivas contemporâneas no Brasil. A forma de ação principal, a ocupação de escolas, aconteceu em mais de mil instituições de ensino por todo o país, especialmente no segundo semestre de 2016. Neste período, as principais pautas de reivindicação dos estudantes foram a oposição às medidas anunciadas pelo Governo Federal, a saber, a Reforma do Ensino Médio e a Proposta de Emenda Constitucional que estabelecia um limite das despesas públicas por vinte anos, afetando, entre outras áreas, o ensino básico público por todo o país. Esta dissertação tem como objetivo construir uma reflexão sobre a ocorrência das ocupações no Distrito Federal, a partir da análise de narrativas de participantes das ações de ocupação. Utilizando uma metodologia de base interpretativista, são colocadas como centrais as experiências relatadas pelos sujeitos entrevistados, de modo a compreender quais os sentidos atribuídos às ocupações pelos estudantes, e como as narrativas destes podem contribuir para a construção de conhecimentos sobre ação coletiva e movimentos sociais. São discutidas, em um primeiro momento, algumas categorias importantes para os estudos de movimentos sociais, e em seguida, algumas definições e ocorrências da utilização de ocupações. Feito isto, são apresentadas narrativas de experiência, de modo a construir uma aproximação das vivências dos participantes das ocupações. São apontados argumentos acerca da utilização do repertório de ocupações, pensadas a partir de uma dimensão de aprendizado de práticas e experiências de participação em protestos e ações coletivas. Por fim, apresenta-se o argumento da valorização da experiência para o estudo dos movimentos sociais de maneira geral.

Palavras-chave: Experiência; Movimentos sociais; Ocupações estudantis; Primavera Secundarista.

ABSTRACT

The Secondary Spring, a series of protests and mobilizations that occurred between 2015 and 2016 and carried out by secondary students, was a particular phenomenon in the group of contemporary collective actions in Brazil. The main form of action, school occupations, took place in more than a thousand educational institutions throughout the country, especially in the second half of 2016. During this period, the main patterns of student demand were opposition to the measures announced by the Federal Government, namely the Reform of Secondary Education and the Proposal for Constitutional Amendment that established a limit of public expenditure for twenty years, affecting, among other areas, public basic education throughout the country. This dissertation aims to build a reflection on the occurrence of occupations in the Federal District, based on the analysis of narratives of participants of occupational actions. Using an interpretative basis methodology, the experiences reported by the interviewed subjects are centered in order to understand the meanings attributed to the students' occupations, and how their narratives can contribute to the construction of knowledge about collective action and social movements. Some important categories for the studies of social movements are discussed, and then some definitions and occurrences of the use of occupations. After this, narratives of experience are presented, in order to build an approximation of the experiences of the participants of the occupations. Arguments are made about the use of the repertoire of occupations, thought from a dimension of learning practices and experiences of participation in protests and collective actions. Finally, the argument for valuing experience for the study of social movements in general is presented.

Keywords: Experience; Social movements; Student occupations; Secondary Spring.

LISTA DE SIGLAS

CED 03	Centro Educacional 03 de Brazlândia
CEMAB	Centro de Ensino Médio Asa Branca
CEMSL	Centro de Ensino Médio Setor Leste
CEMSO	Centro de Ensino Médio Setor Oeste
CEMTN	Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte
DCA	Delegacia da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GISNO	Centro Educacional Gisno
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DAS OCUPAÇÕES	16
1.1 Problema de pesquisa.....	16
1.2 Metodologia e procedimentos de pesquisa	20
1.3 Categorias analíticas	24
1.3.1 Repertórios	25
1.3.2 <i>Frames</i>	26
1.3.3 Engajamento.....	28
1.3.4 Experiência.....	31
2. OCUPAÇÕES NA PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS	35
2.1 Ocupação: definição e ocorrências contemporâneas	35
2.2 Ocupações estudantis e a Primavera Secundarista.....	42
2.3 Breve contextualização das ocupações no Distrito Federal.....	51
3. NARRATIVAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NAS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS NO DISTRITO FEDERAL	54
3.1 Como as ocupações aconteceram.....	56
3.1.1 Primeiras ações.....	56
3.1.2 Organização.....	58
3.1.3 Conflitos e desocupação.....	60
3.2 Porque as pessoas se mobilizaram	62
3.2.1 Pautas e reivindicações das ocupações	62
3.2.2 Motivações e influências para participar.....	64
3.3 Como as pessoas entendem as ocupações.....	65
3.3.1 Resultados	65
3.3.2 Como as ocupações afetaram os estudantes.....	67
3.4 O que nos ensinam as narrativas	70
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
4.1 Algumas considerações sobre a questão da experiência.....	73
4.1.1 Repertório e experiência	75
4.1.2 <i>Frames</i> e experiência	77
4.1.3 Engajamento e experiência	79

4.2 Experiência e aprendizado na análise de ações coletivas	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
APÊNDICE A – Roteiro preliminar de entrevista	100
APÊNDICE B – Transcrições das entrevistas	103

INTRODUÇÃO

O título desta dissertação foi achado em uma parede. “Ocupar é aprender”, diz a pichação. Caminhando pela Universidade de Brasília, em algum dia do segundo semestre do ano de 2018, me deparei com a frase escrita no concreto do prédio do Instituto Central de Ciências. Quando havia sido escrita? No primeiro semestre daquele ano havia ocorrido uma ocupação do prédio da reitoria, durando aproximadamente duas semanas. Teriam sido estes ocupantes os autores da frase? Ou teriam sido os ocupantes que, no final de 2016, realizaram a maior ocupação já ocorrida na UnB?

A afirmação, categórica, de que ocupar é aprender, levanta diversas questões: quem aprende? O que se aprende em uma ocupação? Ou ainda: ocupar é, efetivamente, aprender? Em que medida experiências específicas em um contexto de ocupação podem contribuir para construir conhecimentos sobre esta forma de ação de movimentos sociais? Como interpretar esta frase, considerada a partir de uma impressão causada, talvez, anos após ter sido escrita? O ponto em questão é o seguinte: a pichação fez parte de um momento muito particular de mobilização, no qual interagiram, se manifestaram e aprenderam muitos sujeitos. Estes sujeitos, durante a ocupação, evidentemente se expressaram de diversas formas, a partir das suas intenções de discurso e ação, formando uma interpretação das ações nas quais se encontravam inseridos. A questão é que, não necessariamente é possível reconstruir as condições ou mesmo as intenções nas quais a frase foi escrita na parede, mas certamente ela não deixa de expressar elementos de uma experiência específica quanto à participação em uma ocupação.

A frase permaneceu como uma imagem que teve ressonância com muitas das preocupações de pesquisa que me afetavam na época, e serviu para a organização de algumas das questões trabalhadas ao longo desta dissertação. Este trabalho, gestado ao longo do curso de mestrado em Sociologia na Universidade de Brasília, palco dos acontecimentos referidos no parágrafo anterior, tem como foco de pesquisa as narrativas de participantes de ocupações de escolas ocorridas no Distrito Federal em 2016. Ainda que o título deste trabalho não tenha sido encontrado diretamente no processo desta pesquisa, este foi um elemento de inspiração

que coincidiu com muitas das questões pensadas na época, e que se refletiram no texto da forma como é apresentado agora.

Durante o período de ocorrência das ocupações, nos meses finais de 2016, me encontrava atuando como professor de Sociologia da rede pública do Distrito Federal, em uma escola na região administrativa de Ceilândia. As ações relacionadas ao ciclo de protestos conhecido como “Primavera Estudantil”, na escola em que trabalhava, foram pouquíssimas, quase inexistentes. Não existiam naquela escola grupos de estudantes, grêmios ou qualquer tipo de grupo que realizasse um trabalho organização ou de diálogo entre os estudantes. A única tentativa de criar algum espaço de discussão veio de estudantes de outra escola da região, mas não houve grande adesão.

No ano seguinte, já como estudante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pude desenvolver uma proposta de projeto que tinha como objetivos refletir sobre as experiências de participantes das ocupações de escolas, com a intenção de ter contato com os relatos destes estudantes, considerando-os como a principal fonte de conhecimentos da pesquisa. Assim, ao final do primeiro ano do curso de mestrado, pude ter contatos informais com alguns estudantes que haviam participado das ocupações, cerca de um ano após a ocorrência das mobilizações. Com isto, uma questão surgiu: como lidar com os relatos, considerando que havia passado este período de tempo e, obviamente, novas experiências podem ter trazido interpretações diferentes para os momentos da ocupação? Certamente, é possível que, se os ocupantes contassem as suas experiências logo após a participação nas mobilizações, os relatos e as interpretações poderiam ser diferentes, mas isto pertence ao campo das suposições. No que diz respeito a esta pesquisa, entendeu-se que as interpretações, subjetividades e experiências não poderiam ser separadas das narrativas dos sujeitos, e fazia sentido buscar estas falas, assim como refletir sobre os significados presentes nas mesmas.

Como afirma Polletta (2006), narrativas possuem riscos e benefícios; a opção por construir uma reflexão baseada nos relatos pode ser afetada pelas formas de construção das histórias, assim como por elementos como memória, com suas ênfases e omissões. Polletta (2006), no entanto, vê as narrativas como desafios: elas explicitam esquemas culturais e interpretações que sustentam práticas institucionais, possibilitando uma aproximação do que ela chamada de “microfundações da ação coletiva”. Esta foi a abordagem escolhida para o

desenvolvimento desta dissertação. Tal qual a pichação que dizia que “ocupar é aprender”, as narrativas foram colocadas como centrais para a reflexão a partir dos elementos que elas traziam, valorizando as ideias e interpretações sobre os acontecimentos feitas pelos sujeitos que compartilharam suas experiências.

A organização dos capítulos deste trabalho se deu de forma a construir uma narrativa sobre diversos elementos que servem para a discussão sobre as ocorrências de ocupações de escolas no Distrito Federal, inseridas em um contexto nacional de mobilizações que teve suas primeiras ações do tipo em 2015, em São Paulo. Assim, o trabalho encontra-se dividido em quatro partes. No primeiro capítulo, onde os autores e a literatura que embasaram esta dissertação serão propriamente apresentados, é colocado o problema de pesquisa e a metodologia interpretativista que embasou a construção das reflexões deste trabalho, assim como a definição das narrativas e a forma de acesso aos sujeitos por meio da abordagem “bola de neve”. São apresentadas também algumas categorias teóricas consideradas importantes para as discussões do trabalho, a saber: primeiramente o conceito repertório, especialmente a partir da definição deste em associação à ideia de performance (TILLY, 2008) e relacionada à dimensão do improviso. Em segundo lugar, o conceito de *frames*, invocado principalmente para discutir os elementos de argumentação, simbolismo e interpretação manifestada pelos sujeitos de uma ação coletiva (CEFAÏ, 1998). Em terceiro lugar, a noção de engajamento, como definido por Sawicki e Siméant (2011), mas pensando também na dimensão processual da participação dos indivíduos (FILLIEULE, 2001), influenciados por diversos aspectos no que diz respeito à sua ação de se engajar em um movimento. Por fim, defende-se que a reflexão sobre a noção de experiência, encarada a partir da dimensão de reflexividade dos indivíduos e discutida como uma dimensão prática de aprendizado (CEFAÏ, 2017), possa servir como um eixo de ligação entre estes elementos teóricos no estudo dos movimentos sociais.

O segundo capítulo apresenta a definição de ocupação (PALACIOS-VALLADARES, 2016), elencando também algumas das ocorrências recentes desta forma de ação. Destaca-se a ocorrência de ocupações de estudantes secundaristas ocorridas no Chile em 2006 (ZIBAS, 2008; AITKEN, 2014), e como estas podem ter influenciado nas ações ocorridas no Brasil (CAMPOS *et al*, 2016). Apresenta-se então o cenário do ciclo da Primavera Secundarista, sendo identificada a ocorrência de ocupações de escolas em

diversos estados do Brasil no ano de 2016. Por fim, é feita uma breve contextualização das ocupações ocorridas no Distrito Federal, no contexto deste ciclo de protestos de estudantes.

O terceiro capítulo traz as narrativas dos entrevistados, buscando traçar um diálogo entre as falas, de modo a identificar particularidades e similaridades entre as experiências relatadas. Foi feita uma divisão de modo a organizar os relatos: como as ocupações aconteceram, por que as pessoas se mobilizaram, e como as pessoas entendem as ocupações. Isto foi feito de modo a construir uma narrativa heterogênea, informada pelas experiências dos sujeitos em sua dimensão situada, sendo passíveis de sugerir novas formas de compreensão da ação dos movimentos de ocupação de escolas ocorrido no Distrito Federal.

O quarto capítulo busca desenvolver o argumento de valorização da experiência como forma de articular as categorias teóricas apontadas na revisão bibliográfica, utilizando elementos da análise das narrativas dos entrevistados, de modo a pensar nas possibilidades de construção de conhecimentos sobre os movimentos de ocupação a partir das reflexões dos próprios ocupantes. Nesse sentido, esta dissertação busca construir uma narrativa que apresenta as discussões sobre os movimentos contemporâneos de ocupação frente a uma abordagem que tenta uma aproximação com as experiências, com a intenção de dialogar com as produções existentes e também de apontar para questões pouco trabalhadas nos estudos de movimentos sociais no Brasil.

Espera-se que este trabalho possa servir, da mesma forma que a pichação que o nomeou, como instrumento de inspiração, reflexão e diálogo sobre as formas de ação coletiva adotadas pelos estudantes secundaristas brasileiros.

1. APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA O ESTUDO DAS OCUPAÇÕES

1.1 Problema de pesquisa

Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para o estudo de formas recentes de ação coletiva, como é o caso das ocupações de escolas ocorridas entre os anos de 2015 e 2016 em todo o Brasil. Neste sentido, o objeto da pesquisa pode ser definido como a investigação sobre *as formas de ação e produção de sentidos dos sujeitos envolvidos nas ocupações de escolas de 2016 no Distrito Federal*. Entende-se que estas mobilizações se caracterizaram como problemas públicos, constituindo campos de conflito e com interações entre diversos indivíduos, não apenas estudantes. Os sujeitos envolvidos na situação de controvérsia, seus discursos e os sentidos atribuídos à prática de ocupação serão alguns dos elementos a serem observados ao longo desta pesquisa.

O ano de 2016 foi palco de inúmeras manifestações em diversos lugares do Brasil, sendo que muitas tiveram como protagonistas estudantes secundaristas que se utilizaram de estratégias de ocupação de escolas e de construção coletiva de pautas e formas de ação. O Distrito Federal não esteve apartado de tais acontecimentos, sendo que ocorreram ocupações em escolas de várias regiões administrativas¹. As ocupações de escolas no Distrito Federal tiveram seu ápice no final do ano de 2016, quando diversas escolas de ensino médio da rede pública e Institutos Federais foram tomados por estudantes mobilizados em torno de diferentes pautas, sendo algumas delas comuns a quase todas as ocupações: a oposição à chamada “PEC do Teto” (a hoje nomeada Emenda Constitucional 95/2016)² e à Reforma do Ensino Médio³. Junto a estas, eram comuns reivindicações voltadas a questões de estrutura

¹ Regiões Administrativas (RA) fazem parte da organização do Distrito Federal, com vistas à descentralização administrativa. Atualmente existem 31 RAs. Fonte: <http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=0&txtAno=0&txtTipo=290&txtParte=>. Acesso em: 30 nov. 2018.

² A Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, determina a limitação do crescimento das despesas primárias dos órgãos constituintes da administração pública. Esta medida afeta a educação por desvincular a receita da área a um patamar mínimo para todos os entes da federação. Esta EC tramitou na Câmara dos Deputados como Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, e no Senado Federal como PEC 55/2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 30 nov. 2018.

³ A Reforma do Ensino Médio foi apresentado como Medida Provisória (MP) 746/2016, tendo força de lei logo após a publicação, e estabeleceu a mudança no currículo e estrutura do ensino médio, assim como mudanças

física das escolas e maior representatividade de espaços como os grêmios estudantis (TAVOLARI *et al*, 2018).

O fenômeno das ocupações de escolas por estudantes secundaristas é relativamente novo no cenário nacional. A bibliografia voltada à análise das ocupações de escolas ocorridas recentemente no Brasil ainda é pouco extensa, mas este é um tópico que manifesta um crescimento no número de trabalhos publicados ou apresentados em congressos da área de Ciências Sociais. Pesquisas sobre ocupações ocorridas em 2015 em Goiânia (TAVARES e VELOSO, 2015) e no estado de São Paulo (CORTI, CORROCHANO e SILVA, 2016), e em 2016 nos estados do Paraná e de São Paulo (DOMBROWSKI, MINUCELLI e SANTOS, 2017; MEDEIROS e JANUÁRIO, 2017), são alguns dos exemplos de esforços que tem se direcionado à tentativa de compreensão destas formas de mobilização. Neste sentido, este trabalho se apresenta como uma contribuição para o campo de estudos dos movimentos de ocupação realizados por estudantes secundaristas, que por sua vez dialogam com a reflexão sobre as formas de ação de movimentos sociais contemporâneos. Toma-se como foco da investigação a questão das ocupações ocorridas no Distrito Federal em 2016.

Importante ressaltar que, de maneira alguma, considera-se que o repertório de ocupações seria uma novidade do ponto de vista de estratégias adotadas por movimentos sociais no contexto brasileiro; o que deve ser destacado é que esta forma de ação tem sido apropriada recentemente por movimentos estudantis, ainda que faça parte, historicamente, das formas de mobilização de diversos outros movimentos sociais (BRINGEL, 2009). Outra particularidade, no contexto desta dissertação, seria a investigação sobre a utilização do repertório de ocupações por parte de movimentos de estudantes secundaristas, e não universitários, fator que é pouco explorado, em âmbito brasileiro, nos estudos sobre movimento estudantil, em particular, e sobre movimentos sociais de maneira mais ampla (TAVOLARI *et al*, 2018).

As ocupações, no caso abordado neste trabalho, se caracterizaram pela entrada de estudantes em escolas de ensino médio e controle do acesso e circulação, como vistas a gerar fatos políticos que visibilizassem as reivindicações dos ocupantes, especialmente contra as

no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Foi convertida na lei nº 13.415/2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm
Acesso em: 30 nov. 2018.

medidas anunciadas pelo governo federal em 2016 (REAL, 2017). Os estudantes organizaram atividades de discussão, oficinas, saraus e aulas públicas, com o objetivo tanto de manter a mobilização entre os próprios ocupantes quanto para conquistar apoio externo, e se organizaram a partir de um modelo de decisões que se esforçava por assegurar a horizontalidade. Como relata um dos estudantes entrevistados durante a pesquisa:

A gente tinha atividades como sarau, aulões ao longo da ocupação, (...)a gente limpou a escola sabe, tinha mato nascendo dentro da sala, a gente tava tipo limpando a escola e tals. (...) foi mais ou menos essa divisão que foi feita em assembleia também, tudo que a gente queria a gente falava em assembleia, tipo, eu não posso falar que “ah, tem fulano de tal ali na porta e ele quer entrar”, não, tinha que chamar pelo menos 10 pessoas, que era a galera da segurança e falar: olha, entra ou não entra? Sabia, porque tipo, não podia decidir as coisas por mim, era no coletivo, tudo que a gente decidia era no coletivo. (F, estudante do GISNO)

Por entender que as ocupações, enquanto forma de ação, foram apropriadas e desenvolvidas pelos ocupantes das escolas de maneira particular, adotando modelos de organização já existentes, mas também adaptando e transformando estes modelos, alguns conceitos de discussão teórica podem ser invocados para estabelecer as bases da discussão aqui proposta. Entende-se que a aproximação das experiências específicas relatadas pelos estudantes levante diversas questões que se relacionam com discussões teóricas e empíricas do campo de estudos sobre movimentos sociais, e sobre as ocupações estudantis recentes, em específico. Assim, considera-se necessário definir algumas categorias que devem auxiliar na pesquisa e compreensão dos movimentos de ocupação aqui apresentados. Neste sentido, será utilizada a categoria de repertório (TILLY, 2008), especialmente no que diz respeito à sua condição performática, interativa e construída nos próprios momentos de interação, de modo a ressaltar a dimensão relacional envolvida nos contextos de ação coletiva. As ocupações de escolas se constituem enquanto uma forma específica de ação que traz em si elementos que operam na formação de enquadramentos. Portanto, faz sentido situar a discussão sobre este tipo de ação coletiva frente à reflexão sobre a noção de *frame*, de forma a destacar os aspectos simbólicos, afetivos e ideológicos expressados pelos atores (CEFAÏ, 1998).

Para o delineamento desta pesquisa defende-se, em adição aos pontos já levantados, a importância de se considerar as ocupações enquanto momentos interativos, criativos e de constituição de saberes e visões de mundo, por meio das conexões estabelecidas nestes espaços. São dinâmicas por vezes fugazes, mas que podem ser encaradas, nos termos de Cefaï (2017), como arenas públicas, “campos de experiência coletiva” que operam na formação e no aprendizado de práticas e nas próprias ações tomadas em momentos de mobilização. É a isso que se referem as chamadas discussões sobre os “problemas públicos” (CHATEAURAYNAUD, 2012; CEFAÏ, 2017), com as quais este projeto buscará dialogar em alguma medida. A intenção é argumentar pela valorização da experiência para a tentativa de ampliação das formas de se entender os fenômenos de ação coletiva e movimentos sociais.

De fato, trata-se de uma questão de cunho eminentemente subjetivo. Por este motivo, uma pesquisa construída a partir de tal delimitação teórico-metodológica se caracteriza por uma reflexão de caráter aberto, no sentido de buscar inspiração em trabalhos que se guiam pela metodologia chamada interpretativista. Defende-se que tal abordagem é coerente para os termos do que se espera desenvolver neste trabalho, principalmente por conta das condições de acesso aos dados da pesquisa. Considerando as dimensões apontadas a partir da definição do objeto de pesquisa associado às ocupações ocorridas no Distrito Federal em 2016, apontam-se como problemas de pesquisa os seguintes:

- Quais são os discursos e sentidos sobre ocupações produzidos pelos sujeitos envolvidos na controvérsia em questão?
- Como as narrativas de experiência dos sujeitos que participaram das ocupações podem contribuir para a construção de conhecimentos acerca de movimentos sociais e ação coletiva?

Acredita-se que, com estas questões principais, será possível desenvolver um trabalho que se aproxime de uma compreensão aprofundada de dinâmicas recentes de ação coletiva em contexto brasileiro, assim como fornecer ferramentas de discussão que dialoguem com muitas contribuições recentes no campo de estudos de movimentos sociais, sejam elas do Brasil ou exterior. A seguir, passa-se a uma discussão de categorias teóricas e metodológicas consideradas importantes para a discussão aqui apresentada.

1.2 Metodologia e procedimentos de pesquisa

A metodologia adotada neste trabalho é caracterizada por uma abordagem interpretativista, no sentido de uma busca pela ênfase nos processos de construção dos conhecimentos acerca da realidade social observada. A noção de “interpretativo”, neste contexto, tem a ver menos com métodos de pesquisa em si, e mais com uma *metodologia*, no sentido de que o que está em questão é a própria lógica da investigação a ser conduzida (SOSS, 2006, p. 130). Entende-se que a opção pela abordagem interpretativista se faz coerente com os objetivos deste trabalho, posto que esta pode ser definida como uma lógica de pesquisa que afirma a centralidade e a importância da subjetividade para a compreensão dos fenômenos e da realidade social (SCHWARTZ-SHEA e YANOW, 2006; BEVIR, 2006).

O desenvolvimento das discussões sobre a abordagem interpretativista no contexto das ciências sociais pode ser colocada como uma contraposição a um conjunto de metodologias associadas a uma tentativa de explicação e interpretação da realidade social, a partir de procedimentos e lógicas de pesquisa voltadas a aspectos objetivos que poderiam ser verificados por meio dos processos específicos de investigação. Em outras palavras, a realidade social poderia ser explorada a partir de elementos e categorias que expressariam, em última instância, o funcionamento da sociedade e de seus fenômenos, utilizando-se de uma lógica de reflexão muito próxima daquela adotada pelas ciências exatas. Este tipo de abordagem é referido por diversos autores como positivista (BEVIR, 2006; SCHWARTZ-SHEA & YANOW, 2006; SOSS, 2006), em uma tentativa de resumir uma abordagem que foca nas dimensões objetivas e passíveis de descrições “exatas” da realidade social. Ainda que não haja o espaço necessário a uma discussão mais aprofundada acerca de uma contraposição entre interpretativismo/positivismo, o que se aponta para este trabalho é a escolha teórico-metodológica que melhor se encaixa para os termos do que se pretende desenvolver ao longo desta dissertação, levando em consideração também as condições de desenvolvimento da pesquisa.

A confiabilidade de uma pesquisa construída nestes termos se coloca a partir de algumas questões centrais para a forma de construção das reflexões aqui desenvolvidas. Segundo Schwartz-Shea e Yanow (2012), a principal forma de construir esta confiabilidade se daria pela “reflexividade”, aqui pensada como uma contraposição interpretativa a uma

objetividade positivista (*ibid*, p. 99). Esta concepção de reflexividade se refere às formas de consideração ativa e do engajamento do pesquisador em relação à sua própria produção de sentidos e as circunstâncias que a afetam ao longo de uma pesquisa (*ibid*, p. 100). Esta reflexividade, portanto, deve estar associada à transparência no desenvolvimento de todas as etapas da pesquisa, incluindo a escrita. Se a abordagem interpretativista é caracterizada valorização da subjetividade e dos processos de produção de sentidos operados pelos atores, deve-se levar em consideração, obviamente, o papel do pesquisador enquanto sujeito dotado de subjetividade, possuindo uma localização social e interesses particulares. O que se pretende apontar com isto é que, segundo Bevir, a opção pela abordagem interpretativista se caracteriza por um trabalho construído a partir de “interpretações de interpretações”. Há, portanto, uma característica de construção de conhecimentos que não aspira a processos de generalização, mas sim de aprofundamento em situações ou fenômenos específicos, a partir do contato com relatos, narrativas, experiências e expressões de subjetividade de atores.

Bevir defende uma abordagem de pesquisa por meio de narrativas, pois estas seriam uma forma de entrar em contato com crenças, desejos e pensamentos que poderiam ajudar explicar uma ação ou conjunto de ações (BEVIR, 2006, p. 284). Uma ação não deve ser vista como passível de ser explicada a partir de uma atitude isolada, sendo necessário apontar para as relações com todo um conjunto de significados e aspectos subjetivos que operam no cotidiano e que auxiliam a explicar a vida humana. Por apontar para um conjunto complexo de significados, as narrativas podem ser uma maneira de buscar maior entendimento sobre as dinâmicas de funcionamento de movimentos sociais, por meio das experiências narradas por sujeitos que deles participem (BEVIR, 2006, p. 285).

Narrativas podem ser definidas como relatos de certa sequência de eventos de modo a construir um argumento (POLLETTA *et al*, 2011). Os eventos considerados relevantes são incluídos na história contada, sendo que as conexões causais entre eles não são baseadas em lógica formal ou em probabilidade, mas em uma espécie de “roteiro”, a estrutura da história contada (POLLETTA *et al*, 2011). Este roteiro expressa as formas de construção de significados e de elaboração de justificações por parte dos atores que fazem o relato. Trata-se, portanto, de uma forma de expressão que ressalta particularidades e constrói visões de mundo, visto que as narrativas podem ser compartilhadas entre grupos, coletivos ou mesmo movimentos sociais. Um dos argumentos que este trabalho buscará defender é o de que o

contato com narrativas pode ser uma ferramenta profícua para a construção de conhecimentos acerca da maneira como os indivíduos se relacionam, compreendem e significam suas experiências em contextos de mobilização e ação coletiva.

Narrativas podem ser consideradas como formas de discurso, expressões de ideologias ou mesmo elementos constituintes de *frames*, enquadramentos interpretativos que operam em uma ação coletiva. No entanto, ao contrário destes conceitos, as narrativas podem ser mais facilmente identificadas e isoladas⁴, de modo a traçar por vezes diferentes versões da mesma história, possibilitando o contato com as expressões de sujeitos que participam, constroem e significam os acontecimentos de uma mobilização coletiva (POLLETTA, 2006). Isto possibilitaria identificar as relações das condições estruturais nas quais a cultura definiria interesses e identidades, e também os processos pelos quais certas histórias se tornariam “canônicas” no interior de determinados grupos ou movimentos (POLLETTA, p. 7, 2006). Para os termos do escopo pensado para esta dissertação, será desenvolvida a abordagem de pesquisa por meio de narrativas, de modo a acompanhar o argumento de que o acompanhamento destes processos serviria para a compreensão das “microfundações da ação coletiva” (POLLETTA, 2006), em contato com as percepções e a subjetividade dos sujeitos.

Como procedimentos de pesquisa, foram realizadas entrevistas com seis participantes de ocupações de escolas ocorridas em 2016 no DF: dois do Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte (CEMTN), um do Centro Educacional 3 de Brazlândia (CED 03), um do Centro de Ensino Médio Setor Leste (CEMSL), e dois do Centro Educacional Gisno (GISNO). As conversas ocorreram ao longo do ano de 2018, e tomaram a forma de

⁴ “The reason is that narrative has several features that make it worth studying in its own right. Methodologically, it is fairly easy to identify a narrative in a chunk of discourse. Narratives have beginnings, middles, and ends, as well as features that set them off from other forms of discourse. By contrast, it is difficult to say where a frame begins and ends, or what is *not* ideology. The fact that we can isolate narratives in discourse and can isolate different versions of the same narrative makes it possible to trace the careers of particular stories, exposing not only the political processes by which they come to be tellable or authoritative but also the dynamics by which newly legitimated stories produce new modes of action and new terrains of contention.” (POLLETTA, p. 7, 2006)

entrevistas semi-estruturadas que versaram sobre as experiências dos sujeitos durante a ocupação, assim como impressões sobre as questões narradas⁵.

O acesso aos indivíduos se deu por meio da chamada amostragem “bola de neve”, em que os próprios sujeitos que participaram da pesquisa indicaram as outras pessoas a serem entrevistadas. Segundo Bernard (2005), esta técnica é útil para entrar em contato com populações difíceis de serem acessadas ou que não apresentam fácil quantificação. Além disso, este tipo de abordagem é indicado quando se tratam de temas considerados sensíveis, com os quais os indivíduos nem sempre tenham intenção de se vincular explicitamente (BIERNACKI; WALDORF, 1981; VINUTO, 2014). Há que se reconhecer, no entanto, as limitações desta forma de pesquisa, dentre as quais se destaca a possível homogeneidade nas experiências com as quais se tem contato (VINUTO, 2014), fator que foi levado em conta quando do desenho da pesquisa e também durante a análise do material coletado. Apesar das ressalvas, esta foi uma abordagem considerada coerente para o desenvolvimento do trabalho, auxiliando na construção de uma investigação construída a partir de narrativas baseadas na experiência de participação nas ocupações em questão, e seguindo os contatos dos próprios sujeitos que colaboraram na realização das entrevistas.

A escolha por realizar entrevistas semi-estruturadas teve como objetivo buscar uma aproximação aos significados e termos utilizados pelos sujeitos com os quais se estabeleceu diálogo. Por meio desta técnica, considera-se ser possível também realizar uma delimitação das narrativas dos sujeitos entrevistados, como sugere Polletta (2006), que expressam a sua experiência e interpretam de maneiras específicas os acontecimentos ligados à participação em um processo de ocupação. Para construir a reflexão sobre os processos de produção de sentido pelos atores que participaram das mobilizações estudadas, optou-se por considerar as falas às quais se teve acesso como repletas de significado, proferidas por sujeitos que expressam sua reflexividade e criticidade acerca dos acontecimentos das ocupações. O número total de entrevistas realizadas se justifica pela opção de construção teórico-metodológica: não se pretendeu realizar uma descrição exaustiva das experiências associadas à participação no movimento de ocupação de escolas; antes, voltou-se o olhar

⁵ A entrevista com os dois estudantes do GISNO foi feita de maneira conjunta, enquanto as outras foram realizadas de forma individual. Isto ocorreu por iniciativa dos próprios entrevistados, e foi considerada relevante para esta pesquisa por seguir os mesmos procedimentos das outras entrevistas, adotando os pressupostos apresentados neste capítulo, tanto no que diz respeito ao acesso aos sujeitos quanto à análise das narrativas.

para algumas situações particulares de sujeitos inseridos nestes contextos de mobilização, buscando refletir de que maneiras tais entendimentos e narrativas de experiências podem ser relacionados frente a reflexões de caráter teórico ou de pesquisas de escopo mais amplo. No final das contas, deu-se maior valor às particularidades do que à abrangência, e esta é, defende-se, uma possibilidade de exploração de experiências subjetivas associadas à participação em mobilizações e movimentos sociais.

A escolha das entrevistas como procedimento de pesquisa também se deve a uma tentativa de aproximação dos relatos dos indivíduos com os quais foi possível entrar em contato. Como afirma Bevir (2006), a opção pela abordagem interpretativista se caracteriza por um trabalho que se constrói a partir de “interpretações de interpretações”. Com isto, não se tem por intenção afirmar que os juízos dos atores entrevistados são tomados ao pé da letra, mas sim que há uma valorização destas dimensões de experiência. Neste sentido, ressalta-se a ideia de reflexividade, no sentido de que os atores entrevistados possuem dimensões de criticidade e de construção de opiniões e interpretações sobre a realidade e as experiências vividas. Estas narrativas foram então analisadas frente às construções teóricas aqui elencadas como essenciais, a partir do trabalho de reflexividade exercido pelo autor deste trabalho.

A metodologia e os procedimentos de pesquisa aqui referidos serviram de fundamento para a construção de reflexões e discussões que levam em consideração não apenas as narrativas em si mesmas, mas sim em sua condição situada em um conjunto de relações, que influenciam a forma de enunciação, as delimitações feitas e a formas como os sujeitos interpretam as suas ações e dos indivíduos com os quais estiveram em contato durante as ocupações. Nesse sentido, as categorias analíticas expostas a seguir servem para delinear a construção do argumento desenvolvido ao longo da dissertação, com a intenção de abarcar elementos considerados importantes quando da reflexão sobre a utilização das ocupações pelos estudantes, assim como suas formas de relação com as discussões sobre movimentos sociais de maneira geral.

1.3 Categorias analíticas

1.3.1 Repertórios

O conceito de repertório é hoje amplamente utilizado no campo de estudos de movimentos sociais, como ferramenta para identificar e descrever as formas de ação adotadas pelos grupos ou coletivos que realizem algum tipo de ação coletiva ou mobilização, sejam elas marcadas por confrontos ou não. São “formas culturalmente codificadas por meio das quais as pessoas interagem em políticas de contestação” (MCADAM, TARROW, TILLY, 2001, p. 16). Tilly é provavelmente o teórico mais conhecido no campo das Ciências Sociais a utilizar o conceito de repertório, junto a nomes a ele associados, como Tarrow (1998) e McAdam (1999). Pela extensão temporal de sua obra, a própria formulação de repertório em seus trabalhos apresenta modificações que incorporam elementos com os quais o autor buscava dialogar.

Tilly (1978) propõe inicialmente a noção de repertório em sua análise histórica de mobilizações. Para ele, um repertório seria um conjunto de formas de ação que seriam possíveis em dado contexto e determinado período histórico. Assim, existiria um conjunto finito de possibilidades de repertórios, de acordo com os grupos que se mobilizassem e a situação na qual se encontrassem inseridos. Este conceito foi modificado em obras posteriores, com a diferenças na definição dos aspectos que caracterizariam um repertório. Tilly (1993) passa, já nos anos 1990, de uma ideia de “repertórios de ação coletiva” para “repertórios de confronto”, no sentido de que um repertório seria peculiar a uma estrutura de conflito, e não a um grupo específico. O foco estaria voltado à dimensão conflituosa na qual as formas de ação poderiam ser utilizadas. Um número limitado de repertórios estaria disponível para os atores em conflito em determinada época, mas poderiam ser utilizados por diferentes grupos e em diversas situações.

Sendo influenciado por algumas formulações do chamado interacionismo simbólico, como no caso da metáfora teatral utilizada por Goffman (1974), Tilly (2008) propõe a utilização da noção de repertório associada a uma ideia de performance e improviso. A característica da encenação seria um elemento fundante da categoria analítica voltada aos conflitos. Tal proposição de repertórios enquanto elementos performáticos ressalta tanto o caráter simbólico quanto o elemento de criação e aprendizado que se pode associar aos momentos de mobilização coletiva. Os repertórios se aproximariam, desta maneira, dos momentos de experiência, sendo modificados e por vezes ressignificados nos próprios

momentos de ação. Tilly faz referência às performances identificadas em contextos de mobilização e ação de movimentos sociais como sendo aproximadas à forma de ação de um “trio de jazz” ou a um “grupo de teatro de improviso”, no sentido de que as mudanças e o aprendizado ocorrem no próprio momento da ação por parte dos atores em questão (TILLY, 2008, p. 14). Trata-se de uma forma de ação que tem por base um acúmulo sócio-histórico e cultural, mas que é recriada e performatizada de maneira diferenciada de acordo com a conjuntura, os atores e os conflitos existentes.

A opção por realizar uma discussão a partir das elaborações que aproximam o conceito de repertório ao de performance se dá principalmente por uma tentativa de valorizar o aspecto da experiência no contexto da utilização de diferentes formas de ação de movimentos sociais. Faz-se necessário considerar, para os termos do que se pretende discutir com este trabalho, a dinâmica dos repertórios em sua dimensão de ação que é passível de aprendizado, sendo continuamente construída e reconstruída nas próprias práticas de mobilização. O caso das ocupações a ser tratado nesta dissertação pode ser beneficiado por uma reflexão que se volte às dimensões de ação caracterizadas pelo improviso e pelo aprendizado, posto que se tem a intenção de destacar as experiências de atores e como estas servem à própria reflexão acerca da noção de repertório.

1.3.2 *Frames*

A noção de *frame* é derivada da obra de Erving Goffman (1974), na qual o autor utiliza-se de uma unidade de análise que se refere aos esquemas de interpretação dos indivíduos, adaptáveis e variáveis de acordo com os momentos de interação. Seriam quadros de interpretação, que determinariam focos de práticas e experiências por meio das quais os sujeitos articulariam categorias intelectuais e de significado. Este seria, portanto, um modo de descrever aquilo que engloba as representações mentais, afirmações lógicas, categorizações abstratas e argumentos intelectuais dos indivíduos (CEFAÏ, 1998). Utilizando esta categoria teórica, seria possível considerar os aspectos simbólicos e afetivos das expressões de ideologias ou formas de cultura política, expressadas pelos atores (CEFAÏ, 1998, pp. 139-140). Repertórios e *frames*, portanto, poderiam ser categorias trabalhadas em

conjunto, como ferramentas que auxiliem o entendimento de formas de ação de movimentos sociais e mobilizações.

A discussão sobre *frames* é realizada há algum tempo no campo de estudos de movimentos sociais (GAMSON, 1992; SNOW, 2004; SNOW; BENFORD, 1988; SNOW *et al.*, 1986), em análises que investigam desde a própria formação das preferências dos sujeitos em mobilizações ou protestos, até discussões que enfatizam as condições de ferramentas cognitivas articuladas pelos indivíduos que se engajam politicamente, seja este engajamento continuado ou não (PASSY e GIUGNI, 2000; PASSY e MONSCH, 2014). A função de enquadramento pode ser entendida como um processo interpretativo da realidade social, que pode ser lida a partir de diferentes aspectos, a depender de quem constrói ou divulga determinada visão de mundo. A compreensão da ação coletiva a partir da abordagem dos *frames* se baseia, portanto, na análise sobre a capacidade que determinados atores ou grupos apresentam de moldar interpretações, e como estas afetam as ações coletivas.

O que se destaca, para a proposta de discussão aqui delineada, diz respeito principalmente às formas como as ações coletivas e determinados tipos de repertório de ação influenciam na constituição dos próprios enquadramentos dos sujeitos em contextos de mobilização, ou mesmo após a participação nestes. A categoria de *frames* serviria para a discussão analítica dos aspectos subjetivos e os significados associados às ações coletivas. Os *frames* podem ser identificados em variadas escalas de análise, seja em nível “micro”, operando em encontros particulares, conversas, negociações e outros tipos de interação em uma ação coletiva, ou em nível “macro”, quando ocorre a convergência de diversos coletivos ou movimentos sociais no caso de um ciclo de protestos, por exemplo. Para os termos do argumento aqui construído, salienta-se o aspecto dos enquadramentos a partir da dimensão individualizada, de modo a buscar identificar aspectos de subjetividade envolvidos na participação em ocupações. Está claro que, em última instância, não deve se estabelecer uma separação total entre *frames* abrangentes e aqueles identificados nas interações particulares dos indivíduos. Por uma questão de escolha teórica, no entanto, volta-se o foco para a dimensão “micro”, especialmente como forma de estabelecer uma ligação com a discussão sobre o engajamento dos atores.

1.3.3 Engajamento

A discussão sobre o engajamento se insere nesta discussão por ressaltar a dimensão das experiências em seu caráter de trajetória, individual e biográfica. Tal escolha teórica, no contexto das reflexões sobre movimentos sociais, se insere em um movimento que busca voltar a análise para casos singulares, de trajetórias de militantes ou de indivíduos que escolham participar de determinado protesto ou movimento. Nesse sentido, a reflexão sobre engajamento militante guarda elementos de contato com as teorias de movimentos sociais, mas também traz consigo discussões que não são diretamente tratadas neste campo de estudos, especialmente por correntes teóricas com focos abrangentes de investigação. Faz-se necessário, portanto, apontar alguns elementos sobre a definição de engajamento que será utilizada.

Sawicki e Siméant (2011) definem engajamento militante como “toda forma de participação *duradoura* em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” (SAWICKI e SIMÉANT, 2011, p. 201). Segundo estes autores, a “sociologia da militância” foi durante muito tempo uma variação da reflexão sobre organizações, em detrimento da sociologia dos movimentos sociais e suas análises de âmbito estrutural ou amplo. Com isso, deu-se prevalência a uma abordagem quantitativa no que diz respeito ao estudo dos militantes, elemento que se modificou com a emergência de um “paradigma interacionista” (*ibid*, p. 209). Com isto, os autores se referem a uma mudança de abordagem na compreensão das trajetórias e da inserção dos sujeitos em protestos e mobilizações coletivas. Apesar disso, deve-se ressaltar que a investigação dos elementos do engajamento deve estar associada à pesquisa sobre grupos e organizações:

Em outras palavras, a atenção dedicada às lógicas individuais jamais deve deixar esquecer que as lógicas de engajamento se inscrevem muitas vezes em trajetórias coletivas e que raramente surgem sem um trabalho de solicitação que emana de grupos ou organizações já existentes (*ibid*, p. 218).

Silva e Ruskowski (2016) nos auxiliam ao apresentar uma proposta de categorização da literatura que versa sobre a temática do engajamento:

podemos identificar quatro perspectivas que desenvolveram argumentos para explicar os processos de engajamento: disposicional, identitária, relacional e retributiva. Tais perspectivas não são necessariamente excludentes, encontrando-

se, em maior ou menor grau, presentes nos modelos de análise encontrados na literatura (SILVA e RUSKOWSKI, 2016, p. 194)

Segundo esta proposta, alguns elementos teóricos poderiam ser identificados no conjunto de discussões da temática em questão. A referência ao elemento das disposições, por exemplo, estaria ligada à identificação da existência de características na vida e trajetória dos indivíduos, que influenciariam ou ao menos explicariam a propensão de determinados sujeitos de optarem pelo engajamento (*ibid*, p. 194). A perspectiva identitária se voltaria às interpretações que buscam a identificação dos sentidos de ação compartilhados, dos elementos constituintes de uma identidade coletiva (*ibid*, p. 197). A abordagem relacional teria como prioridade a explicação por meio da inserção dos sujeitos em relações e interações cotidianas, sendo estas os meios de inserção e permanência em grupos ou experiências de engajamento (*ibid*, p. 201). Também se incluiriam nesta categoria as análises voltadas às redes sociais. Por fim, a perspectiva retributiva investigaria as condições de engajamento associadas a expectativas de ganhos e retribuições oriundos de algum tipo de mobilização (*ibid*, p. 208). Feito este breve panorama das possibilidades de investigação, é necessário apontar alguns elementos que contribuem para o avanço da abordagem teórica que aqui se desenha.

Primeiramente, é importante reconhecer a importância da reflexão sobre os elementos presentes em trajetórias de vida, no sentido de que fazem parte do conjunto de situações que podem influenciar a escolha pela inserção de indivíduos em mobilizações. Assim, em certa medida as reflexões sobre a noção de “carreira” de militantes (FILLIEULE, 2001) oferecem alguns elementos introdutórios para esta discussão. A abordagem de uma análise “processual” do engajamento volta as atenções não apenas ao momento da participação em si, mas para as condições e eventualidades que potencialmente influenciam na escolha pela inserção em grupos políticos ou mobilizações. De maneira similar, podem ser citados trabalhos que realizam pesquisas com indivíduos específicos, de modo a reconstruir suas trajetórias e buscar possíveis explicações para o engajamento ou desengajamento desses sujeitos pesquisados (OLIVEIRA, 2008; SEIDL, 2009). Na mesma linha, Seidl (2014) e Sposito (2014) argumentam pelo acompanhamento de trajetórias militantes a partir de um diálogo com categorias de interpretação dos movimentos sociais, como estruturas de oportunidades e identidades coletivas.

Passy e Giugni (2000), construindo uma argumentação sobre as condições que levam ao engajamento, escolhem utilizar uma abordagem fenomenológica, ao considerar a dimensão da aquisição de práticas experimentada pelos sujeitos que se envolvem em espaços ou grupos que atuam politicamente. A importância das redes sociais é destacada, possuindo relevância enquanto elemento cultural e de construção de significados que levam ao engajamento continuado (PASSY e GIUGNI, 2000, p. 139). Não se deve, no entanto, reificar o papel das relações sociais no processo de construção de significados (PASSY e MONSCH, 2014, p. 39). Apesar disso, é necessário reconhecer que a inserção em redes sociais de interação e convivência traz incentivos para uma participação continuada. Isso também acontece devido ao efeito de ampliação e fortalecimento das ferramentas cognitivas que possibilitam os indivíduos a agir (*ibid*, p. 42).

A reflexão de Rosa (2011), ao problematizar alguns aspectos da abordagem teórica do engajamento militante, deve ser destacada, por constituir importante contribuição para a complexificação da investigação sobre trajetórias de militantes. Segundo ele, há que se ter o cuidado, sociologicamente, da não redução de militantes ao próprio movimento do qual fazem parte:

na grande maioria dos casos, tomam-se apenas os militantes bem-sucedidos e que já ocupam posições privilegiadas. Raramente temos a oportunidade de acompanhar os processos conturbados pelos quais grande parte dos militantes passa. Nesses casos, tendemos a limpar o terreno e mostrar aos nossos leitores aquilo que se convencionou chamar na sociologia de trajetória para militância. (ROSA, 2011, p. 367)

Portanto, a bibliografia voltada ao chamado engajamento militante, apesar de conter contribuições importantes para a reflexão sobre inserção de sujeitos em mobilizações, deve ser articulada criticamente, de modo a evitar qualquer tipo de objetivação artificial no processo de pesquisa em relação aos militantes e sua trajetória (*ibid*, p. 368). Em suma, o conceito de engajamento militante, de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho, deve ser discutido de maneira que funcione como categoria de análise, em associação com aquelas apontadas anteriormente.

Defende-se, portanto, que a discussão e problematização das categorias teóricas aqui elencadas possa, por um lado, construir um referencial analítico que dê sustentação às

discussões sobre ações coletivas, em geral, e as ocupações de espaços públicos, em particular. A pesquisa e a reflexão sobre a adoção das ocupações como forma de ação passam pela sua definição enquanto repertório adotado em determinada estrutura de conflito, como esta forma de ação é interpretada e justificada, e como os sujeitos que participam se inserem neste contexto, construindo e dialogando a partir das suas próprias experiências. A identificação de possibilidades de utilização dos conceitos aqui apontados, assim como possíveis limitações dos mesmos, são um eixo central nos argumentos deste trabalho, especialmente a partir da definição da categoria de experiência, realizada a seguir.

1.3.4 Experiência

Levando em consideração as questões teóricas desenvolvidas até este ponto, defende-se que é possível fazer uma interligação das discussões apresentadas por meio de trabalhos voltados à temática da justificação e reflexividade, elencadas por autores como Boltanski e Thévenot. O ponto de partida para a análise das situações sociais, para Boltanski e Thévenot (1991; 2007), são os chamados “momentos críticos”, referentes às atividades críticas das pessoas, expressão da reflexividade dos indivíduos. Tais momentos seriam a motivação de ações, por meio da articulação de elementos em dois sentidos: “Dar-se conta de algo possui uma dupla significação. O termo aponta ao mesmo tempo para um movimento reflexivo interior e para uma performance no mundo exterior” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 2007, p. 123) Em última instância, tal enfoque se volta para as disputas cotidianas dos indivíduos e as formas pelas quais imperativos de justificação são mobilizados, de modo a embasar os pontos de controvérsia, seja em âmbito doméstico ou informal, quanto na esfera de litígios judiciais. Um dos pontos principais da chamada “sociologia da capacidade crítica” seria a atribuição de reflexividade a todos os atores, do que adviria que o trabalho de um sociólogo deveria se dar a partir do esforço de “tomar por objeto o trabalho crítico operado pelos próprios atores” (BOLTANSKI, 2015, pp. 131-132).

A discussão sobre o caráter de reflexividade dos atores, por sua construção analítica que privilegia os momentos críticos e as competências adquiridas, são elementos que fazem a discussão aqui apresentada avançar. Mais do que isso, são ponto de ligação com outros elementos teórico-conceituais pertinentes para as questões aqui apresentadas, como é o caso

das reflexões sobre controvérsias e problemas públicos. Há que se atentar, no entanto, para algumas limitações da reflexividade como apresentada por Boltanski. Campos (2016) destaca que, apesar de avançar no que diz respeito à discussão sobre os momentos críticos e as situações de justificação, Boltanski, especificamente, não realizaria tantas matizações no que diz respeito às formas de expressão da crítica. Assim, Boltanski se referiria apenas às críticas enunciadas, e não aquelas que são mantidas no nível da intimidade. Ainda que os meandros de tal consideração sobre a capacidade crítica ou os elementos íntimos não encontrem tanto espaço para serem discutidos no escopo deste trabalho, acredita-se este é um exemplo de ressalva que fortalece a posição de se realizar uma aproximação crítica à “sociologia da capacidade crítica” do autor francês. Há que se trabalhar de maneira mais ampla a dimensão das subjetividades e afetividades que operam na construção de sentidos das mobilizações, não apenas pelo viés das competências ou da publicização de críticas. Neste sentido, nos ajudam as obras que se voltam à sociologia dos problemas públicos, as quais citamos a seguir.

Cefaï (2009) busca traçar as formas como redes e organizações se articulam enquanto contextos de experiência e de ação. Como forma de apresentar a questão do “público”, este autor argumenta pelo acompanhamento das “experiências” e “perspectivas” dos atores. Os indivíduos se encontrariam separados de papéis definidos, sendo que o público redefiniria constantemente o horizonte de possíveis, formando uma “arena pública” (CEFAÏ, 2009, p. 16). Esta agenda de investigações do autor francês guarda influências de Dewey (1927), especialmente no que diz respeito à noção de público. A principal contribuição que, acreditamos, pode ser destacada da obra de Cefaï, diz respeito ao debate sobre a dimensão da experiência enquanto elemento formador e de construção de significados e práticas. O que Cefaï propõe é que, pensando em uma sociologia dos “problemas públicos”, se faça uma análise que aborde os conflitos como “campos de experiência coletiva” (CEFAÏ, 2017), no sentido de encampar uma abordagem que priorize interpretações voltadas à construção de sentidos operada pelos sujeitos envolvidos nas mobilizações coletivas. Sua intenção, na construção de uma “ecologia dos problemas públicos”, se apresenta como uma abordagem que enfatiza a dimensão da crítica dos indivíduos. Nas palavras do próprio autor: “É transformando os ambientes que elas reconfiguram os contextos de percepção e manipulação de objetos físicos e sociais e rearticulam *campos de experiência*, com seus *horizontes de expectativa, de memória, de sensibilidade e de imaginário*.” (CEFAÏ, 2017, p. 195).

A categoria de experiência, tratada como uma experimentação prática e uma troca interacional (CEFAÏ, 2017, p. 196), se apresenta como central para a construção de uma reflexão sobre movimentos sociais. Estes, situados na arena pública, buscariam apresentar interpretações, ideologias, linhas argumentativas e outros elementos que possibilitem o surgimento de uma capacidade de sentir comum (CEFAÏ, 2017, p. 196), mediada por uma atividade coletiva. Tal expressão de sentimento coletivo seria construída em um espaço público, caracterizado intrinsecamente pelo conflito. Este também é o viés do argumento de Chateauraynaud (2012) especialmente no que diz respeito à dimensão das controvérsias, ou seja, disputas e conflitos expressados na arena pública.

Tem-se, portanto, um conjunto de categorias que podem ser trabalhadas conjuntamente: repertórios, entendidos enquanto performances; *frames*, o conjunto de significados e simbolismos produzidos no decorrer da ação coletiva, e que moldam percepções de mundo; e engajamento, expressando as trajetórias individuais dos atores mobilizados. A operacionalização deste grupo de categorias seria possível ao colocar a dimensão da experiência enquanto o elemento central da reflexão a ser construída. Desta maneira, seria possível estabelecer um diálogo a partir da dimensão abrangente de formas de ação subsumida no conceito de repertório, identificando como estes repertórios operam na construção de enquadramentos e afetam as subjetividades e como estas experiências se refletem nas escolhas, práticas e trajetórias dos indivíduos.

Um estudo calcado neste conjunto de escolhas teóricas tem, por excelência, um caráter de investigação qualitativa, por operar uma discussão que valoriza a expressão da subjetividade dos indivíduos, assim como aspectos afetivos ou simbólicos. Tomando os sujeitos enquanto atores dotados de competências e reflexividade (BOLTANSKI, 1990), é possível construir conhecimentos acerca dos significados associados ao fenômeno das ocupações de escolas de 2016. Isto se daria por uma tentativa de valorização da fala dos indivíduos, de modo que um conjunto amplo de experiências não sejam apagadas sob reflexões que tematizam apenas o conjunto das mobilizações e as dimensões mais gerais do processo de conflitos ocorridos. Entende-se que, por um lado, um trabalho construído nos termos aqui sugeridos poderia perder em amplitude e capacidade de generalização, por fazer a opção de dar destaque a experiências e relatos individuais de militantes. Por outro lado, tal abordagem possibilitaria maior compreensão das formas pelas quais se dá a inserção em

mobilizações como as ocupações secundaristas, assim como possíveis influências em escolhas de vida e de trajetória posteriores dos sujeitos participantes da ação coletiva.

Em síntese, este capítulo apresentou os aportes teórico-metodológicos que guiam a organização e as discussões realizadas ao longo desta dissertação. Considerando o objeto e os problemas de pesquisa, que se referem aos discursos e narrativas de experiência dos sujeitos com os quais se teve contato, buscou-se delinear a forma de organização da dissertação, caracterizada principalmente pela valorização da dimensão experiencial e reflexiva envolvida na participação dos entrevistados nas ocupações de escolas. A metodologia interpretativista aqui adotada se caracteriza pela ênfase na dimensão de produção de sentido dos próprios sujeitos participantes da pesquisa, considerados como dotados de reflexividade e, portanto, capazes de fornecer interpretações sobre as mobilizações de que tomaram parte. Neste contexto, a opção por trabalhar a partir de narrativas serve como forma de delimitar as experiências específicas dos ocupantes, por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas que focaram em uma tentativa de reconstituição dos acontecimentos vividos. A estas preocupações metodológicas e de procedimentos de pesquisa foram relacionadas algumas categorias teóricas para o desenvolvimento da discussão, como a de repertório, enquanto performance e improviso; *frames*, como elementos interpretativos de ações coletivas; e engajamento, como os processos de ação e participação de sujeitos em ações coletivas e movimentos sociais. Estes conceitos são interligados, como se pretende argumentar ao longo desta dissertação, pela dimensão da experiência, vista como um processo prático de aprendizado. Tendo estas discussões em mente, o próximo capítulo apresenta uma discussão sobre a forma de ação “ocupação” nos debates de movimentos sociais, com vistas a situar o campo com o qual se pretende dialogar por meio deste trabalho.

2. OCUPAÇÕES NA PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS

2.1 Ocupação: definição e ocorrências contemporâneas

As ocupações, enquanto forma de ação em situações de conflito, foram apropriadas por diversos movimentos sociais. Difícil seria delimitar o surgimento deste tipo de ação, visto que é utilizado há muito tempo nos mais diferentes contextos. De modo a situar a discussão aqui proposta, no entanto, cabe citar algumas ocorrências e trabalhos realizados sobre ações de ocupação, especialmente em anos mais recentes. Segundo Palacios-Valladares (2016),

ocupações, também nomeadas protestos ou acampamentos, são caracterizados por entrada não autorizada e posse forçada em um espaço público ou privado por um determinado período com o objetivo de desafiar o poder ou provocar mudança social, política e/ou cultural (PALACIOS-VALLADARES, 2016, p. 152).

Ocupações seriam uma forma de ação disruptiva de alto risco que questionaria valores socialmente aceitos, como a propriedade privada, além de aprofundar a coesão interna dos grupos envolvidos, ainda que enfraqueçam, por vezes, a solidariedade externa a este tipo de movimento (TATAGIBA, PATERNIANI e TRINDADE, 2012, p. 409). As ocupações representariam “uma forma de ação carregada de *forte conteúdo simbólico*, sintetizando *ação, discurso e projeto* de forma simultânea” (TRINDADE, 2017, p. 159). Obviamente, tais elementos se verificam de maneiras diferenciadas de acordo com o grupo ou coletivo de atores que se utilizam das ocupações. Esta forma de ação específica, portanto, faz parte do repertório de diversos grupos, movimentos sociais e, mais recentemente, coletivos autônomos.

As ocupações poderiam ser aproximadas, em alguns sentidos, de ações como protestos, passeatas ou mesmo os *sit-ins*. Estas têm como característica, em geral, momentos de ocupação de espaços públicos, mas que se verificam de maneira fugaz e transitória (POLLETTA, 2006). As ocupações, por outro lado, trazem consigo um elemento de relativa

permanência em um espaço definido, ocasionando possibilidades de construção coletiva para além dos momentos imediatos da ação de protesto, posto que pressupõem uma interação continuada dos sujeitos que tomam parte da ocupação, e que dialogam de maneira a definir os rumos da ação coletiva (PALACIOS-VALLADARES, 2016).

Referência constante para os chamados estudos “clássicos” de movimentos sociais, os eventos de maio de 1968 na França tiveram grande participação de diversas camadas da população daquele país. Uma conjunção de fatores políticos e sociais levaram a um levante de grandes proporções que ainda hoje carrega grande peso simbólico, somado às manifestações ocorridas em diversos países do mundo no mesmo ano, dentre eles o Brasil. Durante as manifestações francesas, segundo Thiollent (1998), a prática da ocupação foi utilizada por grupos de estudantes em suas universidades, tomando locais de administração e servindo para a própria organização do movimento. Também se verificou a ocupação de fábricas por trabalhadores em greve em escala nacional.

Ao longo da década de 1960, ocorreram diversas manifestações no Estados Unidos, o chamado movimentos pelos direitos civis, assim como manifestações contra a Guerra do Vietnã, nas quais uma das formas de ação identificadas entre os atores destes movimentos eram os “*sit-ins*”. Como descreve Polletta (2006), uma pessoa ou um grupo de pessoas escolhiam determinado local em que existisse algum tipo de política de segregação de base racial, entravam e sentavam-se, permanecendo no local por determinado período de tempo. A ação se resumia a isto, mas a simples presença destas pessoas em locais “proibidos” criava eventos de teor político contestatório, podendo haver reações de repressão por parte de forças policiais.

O caso das ocupações ocorridas em maio de 1968 na França e dos *sit-ins* utilizados pelo movimento dos direitos civis nos Estados Unidos são apenas exemplos de como a forma de ação de ocupação de espaços públicos pode ser utilizada em diversos contextos, por diferentes grupos e pautadas por diferentes demandas políticas e sociais. Além disso, estes dois casos foram trazidos pois influenciaram muito da produção hoje considerada como “clássica” no campo das teorias de movimentos sociais, qual seja, aquela oriunda de países europeus e dos Estados Unidos. Assim, muitas das formulações das diferentes correntes teóricas tomam como referencial empírico estes eventos, especialmente quando da reflexão sobre o surgimento de novas demandas e “novos movimentos sociais” (DOIMO, 1995). Não

se deve negar a importância de tais teorias, mas é necessário ampliar as fontes de estudos e reflexões de modo a perceber os limites das teorias e, além disso, a condição localizada de sua produção. Por este motivo, seria inadequado afirmar que as ocupações de maio de 1968, ou mesmo os *sit-ins*, teriam sido as primeiras práticas de ocupação ocorridas em um recorte de movimentos situados a partir do século XX. A referência a estes casos, no entanto, deve ser feita de modo a apontar o contexto histórico que inspirou muitas das formulações teóricas que ainda hoje influenciam os estudos e pesquisas sobre movimentos sociais.

Foi feita a opção por acompanhar o argumento de Palacios-Valladares, quando esta autora afirma que as ocupações tem sido, há um longo tempo, parte dos repertórios de confronto de diversos grupos não-hegemônicos, minorias e movimentos de juventude ao redor do globo, tomando formas diversas nos tempos contemporâneos, indo desde a Comuna de Paris até o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Brasil, e além (PALACIOS-VALLADARES, 2016, p. 150). Não seria proveitoso para as reflexões sobre ocupação, portanto, buscar elementos de primazia ou ineditismo neste ou naquele movimento, no caso da utilização desta forma de ação específica. Entende-se que esta é uma forma de ação e mobilização presente nos mais diferentes contextos, e apropriada de diversas formas. Acredita-se que a busca por estas diferentes formas e significações seja mais produtivo, para os termos dos objetivos deste trabalho. Neste sentido é que se defende que a presente pesquisa possa contribuir com uma possível compreensão aprofundada da utilização de ocupações em eventos como os colocados em foco nesta dissertação.

Ocupações não apresentam uma única concepção ou papel tático que seja universalmente válido; a depender do contexto e dos atores envolvidos, esta pode tomar diversas formas. Segundo Aitchison (2011), é comum que ocorra uma discordância mesmo entre participantes de uma mesma ocupação sobre os objetivos da ação coletiva. No caso por ele descrito, seria possível identificar aqueles atores que viam a ocupação como um fim em si mesmo, organizada a partir de uma lógica alternativa e expressando uma prefiguração de ideais políticos do grupo; e aqueles que viam a ocupação como inserida em um contexto mais amplo de transformação social, uma tática com fins a alcançar objetivos abrangentes. No entanto, tal dicotomia entre a interpretação de ocupações como “processo” ou “protesto” não se sustentaria, posto que ambas as condições se fazem presentes e são combinadas no decorrer dos acontecimentos, levando a combinações e redefinições de estratégias

(AITCHISON, p. 438, 2011). Portanto, a prática das ocupações enquanto forma de ação coletiva está inserida em um jogo complexo de relações, interações e conflitos, sendo simultaneamente tática e construção de realidades possíveis, passível de transformações no próprio decorrer dos acontecimentos.

Os estudos de movimentos sociais identificam, em âmbito internacional, uma maior ocorrência de movimentos de ocupação a partir dos anos 2000 (AITCHISON, 2011; SCHWARTZ-WEINSTEIN, 2013), especialmente entre grupos de estudantes universitários. Isto teria se dado, em grande medida, a partir da ação dos chamados movimentos anti-globalização, orientados por formas de organização caracterizadas pela horizontalidade nas tomadas de decisão e pela utilização do meio digital para comunicação e mobilização. Surgidos entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, este conjunto de movimentos ficou notabilizado por ações espalhadas por diversos países, apresentando como pautas a contestação de uma hegemonia neoliberal, do colonialismo e das práticas supostamente democráticas dos sistemas políticos. O termo “anti-globalização”, no entanto, pode ser problemático; segundo Day (2005), o mais correto seria falar de um “ativismo radical contemporâneo”, com vistas a construir alternativas a estruturas, processos, práticas e identidades dominantes. As raízes desta discussão alcançariam os movimentos sociais dos anos 1960, assim como teriam heranças de discussões socialistas e anarquistas (DAY, 2005, p. 5).

O principal fator deste conjunto de discussões dos movimentos anti-globalização talvez seja a busca por formas diferenciadas de participar da política, com a valorização de espaços de autonomia, que colocam a construção coletiva como um valor a ser preservado, além da articulação por via digital. Isto seria, segundo diversos autores, uma influência do movimento dos Zapatistas, no México (DAY, 2005; AITCHISON, 2011; ROMANCINI e CASTILHO, 2017; FIUZA e BUSTAMANTE, 2018), que lograram desenvolver formas de resistência e autonomia de povos indígenas, com uma organização particular baseada em uma concepção de poder descentralizado, com ampla participação das comunidades locais (GONZÁLEZ CASANOVA, 2003). Esta forma de ação, a utilização da internet para divulgação de ações e a organizações de redes mundiais de mobilização e luta foram influências marcantes deste movimento em relação às formas de ativismo que se

desenvolveram a partir dos anos 2000, com novos atores que se apresentaram nas arenas de disputa e dos conflitos não circunscritos às esferas institucionais da política.

As organizações horizontais, dinâmicas coletivas e rápida comunicação via redes sociais serviram como referencial de análise para a construção de narrativas sobre as formas contemporâneas de ação coletiva em escala global. Realizando o recorte de movimentos ocorridos na última década, é possível identificar descrições similares acerca das dinâmicas, formas de ação e instrumentos de mobilização. Ocupações ocorridas em universidades, por exemplo, foram comuns neste período, acontecendo em diversos países e apresentando as características citadas (BRINGEL, 2009; AITCHISON, 2011; GUZMAN-CONCHA, 2012; PALACIOS-VALLADARES, 2016; FLEET e GUZMAN-CONCHA, 2016; IVANCHEVA, 2017; DONOSO, 2017).

O ano de 2011 viu a emergência de movimentos que se utilizaram, entre outras formas de ação, da ocupação de espaços públicos como tática de mobilização e discussão. O movimento dos “Indignados” ou 15-M, na Espanha, surgiu quando pessoas acamparam em praças de diversas cidades do país com reivindicações de democratização do sistema político, assim como questionamentos acerca de condições sociais e econômicas, e foram marcados pela dinâmica da participação direta de qualquer pessoa interessada, além da organização e divulgação das ações via internet. O “Occupy Wall Street”, realizado no centro financeiro da cidade de Nova York, nos Estados Unidos, foi outro exemplo de movimento de ocupação de espaços públicos que unia reivindicações de democracia e representatividade política, aliado à ampla utilização de redes sociais, tendo se espalhado também para outras cidades do país. Além destes, o conjunto de manifestações que tinham como motivação a insatisfação com condições sociais políticas e econômicas de países como a Tunísia, Egito, Bahrein, Líbia, Marrocos e Síria, entre outros, a chamada “Primavera Árabe”, foi marcado pelas imagens da ocupação da praça Tahrir, no Egito, assim como de outros locais nos quais aconteceram mobilizações (CASTELLS, 2013; SILVA NR, 2018).

Ainda que não seja possível negar as aproximações entre os protestos mundiais e suas expressões em diferentes localidades em anos recentes, há que se realizar uma análise cautelosa acerca das particularidades verificadas em cada um dos casos nos quais se verificam as características de mobilização citadas anteriormente. Ignorar as diferenças sociais e geopolíticas que deram origem a cada uma destas manifestações seria um

reduccionismo e uma limitação de narrativas, além de enquadrar discursos e práticas a partir de referenciais de ação e reflexão que por vezes não encontram bases de discussão e construção locais. Corre-se o risco, por um lado, de uma redução das particularidades locais, e por outro, de uma reificação de certas categorias teóricas. Este é o caso da obra de Castells (2013) quando este autor considera a noção de “redes” como o fator explicativo e comum às manifestações contemporâneas por ele analisadas, dotando-as de valor heurístico essencial para a compreensão dos movimentos sociais da década de 2010. De fato, não se pode negar a importância desta categoria para a compreensão de muitas das ações coletivas recentes; o que se deve observar, no entanto, é a necessidade de investigar para além das redes enquanto fenômenos em si, descrevendo as condições nas quais elas são utilizadas, como os atores constroem as demandas e divulgam suas visões de mundo, criando possibilidades de articulação e crescimento dos movimentos por meio das dinâmicas em rede. Em outras palavras, são os atores em interação, mediatizados pelas redes, que constroem as mobilizações e os movimentos, e não o contrário, como sugere de certa forma Castells (2013).

Defende-se que a reflexão sobre os recentes ciclos de protestos transnacionais seja acompanhada por uma elaboração substantiva acerca das particularidades de cada um destes fenômenos, no sentido de conferir maior profundidade às análises. É necessário problematizar as narrativas que inserem diferentes movimentos em um cenário de ciclo de protestos sem realizar as devidas matizações e contextualizar as demandas específicas e particularidades sociais, políticas e econômicas nos quais estes protestos acontecem. Como afirma Gagyi (2012) em uma crítica às narrativas construídas pelo Occupy Wall Street (OWS), este movimento na verdade teria como organizadores indivíduos com altas taxas de escolarização, politicamente ativos e com influência excepcional nos processos de produção de *frames* dos movimentos, não sendo representativos da maioria da população mundial. (GAGYI, 2012, p. 143). Além disso, segundo ela, seria necessário observar em que medida algumas questões colocadas como “novas” acerca da forma de ação destes novos movimentos, como a utilização da internet, não seriam na verdade, heranças de formas de ação dos movimentos anti-globalização, por exemplo (GAGYI, 2012, p. 144). O ponto central de sua crítica, no entanto, se dá quando a autora afirma que, ainda que o OWS identifique a Primavera Árabe, os Indignados, e protestos ocorridos em Londres como seus predecessores, não há uma admissão das diferenças entre os posicionamentos geopolíticos

destes diversos movimentos (GAGYI, 2012, p. 145). Ou seja, há que se atentar para as diferenças de contexto nos quais estes movimentos se desenvolveram, mesmo que sejam contemporâneos e compartilhem muitas características, como as formas de mobilização e a utilização da internet. Ao buscar observar as nuances de cada manifestação, tem-se por objetivo uma descrição mais detalhada dos eventos, que não peque pela redução e homogeneização dos acontecimentos.

Outro ciclo de protestos que afetou o cenário das mobilizações no Brasil nos últimos anos, e que pode ser incluído nas discussões sobre os movimentos contemporâneos de ação coletiva global, foram os protestos massivos conhecidos como “Jornadas de Junho”. Estas manifestações tiveram impactos no cenário político do país e levaram ao desenvolvimento de reflexões sobre o ativismo e as formas de ação coletiva contemporâneas. “Por Jornadas de Junho, entendemos o conjunto diverso de atos, protestos e ocupações que ocorreu em dezenas de cidades do país ao longo de junho de 2013” (MENDONÇA, 2018, p. 9). Ainda segundo Mendonça (2018), este conjunto de protestos foi uma culminância de processos históricos, assim como uma articulação de demandas nacionais e locais, ainda que nem sempre de maneira coordenada, constituindo um momento singular de conflitos que influenciaram em vários sentidos o contexto político e social brasileiro.

Os reflexos da Jornadas de Junho no campo de investigações das Ciências Sociais se deram de diversas formas, devido à multiplicidade de elementos presentes nas manifestações. Algumas propostas de investigação podem ser citadas, a título de exemplo: foram desenvolvidas categorizações acerca das diferenças entre movimentos sociais organizados e manifestações, sendo que estas poderiam apresentar diferentes dinâmicas de acordo com o contexto ou grupo envolvido (SCHERER-WARREN, 2014). Pesquisou-se também o papel das tecnologias de informação e das redes sociais na organização dos protestos de 2013 (CARDOSO e DI FÁTIMA, 2013), a questão das performances dos movimentos sociais, sua organização e apropriação de repertórios (DOWBOR e SWAKO, 2013), assim como as mudanças de repertórios associados a práticas políticas no período posterior às manifestações de 2013 (ALONSO e MISCHÉ, 2017). Pensou-se também em termos de ciclos de protesto, em uma avaliação das mobilizações ocorridas entre 2013 e 2016 (ALONSO, 2017). Ainda que as ocupações não tenham sido as formas mais comuns no contexto das Jornadas de Junho, é importante destacar este momento histórico de

mobilizações, tanto pelo conjunto das reflexões construídas para buscar interpretar os acontecimentos, quanto por reconhecer a influência destes protestos no Brasil, posto que podem estar associados à dimensão dos repertórios e formas de ação de movimentos que aconteceram posteriormente.

2.2 Ocupações estudantis e a Primavera Secundarista

Pensando em um contexto mais próximo ao objeto de estudo aqui discutido, ou seja, o campo de pesquisa sobre ocupações feitas por movimentos de estudantes, as relações destas com os movimentos “Occupy” não seriam, necessariamente, de inspiração, ainda que muitas tenham sido contemporâneas destes. Palacios-Valladares (2016) destaca que as ocupações, como repertórios de ação, foram caracterizadas como instrumento de luta de grupos historicamente marginalizados há muitos anos. A emergência de ocupações em diversos países, muitas das vezes lideradas por grupos que não haviam antes se utilizado deste repertório, não seriam, portanto, a influência principal de estudantes de países com referências históricas deste tipo de mobilização, como é o caso de Argentina, Chile e Uruguai, por exemplo (PALACIOS-VALLADARES, 2016). Apesar disso, o fato de movimentos como o “Occupy Wall Street” receberem ampla cobertura midiática faria com que movimentos não relacionados diretamente, mas que se utilizem de repertórios de ocupação, fossem beneficiados com uma melhor imagem junto à opinião pública (PALACIOS-VALLADARES, 2016; GUZMAN-CONCHA, 2012).

Guzman-Concha (2012), discutindo os movimentos estudantis do Chile, argumenta que estes não estariam dentro do mesmo referencial de análise que o aplicado aos movimentos de protesto do tipo “Occupy”. Segundo este autor, os levantes de estudantes chilenos lembrariam formas “clássicas” de protesto, em um contexto de reações a políticas econômicas identificadas como neoliberais. No caso específico do Chile, seria possível considerar que as ocupações fariam parte de um “repertório de estratégias” em defesa dos ideais de educação pública (DONOSO, 2017), vinculando-se, portanto, menos às reivindicações por representatividade e democracia de sistemas políticos, e mais a condições materiais de existência, sendo o acesso à educação a principal, no caso chileno. Da mesma forma, identifica-se a utilização de ocupações em outros contextos, como no caso de

estudantes na Venezuela (IVANCHEVA, 2017), seja ao longo do século XX quanto em anos mais recentes.

No caso da ocorrência de ocupações especificamente realizadas por estudantes secundaristas, considera-se importante citar os acontecimentos que ficaram conhecidos como a “Revolução dos Pinguins”, movimento de estudantes chilenos, em sua maioria secundaristas, “maciçamente mobilizados em nível nacional – que entraram em greve, tomaram as escolas, organizaram assembleias e saíram em passeatas, gritando palavras de ordem que sintetizavam um discurso político há muito tempo ausente do cenário estudantil chileno.” (ZIBAS, 2008, p. 199). As manifestações se deram em um contexto de discussão de reformas do sistema educacional do Chile em 2006, e lograram estabelecer amplo diálogo e métodos de pressão junto ao governo e na formulação de políticas públicas. Segundo Aitken (2014), este teria sido o primeiro protesto ativado por meio de redes sociais no mundo, indo ao encontro das características apontadas como marcantes no que diz respeito às mobilizações contemporâneas, especialmente aquelas que se utilizam de ocupação de espaços públicos. Os estudantes no Chile realizaram ocupações em diversas escolas, e o simbolismo deste movimento foi apontado como uma possível referência para as ações que se desenrolaram no Brasil, no que ficou conhecido como “Primavera Secundarista” (CAMPOS *et al*, 2016), a qual será tratada mais adiante neste texto.

Em âmbito brasileiro, existe vasta produção que reflete sobre a prática de ocupações realizadas por sobre movimentos sociais. Os movimentos rurais, que lutam pela reforma agrária, se utilizam de ocupações de terra desde a década de 1960 (SIGAUD, 2005; SIGAUD, ROSA e MACEDO, 2008), sendo que a partir da década de 1980, por meio da ação do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), esta forma de ação adquiriu proeminência nas disputas realizadas neste contexto. Entre os movimentos urbanos, é comum a reivindicação por moradia, realizada por meio da ocupação imóveis ociosos, por vezes em locais centrais de grandes cidades (TATAGIBA, PATERNIANI e TRINDADE, 2012), por vezes buscando uma ressignificação do próprio espaço ocupado (TRINDADE, 2017). Ocupações também são comumente utilizadas por movimentos estudantis, majoritariamente universitários, que ocupam instalações universitárias com pautas diversas (BRINGEL, 2009). A ocorrência de ocupações protagonizadas por movimentos secundaristas, isto é, formado por estudantes de ensino médio, é um fenômeno recente em

contexto brasileiro (TAVOLARI *et al.*, 2018), e tem desafiado as interpretações de pesquisadores que refletem sobre movimentos estudantis e movimentos sociais de maneira geral. Esta dissertação busca contribuir para esta discussão, elaborando reflexões sobre estas recentes utilizações de ocupações no Brasil.

Um elemento importante que deve ser apontado é a distinção no que diz respeito à forma como as ocupações são utilizadas por diferentes movimentos. Os movimentos rurais, como o MST, se utilizam das ocupações como forma de reivindicação em relação a uma política pública, a reforma agrária, por meio da entrada em propriedades privadas que não cumprem seu papel de produção e que poderiam ser desapropriadas e redistribuídas. Os movimentos urbanos de moradia se aproximam desta forma de ação em alguma medida, por buscar também uma demanda baseada em políticas públicas, que garantam o acesso a imóveis e a moradia. Certamente, as especificidades das discussões sobre a reforma agrária e a questão urbana de moradia são elementos que os distinguem, mas ambos também não se encaixam no referencial que seria invocado pelos movimentos “Occupy”. Estes, como discutido anteriormente, trariam demandas ligadas à política econômica e ao sistema político de participação e representação, por meio da ocupação de espaços públicos como praças ou centros de grande circulação em áreas urbanas. Estas ocupações não se caracterizariam por uma intenção específica de conquistar uma política pública ou medida específica, mas sim um conjunto de mudanças de caráter mais amplo, relacionadas à organização do sistema político ou econômico, e não se manifestam pela entrada em propriedades privadas. Comparando estas formas de ocupação com as realizadas por estudantes no âmbito desta pesquisa, percebem-se algumas distinções. As ocupações de escolas se dão pela entrada e permanência em espaços públicos de acesso controlado, e buscam construir uma forma de resistência a medidas específicas tomadas no âmbito das políticas públicas. Sendo assim, são casos que expressam um conflito particular, não podendo ser reduzidas ou interpretadas a partir da utilização de referenciais de análise utilizadas para outros movimentos que também se caracterizam pela utilização do repertório de ocupação.

Pensando no contexto histórico brasileiro de mobilizações de ocupações realizadas por estudantes, Bringel (2009) sugere que a adoção de formas de organização marcadas pela horizontalidade e certa imprevisibilidade de ações seriam elementos de aproximação do movimento estudantil brasileiro com mobilizações antiglobalização ou com movimentos

latino-americanos recentes. Ainda segundo ele, as ocupações de reitorias de universidades em 2007 e 2008 seriam uma “nova cara visível” dos movimentos estudantis brasileiros, após um suposto período de apatia dos anos 1990 (BRINGEL, 2009, p. 111), argumento também defendido por Mische (1997; 2008) e Barbosa (2002). A utilização das ocupações poderia ser entendida como uma modificação na forma de organização do próprio movimento estudantil, especialmente em contextos universitários:

De fato, o recurso à ocupação como ação coletiva estratégica é outro rasgo convergente com os movimentos sociais contemporâneos, pois se trata de ação muito difundida entre os movimentos sociais brasileiros, sejam urbanos ou rurais, e cujo caso mais paradigmático talvez continuem sendo os acampamentos do MST. Contudo, em termos de alcance, trata-se de uma radicalização ideológica que dista bastante daquela da década de 1960, não estando vinculada à luta contra a autoridade e pela liberdade, tendo como objetivo central a mudança da sociedade, mas, sim a um foco centrado na mudança do funcionamento e função da universidade. (BRINGEL, 2009, p. 113)

Assim, a recorrência das ocupações estudantis em um período recente estaria relacionada, possivelmente, à difusão de formas de ação de movimentos contemporâneos em escala transnacional. Sobre esta interpretação, deve-se ter apenas o cuidado de não apontar similaridades de movimentos surgidos em contextos diferentes apenas a partir de poucos elementos comuns, como a utilização das ocupações como forma de ação. Evidentemente, não é possível ignorar os acúmulos, experiências e exemplos de movimentos sociais preexistentes às ocupações estudantis às quais Bringel (2009) se refere; no entanto, a consideração de alguns elementos de similaridade como explicações causais pode gerar erros de análise em relação à compreensão dos movimentos que se pretende estudar. O elemento de horizontalidade, identificado nas ocupações estudantis, talvez seja uma dimensão associada à própria forma de interação de sujeitos mediada pela internet, que se constitui como uma das ferramentas centrais para a organização e mobilização de movimentos e protestos na contemporaneidade. Esta talvez seja a principal aproximação entre os diferentes movimentos recentes que se utilizam de ocupações: estas foram ressignificadas, constituindo uma dinâmica pautada na rápida comunicação e na “imprevisibilidade de ações” (BRINGEL, 2009), mas esta talvez seja uma característica de muitos movimentos recentes em suas interações por via digital. Esta é uma discussão que pode ser melhor desenvolvida em outro contexto que não no espaço desta dissertação, mas considera-se importante pontuar

esta discussão, que tem relação com as pesquisas do campo de estudos de movimentos sociais de maneira geral.

Bringel (2009) também nos auxilia ao apontar alguns erros de análise que, segundo ele, ocorrem frequentemente: a confusão entre o que seria uma ação coletiva e o que seria um movimento social/estudantil; entre a definição de movimento estudantil e organização estudantil (como as entidades representativas de estudantes); e entre movimento estudantil, singular, e movimentos estudantis, de maneira plural (BRINGEL, 2009, p. 100-101). Portanto, ao propor um estudo sobre movimentos de estudantes, deve-se ter em mente que se trata de uma tentativa de aproximação, visto que os múltiplos atores, grupos e coletivos se mostram heterogêneos em suas composições e práticas políticas. As nuances e particularidades em relação à participação política de estudantes devem ser observados, podendo haver relativa descrença em relação à esfera institucional da política (MESSENBURG, 2015).

Após as ocupações de reitoria dos anos 2000, podem ser destacadas as ocupações de escolas de ensino médio, ocorridas com grande força principalmente em 2015 e 2016, em diversos estados do país. Isto se deu em um contexto de crescimento de mobilizações de grupos identificados com ideais conservadores, ligados principalmente ao apoio ao processo de impeachment da então Presidente da República Dilma Rousseff. As pautas de reivindicação variaram, por vezes combinando questões locais, estaduais e nacionais. O primeiro grande ciclo de ocupações teve início no estado de São Paulo em novembro de 2015, como reação à proposta de “reorganização” do então governador do estado, Geraldo Alckmin (CORTI, CORROCHANO e SILVA, 2016; MEDEIROS e JANUÁRIO, 2017). A divisão de escolas por ciclos de ensino afetaria até mil instituições, com o fechamento de algumas destas e o remanejamento em grande escala de estudantes. Esta medida foi apresentada aos docentes e gestores de educação para discussão em espaço curto de tempo, e foi tomada sem maiores discussões junto à comunidade de estudantes e familiares. A falta de diálogo em relação a uma política pública desta magnitude é apontada como um dos fatores que gerou a mobilização, protagonizada pelos estudantes (TAVARES e VELOSO, 2015; WEISSBOCK, 2017).

A inspiração para a forma de ação das ocupações, segundo alguns participantes, foi a “Revolução dos Pinguins” no Chile, e também a divulgação de uma cartilha que ensinaria

os passos necessários para se realizar uma ocupação, compartilhada pelo coletivo “O Mal Educado”, que tomava como principal exemplo exatamente as mobilizações secundaristas no Chile (CAMPOS *et al*, 2016). A adesão se deu em grande escala, propiciando uma ampla repercussão na mídia e meios de comunicação, especialmente com os episódios de violência policial que foram registrados. Tavares e Veloso (2016) referem-se ao movimento de 2015 em São Paulo como “madrugador”, no sentido atribuído por McAdam (1995) e posteriormente Bringel (2013); haveria uma distinção entre os movimentos “madrugadores” ou “iniciadores” e os movimentos “derivados”:

os primeiros seriam responsáveis por identificar brechas, realizar enquadramentos provisórios, agitar e encorajar a mobilização social e, quando bem-sucedidos (através de diversos fatores e processos que incluem o contágio e a capacidade de difusão, entre outros), passariam a acompanhar-se dos segundos, os derivados, “intérpretes criativos” do cenário aberto” (BRINGEL, 2013, p. 44)

Os estudantes de São Paulo, ao reagir contra as reformas anunciadas pelo governo do estado, teriam construído um referencial simbólico de ação, que influenciou outros movimentos que tomaram por base as ocupações paulistas, especialmente pelo fato de terem sido bem-sucedidas na reivindicação de cancelamento da reorganização escolar (CAMPOS *et al*, 2016). O movimento “derivado” ocorrido em Goiânia, ainda em 2015, tomou o exemplo paulista como motivador para a mobilização, deflagrada logo em seguida:

A estratégia de ocupação de escolas foi claramente inspirada no movimento iniciado em São Paulo um mês antes, reproduzindo-se em solo goiano o protagonismo de jovens estudantes de escolas públicas, e a prevalência de formas organizativas e repertórios de mobilização autonomistas e horizontais (TAVARES e VELOSO, 2016, p. 15)

No caso goiano, a principal pauta de reivindicação foi a oposição às medidas anunciadas pelo governador Marconi Perillo para delegar a gestão escolar do ensino público para organizações sociais (OS), que constituiriam uma espécie de terceirização da administração das escolas (TAVARES e VELOSO, 2016, p. 14). No caso goiano, ao contrário do movimento paulista, as demandas foram apenas parcialmente atendidas, com uma suspensão somente temporária da transferência da gestão das escolas para as OSs, sendo criada posteriormente legislação que previa este tipo de ação por parte do governo (TAVARES e VELOSO, 2016, p. 16).

Ao longo do ano de 2016, ocorreu uma nova onda de ocupações, utilizadas em diversos estados com demandas variadas: em Minas Gerais, contra a militarização das escolas; Rio de Janeiro, para reivindicar eleições diretas para o cargo de Diretor Escolar; Rio Grande do Sul e Mato Grosso, contra privatizações; Ceará, por verba para reformar escolas; e muitos outros que realizaram protestos no primeiro semestre de 2016 (REAL, 2017). Já no segundo semestre do mesmo ano, ocorreu a eclosão da grande onda de ocupações que se opunha à Medida Provisória que estabelecia a Reforma do Ensino Médio e à PEC 241, tendo se verificado no Paraná o maior número de escolas ocupadas, cerca de 850 no total (DOMBROWSKI *et al*, 2017; MARTINS, 2018). São Paulo também presenciou grande número de ocupações por todo o estado, sendo que os estudos sobre as ocupações das escolas paulistas são os mais comuns na produção recente (CAMPOS *et al*, 2016; CORTI, CORROCHANO e SILVA, 2016; MEDEIROS e JANUÁRIO, 2017). Também aconteceram ocupações no Ceará (RÊDES e NUNES, 2017) no Espírito Santo (REAL, 2017) e Goiás (BALDINO e FREITAS, 2016). Segundo informações da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), o número de escolas ocupadas em todo o país teria chegado a cerca de 1200, em mais de 20 estados⁶.

As produções sobre estes fenômenos têm se acumulado recentemente, com trabalhos publicados e apresentados em eventos científicos. Verificou-se ser muito comum a abordagem que trata das ocupações a partir do estudo do impacto da internet e das redes sociais para os processos de mobilização, realizando principalmente pesquisas voltadas para o material produzido para divulgação por parte dos sujeitos participantes dos protestos. Rêdes e Nunes (2017), por exemplo, realizaram um trabalho de monitoramento de redes sociais para observar o impacto destas nas mobilizações ocorridas no Ceará. Romancini e Castilho (2017) constroem uma pesquisa de viés similar, tentando associar a utilização das mídias e redes sociais ao conceito de “política participativa”, traçando similaridades entre as ocupações secundaristas e as Jornadas de Julho de 2013 no Brasil.

Alguns trabalhos optam por uma descrição dos eventos de ocupação, com a intenção de construir reflexões sobre a forma de ação em si, a organização adotada e possíveis interpretações sobre os acontecimentos ou motivações dos estudantes. Campos *et al* (2016)

⁶ <https://ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/>. Acesso em: 30 nov. 2018.

realizaram uma pesquisa durante as ocupações de São Paulo, documentando as opiniões e declarações dos ocupantes durante o desenrolar das ações em questão. Dombrowski *et al* (2017) assim também o fizeram durante as ocupações do estado do Paraná, apontando para a importância de perceber um movimento como o pesquisado a partir de sua relação com uma dimensão global de protestos. Também é possível citar o trabalho de Corti *et al* (2016) que, por meio de um contato indireto com as ações do movimento, ou seja, por meio de notícias e materiais produzidos por meios de comunicação, traça alguns pontos de reflexão sobre a ação dos estudantes paulistas; e o de Valle *et al* (2017), que identificam uma tendência à predominância da forma discussão autonomista nas ocupações paulistas, herdada segundo estes autores dos movimentos estudantis chilenos.

Weissbock (2017) busca construir uma reflexão sobre as dimensões de território e territorialidade na ação dos movimentos secundaristas desde 2015, discutindo as formas de significação das ocupações a partir da constituição de uma identidade com o local ocupado, sendo que o movimento se constituiria enquanto tal a partir da ocupação de um espaço definido. Real (2017), pesquisando as ocupações ocorridas na cidade de Vitória, Espírito Santo, se utiliza das discussões sobre engajamento militante para identificar os padrões organizacionais, como os repertórios de organização e ação coletiva, e os padrões relacionais, ou seja, as esferas de vida e redes de relacionamento que nas quais os indivíduos estariam inseridos e que operariam para a sua alfabetização política e formação de uma identidade militante.

Baldino e Freitas (2016) optam pela realização de entrevista com um participante de ocupações, de modo a se aproximar das experiências e reflexões oriundas desta participação e descrevendo acontecimentos vivenciados por este. Martins (2018) se propõe a refletir sobre o potencial formativo para o fazer político de jovens, dando prioridade à dimensão da discussão sobre as possibilidades de construção de experiências dos jovens inseridos neste contexto. Por fim, Januário e Medeiros (2017) buscam argumentar a partir das possíveis motivações e sentimentos que teriam levado os jovens a se mobilizar no estado de São Paulo⁷.

⁷ Certamente, existem outros trabalhos que apontam para abordagens de pesquisa que não as destacadas aqui; a título de exemplo, é possível citar as pesquisas de Tavares e Veloso (2016) e Tavolari *et al* (2018), que se

Evidentemente, a bibliografia brevemente referida sobre os recentes ciclos de ocupação no Brasil é apenas uma parte de muitas pesquisas que foram realizadas, sendo que é possível que o número destas aumente nos próximos anos. Tomando por base a literatura aqui citada, pode-se fazer algumas observações sobre as produções existentes até o momento. A maior parte dos trabalhos consultados constrói interpretações sobre as ocupações a partir de uma abordagem que enfoca a dimensão de contexto social e político da utilização dos repertórios de ocupação e suas características, sendo que um número menor busca dialogar com a noção de experiência em alguma medida (BALDINO e FREITAS, 2016; JANUÁRIO e MEDEIROS, 2017; MARTINS, 2018). Nestes casos, a análise se prende à utilização de conceitos que, por vezes, servem menos à explicação sobre a ocorrência das ocupações e mais à categorização das mesmas sob um referencial teórico específico. Defende-se que as discussões sobre experiência devam ser pensadas de maneira a trazer maior aproximação da dimensão dos discursos dos próprios sujeitos, considerando as suas narrativas como expressões dos significados construídos nos momentos da ação, e não apenas a partir de categorias teóricas por vezes tomadas *a priori*, ou que não se relacionem diretamente com os casos das ocupações. Faz-se necessário, portanto, investigar como os elementos das próprias ocupações podem contribuir para a sua compreensão, e não apenas realizar uma espécie de aplicação de conceitos que dialoguem pouco com os casos estudados.

Em suma, é possível identificar muitas contribuições importantes nas produções existentes sobre as ocupações estudantis da Primavera Secundarista, mas defende-se que é possível discutir novas possibilidades de abordagem que apontem para questões pouco desenvolvidas no contexto deste conjunto de reflexões. Esta dissertação tem como objetivo dialogar com este campo de estudos, construindo uma reflexão calcada na experiência dos sujeitos participantes das ocupações, a partir dos referenciais teóricos elencados no capítulo 1. Acredita-se que é possível, desta maneira, realizar uma reflexão que toca em pontos ainda

utilizam da interpretação da não neutralidade do Direito, especialmente quando associado a um contexto de confronto político. A esfera jurídica é passível de mudanças de interpretação, sendo que durante o desenvolvimento de uma controvérsia pública este entendimento sofre diversas influências e por vezes alterações nas decisões em relação ao tema disputado. Segundo os autores citados, isto foi verificado durante a ocorrência das ocupações de escolas.

pouco trabalhados nos estudos sobre as manifestações estudantis de 2016, enfocando principalmente a abordagem da constituição dos problemas públicos enquanto campos de experiência coletiva, passíveis de serem abordados a partir dos relatos e narrativas das experiências particulares de sujeitos presentes nas mobilizações de ocupações de escolas. Assim, poderia ser desenvolvida a reflexão sobre as possibilidades de construção de conhecimentos sobre movimentos sociais a partir das questões colocadas como problemas de pesquisa deste trabalho, a ser discutida nos capítulos seguintes.

2.3 Breve contextualização das ocupações no Distrito Federal

As ocupações de escolas no Distrito Federal, no âmbito da onda de manifestações contra a Reforma do Ensino Médio e a PEC 241 tiveram início no começo do mês de outubro, com a ocupação do Centro de Ensino Médio 414 (CEM 414), na região administrativa de Samambaia⁸. A esta se seguiram ocupações em diversas regiões administrativas: Brasília (Plano Piloto), Planaltina, Recanto das Emas, Cidade Estrutural, Riacho Fundo, Taguatinga, Gama e Brazlândia. Segundo a UBES, no dia 28 de outubro, o número de ocupações no DF seria de doze instituições de ensino, somando escolas da rede pública distrital e institutos federais. O número total de escolas de escolas ocupadas no DF, no entanto, teria sido maior, pois algumas tiveram um período curto de duração, por vezes de apenas um dia, como mostram alguns relatos expostos no capítulo seguinte. As ocupações tiveram acompanhamento da mídia local e nacional, e lograram exercer pressão sobre os governos distrital e federal⁹, gerando inclusive a ameaça de cancelamento da aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas escolas ocupadas em todo o país¹⁰.

O movimento de ocupações de escolas no DF durou até o início do mês de novembro, quando, por meio de ação judicial, o Governo do Distrito Federal determinou a desocupação das escolas¹¹. As desocupações aconteceram, principalmente, a partir da emissão de um

⁸ <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/10/alunos-ocupam-escola-no-df-em-ato-contra-reforma-do-ensino-medio.html>. Acesso em: 30 nov. 2018.

⁹ <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/10/df-tem-5-escolas-ocupadas-contra-pec-do-teto-de-gastos-diz-secretaria.html>. Acesso em: 30 nov. 2018.

¹⁰ <https://g1.globo.com/educacao/enem/2016/noticia/mec-diz-que-ocupacao-em-210-escolas-compromete-enem-para-80-mil-alunos.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2018.

¹¹ <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/11/apos-mandado-judicial-estudantes-do-df-deixam-ocupacao-em-2-escolas.html>. Acesso em: 30 nov. 2018.

mandado de segurança emitido por um juiz da Vara de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal¹², na qual é autorizado o uso de “isolamento físico e privação de sono” como medidas para forçar a saída dos estudantes. O fim do ciclo de ocupações no DF coincidiu com início da ocupação da Universidade de Brasília, ocorrido no dia 31 de outubro¹³, tendo durado até meados do mês de dezembro do mesmo ano (SILVA JBP, 2018). Esta, ainda que não esteja inserida no escopo deste trabalho de discutir as ocupações secundaristas, pode ser incluída no mesmo ciclo de protestos estudantis que, na conjuntura de 2016, resistiram à adoção das medidas anunciadas pelo governo federal (SILVA JBP, 2018).

Analisando o contexto do DF, as ocupações tiveram diversos impactos no cenário das discussões públicas sobre as medidas do governo federal e, em conjunto com as movimentações nacionais, influenciaram na discussão da Reforma do Ensino Médio e a PEC 241. Apesar disto, ambas as medidas foram aprovadas junto ao Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente Michel Temer, frustrando os principais pontos de reivindicação defendidos pelos estudantes em todo o Brasil.

Considerando todas as contribuições apresentadas ao longo deste capítulo, é possível identificar as muitas formas de expressão e organização de ações coletivas que se utilizam da ocupação, com objetivos e demandas variados. Enquanto repertório, o modelo da ocupação de espaços, públicos ou privados, se coloca como ação adaptável em relação a elementos organizativos, expressando questões em disputa que se inserem no contexto dos conflitos em questão. Existe certamente um histórico na utilização das ocupações por movimentos sociais, sejam brasileiros ou de outros países, que devem ser observados ao se desenvolver uma pesquisa que reflita sobre esta forma de ação. Deve ser feita a ressalva, no entanto, pelo esforço de compreensão das ocupações secundaristas recentes, foco deste trabalho, não apenas a partir do recorte de interpretação que as apresenta apenas como movimentos derivados que incorporariam elementos de outros contextos, como a organização descentralizada e a utilização da internet como ferramenta de comunicação. A observação inversa, porém, também é válida: não se deve tomar a prática das ocupações por

¹² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/11/01/interna_cidadesdf,555619/juiz-autoriza-corte-de-luz-e-agua-para-desocupar-escola-publica-no-df.shtml. Acesso em: 30 nov. 2018.

¹³ <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/10/estudantes-ocupam-reitoria-da-unb-em-ato-contra-pec-do-teto-de-gastos.html>. Acesso em: 30 nov. 2018.

estudantes como uma novidade em absoluto; estas formas de ação apenas são possíveis, no contexto em que acontecem, por manifestarem um conjunto de influências e acúmulos de discussão. Em termos mais diretos, o que se busca destacar é tanto o aspecto situado, histórica e culturalmente, das ocupações secundaristas, quanto o aspecto de ressignificação e transformação realizada por estas mesmas ocupações.

As pesquisas e trabalhos já realizados sobre a ocorrência de ações da Primavera Secundarista em vários estados do Brasil permitem identificar recorrências e possíveis limites, a serem explorados de maneira mais aprofundada. O principal, defende-se, é de que as pesquisas se focam em construir discussões sobre a forma de ação das ocupações, ou seja, como estas se organizam e a dinâmica de interação entre os estudantes que participaram das mesmas. Também são comuns os trabalhos sobre os discursos produzidos em redes sociais pelos ocupantes e as notícias de meios de comunicação que acompanharam a ocorrência das ocupações. Em resumo, existem muitas contribuições que esforçam por descrever, focando as formas de ação, os meios de comunicação e mesmo os contextos sócio-políticos de ocorrência das ocupações, mas pouco trazem à discussão a temática dos sentidos associadas à experiência de participação nestas mobilizações.

Defende-se que, em diálogo com as produções existentes, tanto as que discutem a ocorrência de ocupações de maneira geral, quanto as que se voltam ao estudo das ocupações secundaristas no Brasil, seja dado maior destaque às experiências dos próprios sujeitos ocupantes, de modo a construir novas formas de entendimento destas ações. As formas de atuação e o meio no qual se desenvolveram as ações da Primavera Secundarista apenas ganham sentido quando se analisa a experiência dos sujeitos, tomando-os como capazes de construir reflexões sobre as mobilizações das quais participaram.

Entende-se que a experiência dos estudantes, aproximada por meio das narrativas realizadas pelos mesmos, pode ser uma fonte rica de discussões para refletir sobre as formas como as ações de ocupação foram significadas, trazendo aprendizados para a ação dos sujeitos e constituindo ampla fonte de inspiração para os estudos dos movimentos sociais contemporâneos no Brasil. Neste sentido, o próximo capítulo trará uma discussão sobre estas narrativas de experiência, situando-as frente às principais discussões elencadas por este trabalho.

3. NARRATIVAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NAS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS NO DISTRITO FEDERAL

Então a gente viver aquele espaço, e passar a cuidar dele, tipo “véi bora limpar isso aqui sacou, por que véi, a gente tá aqui, a gente tá querendo proteger”, essa coisa de não quebrar as paradas... essas coisas que a gente percebe, como é que a gente trata uma mesa antes e depois de uma ocupação... é muito diferente véi, porque você percebe,(...) isso aqui é uma mesa da escola sacou, essa escola é importante. (M, estudante do CEMSL)

A fala reproduzida acima foi parte do comentário de *M*¹⁴, estudante do Centro de Ensino Médio Setor Leste, à pergunta de como a participação na ocupação da escola o teria afetado. Entende-se que, entre outras questões, esta fala expressa uma interpretação que considera a ação dos estudantes como um momento de aprendizado e mudanças, indo ao encontro de uma concepção de ocupação como um processo formativo, de mudanças de pensamento e ação por parte de quem ocupa. Este capítulo irá apresentar uma discussão sobre as experiências de participação nas ocupações, dando primazia às narrativas feitas por estudantes presentes nos protestos de 2016, de modo a apontar para algumas questões de reflexão que possam contribuir para o entendimento dos sentidos atribuídos pelos sujeitos às ações coletivas de que participaram.

A realização das entrevistas se deu ao longo do primeiro semestre do ano de 2018, pouco mais de um ano após a ocorrência das ocupações no DF. É importante explicitar que as ocupações não se deram da mesma maneira em todas as escolas nas quais os entrevistados estiveram presentes. Em duas delas, CED 03 e CEMSL, as ocupações duraram apenas um dia e meio, enquanto as outras (CEMTN, GISNO e CEMSO) duraram entre 7 e 12 dias. As seis pessoas entrevistadas já haviam concluído o ensino médio, e no momento da realização da pesquisa, todas cursavam algum tipo de formação de nível superior. Como relatado no capítulo 1, o modelo utilizado foi o de entrevistas semi-estruturadas, por serem consideradas um procedimento coerente para estabelecer um momento de conversa com os sujeitos que colaboraram com a pesquisa, de modo a fornecer um espaço para que estes pudessem construir suas narrativas sobre a sua participação nas ocupações. Assim, o roteiro inicial de

¹⁴ Os nomes dos estudantes entrevistados foram mantidos em sigilo, de modo a preservar o anonimato.

entrevista contava com quarenta e cinco perguntas e dividido em seis seções, a saber: “apresentação”, com perguntas introdutórias sobre a pessoa entrevistada; “escola”, com perguntas sobre a escola que foi frequentada; “amizades”, acerca dos círculos de convivência e sociabilidade; “ocupação”, sobre os momentos de protesto e mobilização; “pós-ocupação”, sobre as possíveis consequências das ações nos espaços escolares; e “opiniões pessoais sobre a ocupação”, onde são buscadas impressões da pessoa entrevistada sobre o tópico em questão.

O roteiro foi seguido, em sua maior parte, principalmente na realização da primeira entrevista, sendo adaptado gradativamente ao longo das entrevistas seguintes. Percebeu-se que, ao delinear a pesquisa a partir de uma proposta de análise das narrativas dos participantes das ocupações, haveria um ganho qualitativo em relação ao material de pesquisa caso houvesse maior liberdade para a expressão dos sujeitos entrevistados. Assim, estes foram instados a relatar os acontecimentos da ocupação, da maneira como se recordavam, sendo realizadas perguntas para a complementação das informações ou esclarecimento de algum ponto específico. O roteiro, em anexo a esta dissertação, ainda assim foi importante para a organização dos momentos de entrevista, complementando as perguntas feitas durante as conversas realizadas.

De maneira geral, as narrativas foram analisadas frente aos referenciais teóricos já discutidos ao longo do capítulo 1, levando em consideração: a) a descrição das ocupações, a divisão de tarefas e a forma de organização dos grupos de estudantes mobilizados; b) quais eram as principais pautas e reivindicações das ocupações, e como estas questões mobilizaram os sujeitos a participar; c) como os próprios sujeitos entrevistados dão sentido à sua participação nas ocupações. Em grande medida, esta forma de divisão para a análise do material das entrevistas foi informada pelas categorias teóricas de repertórios, *frames* e engajamento, de maneira que as experiências narradas pelos sujeitos pudessem servir de insumos para estabelecer eixos de discussão sobre as temáticas teóricas de análise de movimentos sociais. Assim, seria possível dialogar com produções recentes sobre a temática de ocupações estudantis, com vistas a apontar possíveis desenvolvimentos deste campo de estudos. Desta maneira, o objetivo foi dar destaque principalmente às formas de expressão dos sujeitos, buscando contato com as interpretações e significados expressados por eles. O esforço, mais uma vez, é o de acompanhar as “microfundações da ação coletiva”

(POLLETTA, 2006), aproximando-se das experiências como elementos formadores, simultaneamente ação, reflexão e aprendizado. Foi buscada uma organização que desse destaque às falas dos entrevistados, construindo um quadro heterogêneo que apresente elementos relacionados aos sentidos construídos pelos próprios sujeitos, em que as experiências dos estudantes dialogam umas com as outras, de forma a apontar para as recorrências e particularidades das narrativas.

3.1 Como as ocupações aconteceram

3.1.1 Primeiras ações

Quando começou acho que foi no Paraná, em São Paulo, que começou essa movimentação de ocupação e tudo mais, a gente sabia que precisava se mobilizar, que só ir pra rua não era tão positivo pro movimento estudantil (...) E aí quando o Paraná deu o start nas ocupações a gente falou “não, esse é o caminho, é isso que a gente precisa, agora”. (L, estudante do CEMTN)

O início das ocupações no Distrito Federal, como relatado no capítulo anterior, se deu no mês de outubro, quando a onda de ocupações em outros estados, especialmente Paraná e São Paulo, estava se expandindo para mais unidades da federação. Pode ser apontado certo padrão nas formas de organização, divisão de tarefas e mesmo nas rotinas descritas pelos participantes: com algumas variações, no geral as ações eram tomadas inicialmente por grupos pequenos em cada escola, com diálogos sobre as motivações e inspiração em movimentos ocorridos em outros estados ou no próprio Distrito Federal, no caso das escolas que foram ocupadas ao fim do ciclo de mobilizações:

A gente foi lá na escola, a gente já tinha se reunido, alguns alunos, eu principalmente e uma amiga, tinham falado “pô, a gente poderia ocupar a escola, tá na hora de fazer alguma coisa por essa escola que é tão marginalizada dentro da própria Brazlândia”. (L, Estudante do CED 03)

É, porque a gente se questionou assim “por que não a gente também, a gente tá em Brasília”, porque sei lá, tem tipo 800 escolas ocupadas por estudantes da própria escola em Curitiba e aqui em Brasília, a gente tá tipo, fica acomodado, aceitar as coisas calado? E a gente começou a estudar sobre os assuntos... (F, estudante do GISNO)

A forma de início das ocupações se deu principalmente de duas formas. A primeira foi pela ocorrência de assembleias com a intenção de discutir a deflagração ou não das ocupações. Estas tinham como objetivo principal incentivar o debate sobre as razões de se realizar uma ocupação, fazendo com que os estudantes de cada escola pudessem participar do processo de construção das ações de mobilização. A iniciativa das ações, segundo os entrevistados, era geralmente tomada por grupos pequenos de estudantes que já tinham algum interesse em discussões políticas, e que atuavam como mobilizadores da mobilização nas suas escolas. A partir daí, seguiam-se as ações de fechamento do acesso ao interior das escolas, de forma a garantir um momento de organização aos estudantes. A segunda forma se dava pela ação de grupos pequenos que, sem aviso prévio, entravam nas escolas e fechavam os portões e acessos à área externa. Feito isto, eram buscadas as medidas de diálogo com os estudantes que não haviam participado da ação. Os excertos abaixo ilustram estes dois métodos de ação:

Acho que foi isso, no mesmo dia, assembleia do noturno, e aí meio tumultuado, o EJA tem várias questões próprias, e eu não lembro exatamente o que deu nessa assembleia, mas sei que no dia seguinte teve mais duas assembleias, de manhã e de tarde, e aí uma passou, só que a outra não passou, só que aí o número de uma era maior, aí ficou aquela discussão louca de que não tinha legitimidade e não sei o que, mas acabou que a gente ocupou nesse dia. (M, estudante do CEMSL)

No dia 26 a gente chegou às 4:30, 5:00 da manhã, trancou os dois portões da escola, com cadeado e tal, e aí por volta das 7:00 a galera começou a chegar e aí foi aquela bagunça que todo mundo já sabe, aquela opressãozinha básica. (L, estudante do CEMTN)

O número de estudantes que participaram das ações em cada escola foi variável; em algumas, como o CED 03, o número inicial chegou a 100 estudantes e apoiadores, logo após a decisão de realizar a ocupação. O mais comum, no entanto, foi a queda no número de

peças que participavam das ações cotidianas em todas as escolas, com a permanência, em média, de 20 a 30 pessoas para realizar as atividades e manter o espaço ocupado.

3.1.2 Organização

A partir do momento em que conseguiam o controle sobre o espaço da escola, as ocupações se organizaram de maneira similar com a divisão de comissões, sendo as mais comuns as de infraestrutura, segurança, alimentação e divulgação. Esta foi a forma encontrada para criar uma dinâmica em que todos que quisessem participar das decisões pudessem contribuir com ideias, assim como realizar mais de uma atividade no interior das escolas:

Como é feito em todas as ocupações, a gente dividia em comissão, e aí comissão de limpeza, do rango, estrutura, comissão de segurança... e aí tinham as reuniões internas das comissões e tinha assembleia da ocupação, todo dia a gente tinha assembleia. E era isso, a gente ia se organizando, comissão de segurança fazia suas rondas e tal, organizava suas rondas, comissão de estrutura, comida, arranjava, fazia contato pra doação tal não sei que, fazia comida, e era isso. Tinha a articulação, que falava com as outras escolas e tal. (M, estudante do CEMSL)

Esta forma de organização era caracterizada pela busca de uma dinâmica que contribuísse para a participação de todos, gerando debates e abrindo espaços para colaborações de apoiadores que não fossem estudantes da própria escola. Assim, atividades como saraus, aulas públicas, debates com temas variados, além de mutirões de limpeza do espaço escolar foram comuns. Todas estas atividades aconteciam a partir do contato e organização dos próprios ocupantes, com o apoio de diversos grupos externos à escola. Segundo relatado, foi comum que estudantes da UnB estivessem presentes, assim como membros de coletivos políticos, dentre os quais foram citados: Juntos, coletivo de juventude ligado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); a organização não-governamental Mães pela Diversidade; o coletivo de mulheres Rosas pela Democracia; e o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (SINPRO-DF). O trecho abaixo expressa um pouco desta questão organizativa, assim como a questão do planejamento das atividades a partir dos contatos com apoiadores:

A gente fazia assim, todo dia depois das seis que era o último horário, a gente se reunia dentro da sala dos professores lá da escola e meio que dividia entre todo mundo o que cada um ia fazer, (...) e tinha um quadro lá que a gente pegava e anotava, tipo assim, “amanhã que que a gente poder fazer?”, por exemplo, “tem um menino que tá fazendo graduação na UnB de Geografia”, por exemplo, “e que tá querendo dar aula”, “tem um cara que que dança break que tá querendo vir se apresentar”, “tem uma galera que rima, eles estão querendo vir pra cá”, “tem um pessoal querendo um sarau”, aí a gente meio que anotava e fazia os horários nesse escalonamento certinho pra não bater nada né, pra não dar errado nada. (G, estudante do CEMTN)

Além do apoio de grupo e coletivos políticos, também se viu o apoio de parte das famílias dos próprios estudantes, seja quanto à ajuda direta para garantir a permanência dos ocupantes, por meio de doações de alimentos, quanto pela compreensão em relação à ação de ocupação. Um dos fatores que influenciava em grande medida a permanência ou não de muitos estudantes na ocupação era a possibilidade de problemas com a família, inclusive pelo fato de muitos não conseguirem permissão para passar as noites na escola. Entre os entrevistados, entretanto, foi comum que familiares se mostrassem compreensivos, e mesmo quando não concordavam com as motivações da ocupação, não se opuseram de modo a impedir a participação. M, particularmente, afirma que a família entendia e apoiava, por ter um histórico de militância:

Minha família sempre foi muito de boa porque sempre foram militantes também e tal, mas tem muita preocupação né (...) tinha muita preocupação com a segurança, por parte da minha mãe, mas ela sempre compreendeu muito véi, tipo, ela pedia “volta pra casa de vez em quando” (...) “toma um banho”, “dá notícia”... Mas rolava uma, ela entendia, tem que ficar lá, então vai ficar lá, quando for voltar, volta, e tal. Foi bem compreensiva. Família toda. (M, estudante do CEMSL)

Assim, de maneira geral, percebe-se pelas falas dos entrevistados que a organização do cotidiano das ocupações esteve relacionada em grande medida com uma rede de apoiadores e grupos com os quais foi mantido diálogo, de modo a possibilitar o desenvolvimento das atividades. Além disso, o fator familiar também foi uma dimensão importante, posto que pode ter tido influências em relação à participação na própria ocupação.

3.1.3 Conflitos e desocupação

Os conflitos relatados, quando as ocupações foram deflagradas e durante a sua manutenção, se deram com três grupos de sujeitos, de maneira geral: diretoria e funcionários das escolas; estudantes contrários e grupos externos à escola que se opunham às ocupações; e a Polícia Militar. Em todos os relatos, diretoria e funcionários se opuseram de alguma maneira à ação dos estudantes, mas no CEMSO, GISNO e CEMTN, particularmente, houveram ações mais incisivas voltadas à abertura dos locais. Junto a estudantes opositores, foram realizadas ações como tentativa de forçar uma desocupação, assim como tentativas de constrangimento e intimidação, como mostram as duas falas a seguir:

Os alunos tavam numa repressão gigantesca, tinha um “movimento desocupa” né, a gente fazia debate todo dia, era acordar de manhã e ver a galera chegando e ficar gritando na porta, discutir (...) o dia inteiro. Aí teve tentativa de invasão, invadiram a escola algumas vezes. (...) Chegaram a entrar, chegaram a ocupar pra gente não ocupar... Aí queriam fazer um acordo dos “desocupa” ficarem ocupando uma parte e a gente ficar na outra, aí a gente “uai, não entendi”. Mas enfim, a diretora era uma loucura assim, ela mesma invadia a escola, pulava a cerca, ficava xingando a gente, aí derrubaram o portão, enfim, várias tretas. (M, estudante do CEMSL)

A gente botou cartazes e faixas dizendo que a escola estava ocupada e um dia à noite jogaram muito tinner numa árvore que tinha do lado de fora, e colocaram fogo nesses cartazes e faixas, jogaram muitas garrafas de vidro dentro da escola, e aí quebrou telha porque jogaram pedra, e tudo isso caiu na nossa conta, a gente teve que arcar com tudo isso depois. Não houve violência física, foi mais essa repressão ao nosso patrimônio, queimar cartaz e tudo mais. (L, estudante do CEMTN)

Em relação a conflitos com a Polícia Militar, é relatado que, entre os casos narrados pelos entrevistados, a ação mais incisiva aconteceu com os estudantes do GISNO, em que aconteceu a utilização de meios sonoros para forçar a saída dos ocupantes, após a autorização judicial de juiz da Vara de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, como referido no capítulo anterior:

Inclusive no Gisno eles faziam, torturavam as pessoas com tortura sonora, ficavam a noite inteira tocando uma sirene altíssima, entravam na escola, aterrorizavam e tal. (M, estudante do CEMSL)

Antes pra mim polícia era pra proteção. Quando eu vi a polícia entrando na minha escola por causa de ocupação eu falei “cara a polícia tá aí pra que né”. (H, estudante do GISNO)

Apesar disso, a maior parte dos relatos afirmam que as desocupações foram feitas de forma pacífica, sem agressões ou detenções dos estudantes, apesar das ameaças relatadas. No caso do GISNO, os entrevistados afirmam que aconteceram insinuações de utilização de drogas no interior da escola, ao que os ocupantes interpretaram como ameaças de incriminação do movimento. Não aconteceu a detenção de estudantes no momento das desocupações, negociadas com a Polícia Militar, em certa medida pela atuação de advogados e conselheiros tutelares que prestaram assistência jurídica aos ocupantes:

Bateram uns policiais lá na escola e eles começaram a fazer pressão pra entrar, que a gente não tava deixando, (...) a gente falou “vocês só podem desocupar com mandado”, tinha um monte de advogado que tava ajudando a gente, aí eles começaram a falar que se a gente não desocupasse eles iam chegar com mandado e tirar a gente à força e era melhor a gente sair do jeito que a gente tava porque aí não ia prejudicar ninguém, não ia machucar ninguém, foi assim. (...) e aí a gente pegou e falou “é melhor a gente sair, porque se eles chegarem aqui com esse mandado e fizerem o que eles estão falando mesmo, lascou”. (G, estudante do CEMTN)

A gente saiu, (...) começou a cantar várias coisas, gravaram a gente saindo bonitinho, aí entrou uma mídia lá pra fazer uma vistoria, mostrando que a gente não tinha sujado nada, que a gente tinha feito o contrário, tinha arrumado a escola, limpado a escola, aí a polícia parece que queria levar a gente né. Só que aí lá na porta tinha a conselheira tutelar, (...) mal a gente saiu da escola, a hora que a gente botou o pé pra fora da escola já botaram a gente dentro dos carros dos conselheiros tutelares. Socaram a gente dentro dos carros, “entra lá dentro do carro, depois a gente se resolve com as coisas de vocês”. (...) Mas foi tipo muito rápido, porque a polícia tava querendo levar a gente preso mesmo. Que nem tinham levado os estudantes do CEMAB né. Levaram eles pra DCA e tals. Aí queriam

fazer a mesma coisa com a gente, só que aí nisso os conselheiros tutelares foram muito rápidos, e os advogados populares, ficaram lá enrolando a polícia até a gente conseguir. (H, estudante do GISNO)

Os conflitos, portanto, se manifestaram ao longo da duração das ocupações, havendo grande pressão externa para a desocupação, por parte dos grupos acima referidos. A disputa judicial que culminou com a liminar que determinava a reintegração de posse marcou em grande medida o momento de desmobilização das ocupações no DF, entre o final do mês de outubro e o início do mês de novembro de 2016.

3.2 Porque as pessoas se mobilizaram

3.2.1 Pautas e reivindicações das ocupações

Bom, os motivos, inclusive foi por causa disso que eu quis participar, foi porque a professora falou pra mim que, sobre a PEC (...) que meio que excluía algumas matérias obrigatórias do ensino médio, e isso ia prejudicar não somente os alunos, porque eu acho que você tirar uma matéria obrigatória, uma matéria de Filosofia, Sociologia, por exemplo, você tira o modo de pensar de uma pessoa, o senso crítico e tudo mais. (G, estudante do CEMTN)

Foi a onda de ataques do final do ano né, do final do ano não, desde o golpe, mas no final do ano foi quando os ataques começaram a ser votados e tal, serem postos em pauta, que era na época a PEC 241, PEC 55 e tal, a reforma do ensino médio principalmente, que era o que atingia diretamente a gente (...) E aí com o tempo foram surgindo mais coisas, começou as propostas de outras reformas e tal, mas nas ocupações secundaristas as pautas principais eram essas. (M, estudante do CEMSL)

A gente era contra mas a gente tinha consciência (...) que tinha que ter uma reforma, mas assim, mais ampla, que ampliasse outras pessoas, que não uma reforma como eles tavam impondo, entendeu. A gente queria participação também, tipo, por que eles tem que decidir uma coisa que vai ser pra gente? Porque eles já estão lá, já estão formados. Como

é que vão achar que aquilo ali é bom, se nunca pisaram aqui nessa escola? (F, estudante do GISNO)

A exemplo do conjunto de manifestações que se espalharam pelo Brasil durante o ciclo de ocupações secundaristas, as principais pautas de discussão se davam em relação à resistência à implementação da reforma do ensino médio, que modificou a estrutura a ser oferecida de maneira obrigatória na rede pública de ensino, e à tramitação da Proposta de Emenda Constitucional que estabelecia o Novo Regime Fiscal, a “PEC do Teto”. Ainda que, em algumas das narrativas, não houvesse clareza total quanto ao conteúdo das medidas contra as quais se posicionaram, a posição quase de consenso é a de que este tipo de modificação afetaria principalmente as escolas públicas e os seus estudantes. Estas reivindicações se misturavam a pautas particulares das escolas, muitas vezes relacionadas a problemas de infraestrutura ou à questão da não existência ou a desvalorização dos grêmios estudantis, considerados essenciais para a organização política dos estudantes em cada instituição de ensino:

Tinha suas pautas internas das suas ocupações, a nossa era tipo assim, a reforma do espaço da escola, a reforma da estrutura. Porque a cada ano o espaço da escola vai diminuindo, já perdeu quadras, já perdeu coisa de corrida, já perdeu campo, muita coisa (...) A gente só queria reforma, queria pintura nova, queria tipo, a sala reformada, tudo reformado. (F, estudante do GISNO)

A gente sempre acreditou que foi um movimento político legítimo, a gente tava defendendo demandas externas, tipo reforma do ensino médio, a PEC 241, mas também demandas internas, da escola. A gente queria a volta do grêmio, a gente queria melhoras na estrutura da escola, então a gente, tipo assim, mulheres encabeçaram a ocupação com perspectivas externas e com perspectivas internas também. (L, estudante do CEMTN)

A mescla de reivindicações nacionais e locais pode ser compreendida como uma combinação de pautas que tinham como ponto em comum a defesa das escolas públicas, considerando que estas seriam as maiores afetadas pelas medidas anunciadas, devido a cortes de verba e mudanças de estrutura e organização. É possível afirmar, a partir dos relatos analisados, que o enquadramento da valorização da educação e das escolas tenha sido o principal discurso a compelir os estudantes a entrarem em ação. Isto se manifestaria tanto

em relação às questões mais gerais, de resistências à reforma do ensino médio e à PEC do Teto, quanto à valorização, cuidado e reforma do espaço físico das escolas, além da demanda de garantia da existência dos grêmios como forma de articulação dos estudantes. Alguns dos entrevistados se referem a mobilizações anteriores às ocupações, como a ocorrida devido ao fim da isenção para estudantes de escolas públicas realizarem inscrição no Programa de Avaliação Seriada (PAS), uma das formas de acesso à UnB, que podem ter criado uma rede de sujeitos interessados em agir politicamente de alguma maneira. As ocupações, portanto, foram vistas como oportunidades de visibilização de questões que, por serem internas a cada escola, não encontravam, por vezes, condições de serem discutidas em outros cenários.

3.2.2 Motivações e influências para participar

Além das demandas, pode-se afirmar também que, entre os entrevistados, a influência ou incentivo de determinadas pessoas ou grupos de amigos pode ter tido papel preponderante para a inserção de alguns dos ocupantes. Como mostrado anteriormente, em algumas das escolas as ações iniciais das ocupações foram tomadas por grupos pequenos de pessoas, já mobilizadas e com certo período de planejamento da ocupação e discussão sobre as pautas de reivindicação:

A ideia de ocupação, integração pelas redes sociais também, a gente viu que tava um número muito crescente disso, a gente foi pesquisar, eu e um número muito específico de amigos, a gente propôs pra outras pessoas e eles concordaram em (...) fazer aquela ideia acontecer na própria escola (...) não era um grêmio, só um grupo de amigos mesmo, não da mesma turma, mas um grupo que tinha mais contato com essas ideias mais políticas e tudo mais. (L, estudante do CED 03)

O mais comum era o cenário em que um grupo de amigos, que realizava discussões políticas anteriormente, atuasse como coletivos de organização das ações. A partir destes, algumas questões eram definidas, assim como eram buscadas informações sobre as pautas e a situação de outras escolas. Pode-se destacar também, no caso dos estudantes do GISNO, que a mobilização de um grupo de estudantes para a criação de uma chapa para concorrer à eleição do grêmio estudantil teria sido um contexto de formação do grupo que posteriormente protagonizaria as ações da ocupação naquela escola. Este caso foi similar ao

descrito por *M*, que fez parte do grêmio do CEMSL e atuou nas mobilizações tanto para a ocupação desta escola quanto do CEMSO. *G*, por outro lado, afirma que soube das movimentações para uma possível ocupação por meio de uma professora, buscando a partir daí se inserir nos grupos de discussão e mobilização. Este caso é particular, pois nenhum dos outros entrevistados afirmou que tomou conhecimento das ações a partir de uma indicação de professores, sendo que o mais comum foi o relato do pouco envolvimento destes nas atividades das ocupações.

A principal influência para a escolha das ocupações como forma de ação, segundo falas recorrentes dos entrevistados, foram as ocupações ocorridas nos estados de São Paulo e Paraná, talvez pela natureza massiva que os protestos adquiriram à época. A mobilização e a forma de organização das ocupações, segundo *M*, foi inspirado em partes pelos movimentos secundaristas ocorridos no Chile alguns anos antes, o que dialoga com algumas pesquisas que apontam para esta dimensão presente também nas ocupações ocorridas em outros estados. Assim, a motivação de tomar parte em um ciclo de protestos considerado importante, dado o contexto vivido à época, também foi um ponto em comum entre as diversas narrativas.

3.3 Como as pessoas entendem as ocupações

3.3.1 Resultados

Os entrevistados foram instados a refletir sobre a experiência das ocupações, de modo a expressar as suas interpretações sobre os acontecimentos. O foco desta parte das narrativas incidiu sobre a dimensão coletiva, ou seja, a forma como os entrevistados perceberam a influência das ocupações para mudanças no espaço da escola ou do cenário das mobilizações; e a dimensão individualizada, pensando em como a ação coletiva afetou cada um, em um processo de reflexão sobre a própria participação. Assim, quando se pensa em “resultados”, trata-se da dimensão mais diretamente relacionada com as pautas de reivindicação das escolas. As pautas nacionais, de oposição à PEC do Teto e à Reforma do Ensino Médio, não tiveram sucesso, apesar do número massivo de ocupações em todo o

Brasil. Tampouco as reivindicações locais que, ao menos nos casos narrados, não foram conquistadas, seja em relação a espaço físico, ou em relação à demanda de formação de grêmios nas escolas que não possuíam este tipo de representação estudantil. Nesse sentido, as falas a seguir ilustram a situação mais comum observada ao longo dos relatos, em que em alguns sentidos a realidade da escola estaria pior, segundo a avaliação dos entrevistados:

Eu acho que a parte da mudança foi mais pessoal mesmo, pra cada pessoa, porque física a gente não teve nada. Hoje a escola tá, eu fui lá (...) e a escola tá parecendo um presídio, botaram grade em tudo. (G, estudante do CEMTN)

Antigamente (...) tinha horta, tipo essas coisas, e hoje em dia eles trancaram esses lugares onde a gente pode andar em lugares verdes, e a gente só tem o espaço realmente da quadra ali sabe. (...) Porque agora o espaço verde eles colocaram uma grade, a gente não pode mais ter contato lá, e a gente também tinha intervenção tipo artística, a gente podia pintar a escola, e hoje em dia não, não pode mais pintar essas paradas, não pode mais fazer esses rolezinho assim. (F, estudando do GISNO)

O caso dos ocupantes do GISNO foi o que mais se mostrou problemático após as ocupações no que diz respeito a questões de relação interna à escola, entre estudantes, professores e funcionários. Enquanto outros relatos não apontam para perseguições ou consequências que prejudicassem a permanência dos estudantes nas escolas, neste caso específico tanto a ação de professores quanto da polícia foi apontada como incisiva em relação aos participantes da ocupação:

Depois que a gente ocupou, a gente sofreu perseguição. Dos professores, da galera da direção, de toda galera que tinha um poderzinho dentro da escola a gente sofreu perseguição. (...) Eu saí da escola no 2º ano, no 2º bimestre, porque alguns professores, por exemplo, a primeira professora a chamar a polícia foi uma professora minha de Geografia. (...) Falando “ah, os alunos estão invadindo a escola”. E a partir disso ela me identificou e minhas notas começaram a cair (...) ter falta onde não tinha, onde eu não tinha faltado, e essas coisas. (...) Começou a chamar a gente de vagabundo, que a gente não sabia o que era política, porque a gente era adolescente e não sabia o que a gente tava fazendo, que tinha gente influenciando a gente, essas coisas. (F, estudante do GISNO)

Num caso foi muito constrangedor, teve uma vez que eu tava na aula de artes, e entrou um policial, e me viu (...) eu andava com uns brincos que marcavam mesmo, hoje em dia eu só uso raramente, e na hora que ele bateu o olho em mim mandou eu levantar, não tinha dado baco em ninguém, e mandou abrir as coisas. (...) Aí tipo assim, ele ficou tipo 30 minutos dando baco em mim (...) aí me mandou levantar casaco, tirar tênis, fazer mó porcaria, aí depois que, tipo, foi passar nas outras pessoas, e nas outras pessoas era tipo assim (faz gesto de passar a mão rapidamente pelo corpo), só isso sabe. E outras coisas também, tipo assim de policial identificar a pessoa e ir até a casa da pessoa, ou ir bater na pessoa na frente da mãe, rolou casos de policial ficar rondando a casa. (F, estudante do GISNO)

Um dos possíveis motivos que pode ser apontado como parte da explicação para a diferença na percepção das relações no contexto da escola após as ocupações é o de que os estudantes do GISNO cursavam o 1º e o 2º anos do ensino médio, permanecendo como estudantes da escola no seguinte, ao menos por um período de tempo, enquanto os estudantes das outras escolas cursavam o 3º ano do ensino médio, concluindo os estudos ao final de 2016, após protestos. Neste sentido, é importante apontar mais uma vez as particularidades do trabalho com narrativas, posto que manifestam casos particulares, que devem ser compreendidos enquanto momentos singulares que, ao passo que não podem ser pensados em isolado, expressam um tipo de experiência específica em relação a determinado assunto. O desafio constante é exatamente realizar a interligação entre este tipo de aproximação com as experiências de sujeitos e as discussões mais amplas de teorias e reflexões sobre movimentos sociais. Assim, talvez o principal ponto de discussão deste acesso aos relatos dos ocupantes diga respeito à forma como estes enxergam que a participação nestes protestos afetou suas ações, seus pensamentos e, talvez, sua forma de entender a própria realidade na qual estão inseridos, como exposto a seguir.

3.3.2 Como as ocupações afetaram os estudantes

Quando perguntados como teriam sido afetados pela participação nas ocupações, os entrevistados discutem em vários sentidos as mudanças que consideram que aconteceu com

as suas visões de mundo, e seus posicionamentos em relação a temáticas de discussão social e política:

Eu acho que eu acabo, não me tornando uma pessoa melhor, mas assim, politicamente mais, tentar ser um pouco mais correto sabe? Porque eu não tinha, antes de fazer a ocupação, (...) essa preocupação, eu não corria muito atrás de (...) ideais dos estudantes, que foi o que a gente tava correndo atrás (...) Aí depois que eu comecei, que eu fiz a ocupação, eu comecei a parar e pensar e um pouco mais nisso, e ler sobre, e correr atrás. Pra mim foi muito bom, eu gostei muito. (G, estudante do CEMTN)

Acho que a questão da sensibilidade sabe, tentar entender o outro, e estar disposto a ouvir as pessoas, e até no ingresso do meu curso mesmo, que requer muito disso, e acho que é isso. (...) Me incentivou muito a querer pesquisar e entender as coisas mais a fundo, porque as relações acontecem, e o conflito também, eu gosto de entender o conflito. (L, estudante do CED 03)

A escolha do meu curso se deu pós-ocupação, uma coisa bem decisiva pro meu futuro, eu conheci pessoas do Serviço Social que demonstraram apoio e tudo mais, e a minha perspectiva crítica acho que foi a coisa que mais mudou. (...) Enquanto ser político entendi que tenho, tenho força e tenho pernas pra fazer coisas e agir junto com outros estudantes. Então acho que esse pensamento crítico foi a coisa que mais mudou, com certeza (L, estudante do CEMTN)

Em mais de um caso os entrevistados afirmam que o fato de ter participado das ocupações pode ter afetado escolhas posteriores, em relação ao curso ou carreira que desejavam seguir. O mais recorrente, de fato, foi a característica de realçar a importância desta mobilização, em uma dimensão individual que gera mudanças, ainda que não as que foram buscadas inicialmente pelo movimento como um todo. Assim, expressa-se a dimensão da importância das ocupações na história de vida de cada um, no sentido de que estas tiveram um significado formativo e de criação de vínculos com outros participantes:

Na verdade foi muito bom assim no meu caso, eu amei muito participar da ocupação e tudo, porque eu acho que aprendi mais dentro de uma ocupação do que realmente na minha vida tipo, com os professores. E a gente criou uma família mesmo de pessoas (...) que você pode contar pra qualquer momento, pra qualquer coisa assim, você pode contar com

aquela pessoa, e criou amizades verdadeiras. (...) Amizades verdadeiras que vou levar aí pro resto da vida. (F, estudante do GISNO)

A condição de mudança que ocorreu após as ocupações afetou os sujeitos entrevistados, segundo os relatos, de maneira a que estes se sentissem mais dispostos a participar politicamente e desenvolver um pensamento crítico sobre diversas questões. Pensando a partir de uma dimensão processual, poderia ser afirmado que a participação nas ocupações teria um papel de mudança que, em grande medida, se expressa para além da falta de resultados específicos de conquista das demandas. A modificação individual, na reflexão das experiências particulares de cada um, assim como na dimensão coletiva de engajamento dos estudantes envolvidos, teria sido o principal resultado das ocupações. Estas manifestam, portanto, um impacto especialmente nas condições de participação ou na propensão à discussão política por parte dos sujeitos que a construíram, gerando um interesse que, segundo as narrativas analisadas, teria como principal característica o aprendizado e a inserção em redes de discussão sobre a realidade social e política na qual estão inseridos. Além disto, é importante destacar mais uma fala, que diz respeito à conexão dos protestos ocorridos nas escolas do DF com um contexto mais amplo:

Eu gostaria de comentar uma coisa que foi muito importante pra gente como secundarista na época, que a gente teve a reintegração quando a UnB tava começando a ocupar, e aí a gente teve que sair, enfim, foi expulso né. E aí eu vim pra UnB também, fiquei um pouco na reitoria (...) mas o sentimento que tinha na UnB era de que, véi, os secundaristas puxaram isso tudo sacou, a gente só tá aqui por causa dos secundaristas. Isso foi muito importante pra gente como, perceber que a gente tinha tido uma vitória sim, sacou, tinha tido uma vitória como mobilização, em uma das maiores universidades do Brasil(...) Então isso foi uma parte bem legal do pós ocupação, aquela rebordosa né, de todo mundo cansado, derrotado, a gente ter esse retorno da UnB que durou mais 40 dias. (M, estudante do CEMSL)

O fim do ciclo de ocupações de escolas do DF coincidiu com o início da ocupação da Universidade de Brasília em 2016, como relatado por Silva (2018), sendo que muitos dos participantes apontam esta relação de influência entre os movimentos de secundaristas e as ações realizadas na UnB. Assim, a interpretação de que este foi um contexto de fortalecimento do movimento estudantil, vai de encontro às falas recorrentes acerca da falta

de conquistas efetivas dos protestos. Visto que nem as pautas locais, tampouco as nacionais, foram conquistadas, poderia se pensar que as ocupações seriam consideradas como fracassadas, mas não foi o que se observou nos relatos. Pelo contrário, a dimensão dos aprendizados, o esforço de estabelecimento de diálogo, assim como as potencialidades deste tipo de movimento foram rememorados em vários momentos.

3.4 O que nos ensinam as narrativas

Mas acho que é principalmente por isso que eu falei, por eu perceber a ocupação, hoje em dia, depois de 2016, mais como um instrumento de mobilização, do que como um instrumento de reivindicação concreta. (M, estudante do CEMSL)

A fala acima, a última destacada neste capítulo, expressa a opinião de um dos entrevistados, que retrata a forma de ação de ocupação menos como meio de conquista de demandas, e mais como instrumento de mobilização. Isto pode ser analisado como uma reinterpretação desta forma de ação específica, a partir de uma percepção situada e construída pela própria experiência deste sujeito ao longo dos protestos ocorridos no DF. Como visto no capítulo 2, as ocupações são apropriadas diferentemente em vários contextos, tomando como base as experiências dos grupos que delas se utilizam, e também o cenário de conflito no qual se desenvolvem. Se, como afirma Aitchison (2011), as ocupações podem ser vistas tanto como processo, inseridas em um contexto mais amplo de mobilizações, ou como protestos, tendo em si mesmas a capacidade de gerar uma prefiguração de ideais de sociedade, as falas aqui reproduzidas apontam para este tipo de construção de ações coletivas que são, em si mesmas, múltiplas, multivalentes de significados e carregadas de potencialidades de transformação, ainda que estas transformações se operem “apenas” a nível individual.

As narrativas auxiliam para construir uma reflexão sobre as formas de apreensão e ressignificação dos repertórios de ação, no caso específico das ocupações secundaristas. As falas expressam um sentimento de necessidade de responder a um conjunto de ações que ocorriam à época, em escala nacional, relacionando tais discussões a problemáticas vividas no cotidiano das próprias escolas. Assim, é possível pensar nas maneiras de apropriação das ocupações, entendendo que os protestos foram marcados por grande horizontalidade nas

formas de decisão. Sujeitos que nem sempre estiveram presentes em contextos de discussões políticas se viram confrontados com uma situação conflituosa, aprendendo a lidar com o cotidiano de uma ocupação e resolvendo problemas da interação com os vários interesses envolvidos.

Também é importante destacar o aspecto de inserção nas ocupações a partir de uma característica relacional, em que os sujeitos constroem as discussões e se aproximam dos debates sobre os protestos a partir relação com amigos, conhecidos ou professores que incentivam este tipo de ação. O que é possível perceber, a partir destes relatos, é que em alguns casos a tomada da ação foi precedida, em certa medida, por discussões prévias, mas não necessariamente foi o fator definidor para a escolha da participação de alguns dos sujeitos da pesquisa. Em outras palavras, as interpretações sobre o cenário político foram, em alguma medida, formadas durante as próprias ocupações, por meio das ações e dos protestos. Não se busca afirmar que houve uma mobilização pouco informada acerca das pautas de reivindicação, mas sim que esta informação, por vezes, foi construída durante a própria mobilização, nos momentos de ação e interação com outros sujeitos.

Ao longo de todas as narrativas, foi buscado principalmente identificar as formas pelas quais os sujeitos expressam as condições de sua participação nas ocupações, sua própria reflexão sobre os acontecimentos e como estes podem ter sido importantes para a própria trajetória e aprendizado. A forma de percepção dos sujeitos, por ser situada, está calcada em elementos individuais que fazem parte da experiência de cada um. Construir uma reflexão sobre movimentos sociais a partir deste material apresenta vários desafios, mas também possibilita enxergar alguns limites na reflexão sobre as formas de inserção de sujeitos em ações coletivas. Como exemplo, é possível citar a percepção diferenciada em relação a perseguições ocorridas após as ocupações: os estudantes que permaneceram na escola no ano seguinte vivenciaram esta situação de maneira mais explícita que os outros, que concluíram os estudos ao final do ano de 2016. Isto serve para incentivar a reflexão sobre a importância de compreender a experiência dos sujeitos que participam de protestos ou movimentos sociais, de modo a perceber as condições pelas quais são expressadas as opiniões e interpretações sobre a ação coletiva e as formas de desenvolvimento do seu engajamento. Isto é uma observação essencial para os casos de realização de pesquisas junto a participantes de movimentos.

Entende-se que o processo de aprendizado das práticas associadas à dinâmica das ocupações, assim como a discussão política, foram alguns dos principais pontos de mudança que os estudantes reconheceram ao pensar sobre as suas próprias ações. A expressão do sucesso das ocupações, não no sentido da conquista das demandas, mas no sentido da criação de condições que geram mudanças de pensamento e formas de ação dos estudantes, talvez seja um elemento comum às narrativas de experiência dos entrevistados. Com isto, pode-se afirmar, a partir do recorte utilizado nesta pesquisa, que as condições de análise de resultados de movimentos sociais e ação coletiva deve passar pelo questionamento das condições de construção de espaços de interação que são, em essência, momentos interativos de aprendizados, seja em relação às próprias dinâmicas necessárias para a organização das mobilizações, quanto em relação às próprias vivências dos participantes. Identificar estes elementos, apontando para as características de aprendizado dos sujeitos pode ser bastante proveitoso para construir conhecimentos sobre as formas contemporâneas de ação dos movimentos secundaristas no Brasil, e de movimentos sociais em geral.

A análise das narrativas pode ser proveitosa em diversos aspectos, especialmente para a valorização da experiência enquanto elemento de construção de conhecimentos sobre movimentos sociais, a partir das narrativas feitas por sujeitos reflexivos e críticos em relação à sua própria trajetória. Observando as singularidades dos argumentos dos sujeitos que relatam suas experiências, pode-se buscar dialogar com reflexões teóricas sobre a ação coletiva, buscando situar as categorias analíticas e refletir sobre a capacidade de problematizá-las a partir da experiência dos sujeitos. Este é, obviamente, um argumento a ser desenvolvido, e a discussão do próximo capítulo buscará apontar algumas possibilidades para este tipo de construção reflexiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma discussão que serve como um dos pontos centrais desta dissertação, que é a defesa da experiência enquanto categoria analítica. Com isto, pretende-se apontar para as possibilidades de pesquisa e compreensão das formas de ação de movimentos sociais contemporâneos, como é o caso das ocupações de escolas ocorridas no Distrito Federal. Tendo em vista toda a discussão exposta anteriormente, e considerando as narrativas reproduzidas no capítulo anterior, serão discutidas algumas questões sobre experiência, e como esta foi pensada ao longo do desenvolvimento desta dissertação. Defende-se esta abordagem, visto que as narrativas possibilitam uma dinâmica de aproximação das questões e aprendizados vividos pelos sujeitos participantes. Além disso, o foco na experiência seria uma possibilidade de elaborar novas formas de entendimento acerca da ação dos movimentos sociais, assim como sobre a inserção de sujeitos em mobilizações e como estes significam esta participação. Assim, este capítulo está organizado da seguinte forma: primeiramente é defendida a importância da utilização da experiência como categoria na pesquisa sobre movimentos sociais; em seguida, esta é discutida frente às categorias teóricas de repertório, *frames* e engajamento, de modo a apontar as possibilidades de construção de conhecimentos sobre estas discussões do campo das pesquisas sobre movimentos sociais. Estas discussões são, evidentemente, informadas pela pesquisa empírica realizada para a construção desta dissertação. Por fim, é apresentada a conclusão da dissertação, que retoma os principais pontos e aponta para possibilidades de desenvolvimentos futuros desta forma de pesquisa e reflexão.

4.1 Algumas considerações sobre a questão da experiência

Como referido ao início da dissertação, foi tomada como referência a noção de “experiência” a partir do que é sugerido por Cefaï (2009), ou seja, a experiência que existe a partir das interações entre os sujeitos, a partir de sua história de vida, em contato com os meios nos quais se insere. Esta é uma forma de se localizar no mundo e construir conhecimentos a partir dos próprios momentos de ação, “é um saber de experiência, forjado na sucessão de domínio e de perda de domínio sobre as situações, um saber ancorado nos

corpos, que captam indícios e que os organizam, progressivamente, em configurações de sentido” (CEFAÏ, 2010, p. 72).

A proposta de Cefai pela interpretação da experiência enquanto constituída a partir das interações com o meio e com as situações problemáticas que surgem está inserida nas discussões da chamada sociologia dos problemas públicos, na qual se destacam diversas produções recentes (CHATEAURAYNAUD, 2011; CEFAÏ e TERZI, 2012; CEFAÏ, 2017). Este campo de estudos destaca a centralidade da categoria de público, o qual está ligado em sua gênese à identificação de problemas, ou seja, distúrbios que afetam uma coletividade, e as questões que geram mobilização e ações específicas deste conjunto de indivíduos com vistas a resolver este problema. A partir deste processo de diálogo motivado por uma situação problemática, surgiria um conhecimento experienciado pela prática, na própria interação dos sujeitos entre si e com o meio e as vicissitudes do cenário em questão. Nas palavras de Cefai:

Esse trabalho de definição da situação problemática envolve um esforço de resolução: os atores não são movidos por uma intenção de “saber por saber”, mas de saber na medida em que esse saber confere um poder de ação: “*Doing is knowing, knowing is doing*” (“Fazer é saber, saber é fazer”) (CEFAI, 2017, p. 189).

A experiência, portanto, cresce a partir das atividades e práticas. Esta abordagem sobre a questão da experiência é central para a discussão deste trabalho, por destacar o elemento formado na ação coletiva, simultaneamente ação e aprendizado. Entende-se que, ao utilizar esta definição, é possível ressaltar a dimensão dos conhecimentos que são construídos no decorrer de uma ação, sendo criado e recriado constantemente. O caso estudado das ocupações do DF, por meio das narrativas dos entrevistados, nos possibilita perceber as situações e elementos particulares que envolvem a inserção de um sujeito em uma dinâmica de protesto, sendo necessária a adaptação constante deste para responder aos problemas surgidos nas escolas, durante a interação com os outros participantes da mobilização e também com seus opositores.

Logo, se existe uma dimensão de aprendizado de práticas a partir das experiências de participação em ocupações de escolas, esta é passível de ser manifestada pelos sujeitos que ali se mobilizaram, expressando-se pelas narrativas e comunicando elementos comuns aos diversos contextos de escolas que foram palco de ocupações. Com isto, não se pretende

afirmar uma capacidade de generalização de interpretações sobre as ocupações ocorridas no DF em 2016, mas é possível apontar para alternativas que contribuam para a ampliação dos conhecimentos construídos sobre estes tipos específicos de ação coletiva recentemente observados. Faz-se necessário, portanto, discutir em que medida a noção de experiência, como definida aqui, pode ser trabalhada frente aos conceitos principais utilizados para este trabalho.

4.1.1 Repertório e experiência

A utilização da categoria de experiência frente à de repertório pode, segundo se defende neste trabalho, contribuir para o estudo de movimentos sociais em alguns aspectos. Primeiramente, deve-se destacar que o conceito de repertório, aqui articulado a partir de sua definição aproximada à dimensão performática (TILLY, 2008), pode ser discutido pelo viés dos aprendizados associados à colocação em prática de uma forma de ação específica: “repertórios são aprendidos durante performances confrontacionais – só se aprende a marchar, marchando – e performances modificam os repertórios, contínua e incrementalmente” (ALONSO, 2012, p. 31). Apesar disto, permanece em questão a forma de apropriação destes conjuntos simbólicos de tecnologias e conhecimentos de formas de ação por parte dos indivíduos mobilizados. Um repertório, enquanto conceito, expressa certa dimensão estrutural e histórica (ALONSO, 2012), devendo ser articulada a outras categorias de modo a situar a discussão, levando em consideração as formas como os sujeitos se apropriam destas formas de ação.

Pensando na questão das ocupações aqui tratadas, argumenta-se que a aplicação do conceito de repertório deve ser combinada à reflexão sobre a prática das ocupações enquanto elemento inserido em um contexto de debate público. Isto se daria por meio de uma valorização da performance e do improviso, visto que muitas das ocorrências de ocupações de escolas se deram pela atuação de sujeitos que não haviam se envolvido em situações de mobilizações coletivas anteriormente. Se há um aspecto de aprendizado de práticas, há que se perguntar em que sentido se dá este aprendizado, e como as práticas são modificadas a partir dele. Assim, a mera identificação de repertórios enquanto performances diria pouco, efetivamente, sobre as práticas e subjetividades envolvidas nas experiências dos atores em

mobilização. Deve-se buscar, portanto, maior detalhamento no que diz respeito às discussões teóricas para buscar diálogo com a situação verificada no caso empírico das ocupações. As análises de protestos a partir de uma discussão “performática” são essenciais para identificar as formas de ação de determinados grupos ou como se dá a utilização de repertórios específicos, como feito por Dowbor e Swako (2013). O que se sugere, no entanto, é a abordagem que acompanhe os sujeitos, suas práticas e aprendizados no contexto dos protestos, sendo afetados pelos repertórios e afetando-os, influenciando nas ações construídas coletivamente.

Chama a atenção o fato de que as condições de apropriação dos repertórios de ação coletiva, como no caso das ocupações, se manifestem principalmente por uma adoção de um roteiro relativamente definido, ainda que os protestos estudados sejam a primeira mobilização de alguns dos entrevistados. Cefaï define repertórios de ação como conjuntos acumulados de conhecimento, simbolismo e tecnologias que são mobilizados pelos atores de modo a dar forma a suas identidades e reivindicações (CEFAÏ, 1998, p. 143). As ocupações, com todas as suas atividades e organização, seriam um exemplo de conjunto como este, com o qual os estudantes entram em contato na própria participação. O aprendizado das formas de ação se dá, portanto, durante a própria ação, sendo esta contingente e inserida em um conflito no qual diversos sujeitos interagem. O saber agir, portanto, só é possível por meio de uma experiência específica, voltada à ação e informada pelos elementos discursivos e simbólicos associados ao conflito ou, nos termos de Cefaï (1998), ao problema público.

A experiência vivida nas ocupações, e narrada pelos entrevistados posteriormente, serve para uma aproximação da dimensão prática do aprendizado da forma de ação da ocupação. Especialmente no caso estudado, quando ocorreu em grande medida o primeiro contato de muitos dos estudantes com uma discussão política de ação coletiva, estas práticas servem como referências posteriores, construindo um acumulado de saberes que podem servir para outros contextos de protesto e mobilização. Defende-se, portanto, que a análise das narrativas de experiência possa contribuir: para ampliar o conhecimento acerca das formas de apropriação dos repertórios de ação, especialmente por sujeitos com pouca ou nenhuma experiência de engajamento anterior; para compreender a inserção de sujeitos em contextos que apresentam formas de ação rotinizadas para um conflito político, como as

ocupações, e suas interações neste tipo de conjuntura; e para perceber como os repertórios são performatizados, improvisados e transformados, adquirindo características particulares em cada caso. A fala que melhor expressa esta questão, entre as narrativas dos entrevistados, é aquela que fornece uma definição das ocupações como instrumento de mobilização, e não como forma de conquista concreta de uma reivindicação: esta interpretação é informada pela própria experiência do sujeito durante as ocupações. Portanto, a ênfase na experiência serve para destacar como os indivíduos se situam no contexto da utilização de um repertório por movimentos sociais. Esta discussão, em conjunto com as reflexões discutidas a seguir, podem fornecer pistas para a compreensão sobre as formas como a participação em uma ação coletiva afeta os indivíduos.

4.1.2 *Frames e experiência*

A discussão sobre *frames*, e como estes podem ser trabalhados junto à categoria de experiência, são outro elemento importante para o argumento deste trabalho. Trindade (2017), discutindo a questão das ocupações urbanas e sua dimensão simbólica, sugere a utilização do conceito de *frames* para a compreensão da ação de movimentos sociais, de modo a dar destaque para a atividade interpretativa realizada pelos sujeitos mobilizados:

os *frames* desempenham uma função *interpretativa* da realidade social, constituindo-se em instrumentos cognitivos que permitem aos ativistas questionar uma situação social até então *não* problemática, *transformando descontentamento em mobilização* (TRINDADE, 2017, p. 162)

Este autor argumenta pela utilização da reflexão sobre *frames* para a busca dos significados e ideologias presentes na prática das ocupações. De fato, a categoria de *frames* serve para o estudo dos simbolismos e das disputas de interpretação de movimentos como os de ocupação, visto que aponta para as dimensões discursivas que servem tanto para a mobilização de atores para a participação quanto para a divulgação das ações dos protestos ou movimentos sociais. No entanto, seguindo o argumento de Polletta (2006), os *frames* nem sempre podem ser facilmente identificados, sendo a sua delimitação por vezes uma tarefa metodologicamente complicada. Assim, a utilização das narrativas para a aproximação da dimensão da experiência se justifica, nesta discussão, por uma possibilidade de operar analiticamente em situações de menor escala, como a trabalhada ao longo desta dissertação.

Para além do aspecto de delimitação metodológica, defende-se que a noção de experiência pode ser utilizada em discussão com a categoria de *frames* pelo seguinte: os *frames* são essenciais enquanto categoria analítica, pois expressam dimensões de discursos e interpretações de situações de conflito, e também aspectos simbólicos e afetivos das expressões de ideologias ou formas de cultura política expressadas pelos atores (CEFAÏ, 1998). Estes discursos, no entanto, podem ser melhor identificados em uma dimensão situada, em que seja possível perceber a forma como os sujeitos entram em contato com estas formas de interpretação e como auxiliam na construção de compreensão da situação problemática em questão.

Defende-se que, em uma tentativa de avançar nas elaborações possíveis sobre os movimentos contemporâneos, seja dado maior destaque às possibilidades trazidas pela experiência, entendida como um saber construído na própria prática. Combinando a dimensão discursiva ou simbólica aludida pelos *frames* com uma discussão de aspecto relacional, observando a construção de práticas e saberes que estão imbricadas nos protestos e mobilizações, seria possível construir possibilidades de reflexão sobre movimentos sociais de maneira geral. Em outras palavras, a proposta aqui defendida é pela combinação dos aspectos interpretativos abarcados pela categoria de *frame*, em conjunto com um olhar situado acerca da experiência enquanto prática, considerando que os discursos ou ideologias políticas apenas ganham forma quando entendidos nos momentos de prática dos sujeitos, tendo como referenciais as questões simbólicas, mas constantemente contribuindo para construí-las e transformá-las.

A experiência como dimensão situada, vivenciada e construída a partir de dinâmicas específicas de conflito, se relaciona com os discursos e simbolismos que afetam a forma como os indivíduos percebem as ações de um movimento. Durante as ocupações, este conjunto de discursos se traduziu como uma espécie de defesa da educação pública, por meio de ações de valorização do espaço físico das escolas, assim como a sua ressignificação por meio da realização de saraus, aulas públicas e do cuidado coletivo com o espaço. Os *frames*, enquanto caracteres interpretativos de determinada ação, servem para construir uma imagem junto à opinião pública, assim como para agregar sujeitos à ação coletiva. O enquadramento interpretativo de defesa da educação pública certamente foi determinante para a participação de muitos dos sujeitos entrevistados, como se verifica em suas próprias narrativas. No

entanto, o que se pode agregar à discussão dos *frames*, neste caso específico das ocupações, diz respeito à forma como estes sujeitos entram em contato com os discursos, e como se apropriam desta forma de justificação das ações.

Decerto que a participação é influenciada por fatores diversos, mas depende-se das entrevistas que é possível que a mobilização preceda a assimilação dos discursos pelos quais as ações coletivas são defendidas. A inserção dos estudantes em grupos de convivência que tem interesse em discussões políticas, assim como a influência de pessoas específicas para o início da participação, como apontado por alguns entrevistados, são fatores mobilizadores que podem ter papel preponderante para a formação da argumentação e justificação de defesa da pauta das ocupações. Em outras palavras, a opção por utilizar a categoria de experiência, como definida nesta dissertação, auxilia na pesquisa que tenha como intenção compreender ou descrever as formas pelas quais um conjunto de discursos são articulados por determinados sujeitos para interpretar uma ação coletiva. A experiência, portanto, serve para situar as condições de formação ou de difusão de enquadramentos de interpretação dos movimentos sociais, permitindo que estes sejam mais facilmente identificados nas narrativas dos participantes das ocupações.

4.1.3 Engajamento e experiência

Em relação à temática do engajamento, a contribuição de um enfoque na dimensão da experiência também pode ser apontada, considerando principalmente a inserção e a participação efetiva dos sujeitos em ações coletivas. Os estudos sobre engajamento, frequentemente, invocam uma dimensão biográfica, na qual são investigadas esferas de vida, redes de relacionamento e alfabetização política, para discutir as possibilidades de formação de uma identidade militante (PASSY e GIUGNI, 2000; PASSY e MONSCH, 2014; REAL, 2017). Há uma preocupação com “carreiras” militantes (FILLIEULE, 2001), observando os processos de seleção e recrutamento, de aproximação e socialização políticas relacionados a um tipo de participação específico, o engajamento militante propriamente dito. Obviamente, existe uma preocupação de realizar a conexão entre trajetórias individuais e coletivas:

Trajetória individual e coletiva se combinam e co-determinam as carreiras militantes: não é possível separar, conforme veremos, o estudo das disposições,

das fileiras e das redes de adesão e os das instituições ou mesmo simplesmente dos grupos que originam a institucionalização. Em outras palavras, a atenção dedicada às lógicas individuais jamais deve deixar esquecer que as lógicas de engajamento se inscrevem muitas vezes em trajetórias coletivas e que raramente surgem sem um trabalho de solicitação que emana de grupos ou organizações já existentes. (SAWICKI e SIMÉANT, 2011, p. 218-219)

Segundo estes autores, os estudos sobre engajamento militante devem concatenar as duas discussões, tanto no âmbito da trajetória individual quanto dos coletivos ou organizações investigadas. No entanto, por se tratar de uma abordagem que enfoca uma dimensão processual, deve-se ter em conta as dificuldades de delimitar um evento específico, como no caso das ocupações, apresentando-as a partir dos sentidos a ela associados e construídos durante a própria ocorrência das ações. A abordagem do engajamento militante oferece ferramentas analíticas que buscam observar as interrelações das dinâmicas individuais e das organizações militantes, como estas trabalham os indivíduos e são por eles trabalhados (SAWICKI e SIMÉANT, 2011). No entanto, a bibliografia consultada mostra uma tendência a construir argumentos que apontam para um conjunto de processos que levam um sujeito a se identificar como militante, ou ainda, a se desengajar e rejeitar esta identidade. Tal não é o foco desta dissertação, e defende-se que esta é uma possível limitação da literatura sobre engajamento: um determinado protesto, como as ocupações, podem ser significativas para a trajetória de alguns sujeitos, mas não de outros; observar apenas os processos e as condições de trajetórias dos indivíduos tira a possibilidade de perceber as mobilizações em si, como momentos com lógicas próprias, constituindo elementos de novidade e sendo constituídas por sujeitos diversos, tenham eles uma “identidade militante” ou não. O elemento que talvez seja perdido, ao optar pela abordagem que ressalta o engajamento, é a dimensão da experiência comum que é constituída a partir da participação em uma mobilização ao redor de um problema. Ou seja, a própria situação é constituinte da experiência, sendo afetada pelos sujeitos e afetando os diferentes sujeitos de maneiras diversas.

Evidentemente, existem condições para a realização de uma pesquisa sobre as trajetórias de atuação política e engajamento que não compartilham exatamente os mesmos pressupostos metodológicos aqui apontados em relação à experiência. Ao trazer a dimensão da experiência, é possível complexificar este resgate biográfico, fazendo com que os sujeitos

não sejam aproximados apenas a partir da imagem de militantes, constituindo muitas vezes uma espécie de objetificação ou mesmo de simplificação das trajetórias de vida. Os indivíduos, especificamente aqueles vistos como “militantes”, são sujeitos complexos inseridos em redes de interação e convívio múltiplas, não podendo ser reduzidos à dimensão militante verificada por meio dos processos de pesquisa (ROSA, 2011). A busca pelos diferentes significados de um evento de mobilização é beneficiada por um conceito como o de experiência, que dá destaque às formas de aprendizado vividas pelos militantes. O ponto que se defende, neste trabalho, é o de colocar em questão a experiência enquanto momento criativo e formativo, afetando de maneiras diferentes os sujeitos que tomam parte do problema público, identifiquem-se estes como militantes ou não.

A intenção principal, ao ressaltar a experiência como formadora de formas de ação, subjetividades e condições de participação em ações coletivas, é principalmente a de tomar as narrativas dos sujeitos enquanto repletas de significados e reflexões que, por si mesmas, podem contribuir para avançar na compreensão da forma de ação de movimentos sociais. Há que se evitar a forma de construção de conhecimento que trata a realidade social como traduzível para determinados conceitos específicos, que auxiliariam na sua explicação. Assim, ao tomar a discussão sobre o engajamento militante dos indivíduos, defende-se que uma forma de evitar que a discussão recaia em uma construção de narrativa que visualize nas ações dos sujeitos apenas o que é justificável teoricamente, seria exatamente dar primazia à expressão das narrativas das próprias experiências dos sujeitos. Desta maneira, defende-se que é possível construir novas abordagens para a construção de conhecimentos sobre as ocupações.

Trata-se de uma fonte de discussões em aberto, da mesma maneira que se dão as experiências de mobilização: nem sempre lineares, mas sempre carregadas de significados, sentimentos e reflexões múltiplas. Entende-se que as narrativas sobre as ocupações se encaixam nesta forma de percepção do que seria uma mobilização, especialmente quando os entrevistados se referem aos ganhos que teriam tido por ocupar as escolas. Estes não seriam apenas em relação à esfera da militância, mas ganhos e aprendizados que se manifestam em diversas esferas de vida, como interesses de estudo e de atuação profissional.

Em grande medida, utilizar o conceito de experiência a partir de uma definição calcada em práticas e informada pelas ações dos sujeitos traz a possibilidade de estabelecer

um diálogo entre muitas discussões recorrentes no campo dos estudos de movimentos sociais. Seguindo a proposta deste trabalho, defende-se que a experiência pode servir como forma de articular as categorias utilizadas por este trabalho, sendo simultaneamente elaboração teórica e ferramenta metodológica. Utilizando a noção de repertórios, entendidos enquanto performances; *frames*, o conjunto de significados e simbolismos produzidos no decorrer da ação coletiva, e que moldam percepções de mundo; e engajamento, expressando as trajetórias individuais dos atores mobilizados, buscou-se uma maneira de organizar todas estas discussões a partir do contato com as narrativas dos sujeitos que participaram das ocupações. Ao colocar a dimensão da experiência enquanto o elemento central da reflexão a ser construída, seria possível estabelecer um diálogo a partir da dimensão abrangente de formas de ação subsumida no conceito de repertório, identificando como estes repertórios operam na construção de enquadramentos e afetam as subjetividades e como estas experiências se refletem nas escolhas, práticas e trajetórias dos indivíduos.

4.2 Experiência e aprendizado na análise de ações coletivas

Esta dissertação debruçou-se sobre as narrativas de participantes das ocupações de escolas ocorridas em 2016 no Distrito Federal. Partindo de uma abordagem de análise interpretativista, foi desenvolvido um estudo que versou sobre as formas de ação e produção de sentidos dos atores envolvidos nas ocupações de escolas de 2016 no Distrito Federal. Estas ocupações estiveram inseridas no contexto de um grande ciclo de protestos realizados por estudantes secundaristas, que desde o ano de 2015 organizavam ações de protestos e de ocupações de escolas para reivindicações diversas. As ocupações de 2015 tiveram início no estado de São Paulo, contra as medidas de reorganização propostas pelo governo paulista à época, tendo sucesso na conquista de suas demandas. A partir daí, entre o final de 2015 e meados de 2016, foram diversos os casos de ocupações de escolas com pautas locais: Goiânia Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Ceará, entre muitos outros (TAVARES e VELOSO, 2016; REAL, 2017). Já no segundo semestre de 2016 ocorreu um ciclo de ocupações que teve uma pauta nacional mobilizadora: a resistência à Medida Provisória que instituiu a reforma do ensino médio, e também à PEC 241, a chamada PEC do Teto. Estas ocupações ocorreram com muita força, principalmente, no estado do

Paraná, com mais de 850 escolas ocupadas (DOMWBROSKI *et al.*, 2017), mas também se espalharam por mais de 20 unidades da federação, segundo a UBES.

Para delimitar o campo da discussão desta dissertação, foi feita escolha de investir na reflexão sobre as narrativas de experiência de alguns sujeitos que estiveram presentes em ocupações ocorridas no Distrito Federal em 2016, em um ciclo de protestos que se articulava a uma dimensão nacional de mobilizações, e situados em um local central para as discussões políticas do país. Para esta pesquisa, trabalhou-se com o modelo de entrevistas semi-estruturadas, nas quais seis estudantes descreveram suas experiências de participação nas ocupações. Para buscar inserção junto às redes de relação dos sujeitos da pesquisa, o acesso aos entrevistados foi realizado pelo modelo “bola de neve”, possibilitando contatos a partir das relações dos próprios participantes das ocupações. Com isto, foi construída uma metodologia de base interpretativista (SCHWARTZ-SHEA e YANOW, 2006; BEVIR, 2006), com a intenção de destacar a dimensão de reflexividade dos participantes das ocupações, em uma tentativa de aproximação substantiva das narrativas, de modo a possibilitar a construção de uma “interpretação de interpretações” (BEVIR, 2006), um conhecimento sobre movimentos sociais construído a partir de experiências de integrantes dos próprios movimentos. Evidentemente, não se tomam as palavras e relatos como verdades absolutas; são antes narrativas, passíveis de interpretações, realces e lacunas, mas que ainda assim carregam potencialidade de fornecer extenso material para a reflexão sobre os movimentos contemporâneos de ocupações de estudantes no Brasil.

De maneira a construir um referencial teórico que forneça embasamento para as discussões desta dissertação, foram elencadas categorias que, por se fazerem presentes em muitas produções nos estudos de movimentos sociais, são eixos importantes que guiaram a reflexão apresentada, com a intenção de possibilitar contatos e diálogos com o contexto mais amplo de estudos de movimentos sociais brasileiros. Portanto, foi feita uma discussão sobre a categoria de repertório, tomando-a a partir do referencial que coloca as formas de ação dos movimentos sociais como performances, ou seja, conjuntos de ação existentes que são apropriados, significados e improvisados, e por vezes transformados, pelos sujeitos que dele se utilizem (TILLY, 2008). Com isto, seria possível refletir sobre os repertórios de ação tanto a partir da sua característica cultural e histórica, através da utilização de cada forma de ação por diferentes grupos, movimentos ou coletivos, mas também a partir da dimensão situada,

construída nos próprios momentos de ação coletiva pelos participantes de uma ação ou protesto.

A categoria de *frames*, os enquadramentos de interpretação que operam na construção de discursos, imagens e simbolismo de movimentos sociais e protestos, são essenciais para compreender as maneiras pelas quais se dão as construções subjetivas e significados que mobilizam participantes para as ações coletivas, e que constroem narrativas junto à opinião pública (CEFAÏ, 1998). É importante mobilizar esta discussão, pois fornece ferramentas para identificar e interpretar elementos subjetivos que influenciam nas dinâmicas de movimentos sociais, seja em escala ampla de ciclos de protestos, ou em grupos pequenos, com uma espécie de equalização dos discursos de participantes de uma ação coletiva específica, como é o caso das ocupações.

A discussão sobre engajamento foi mobilizada para fornecer uma visão de caráter processual da dimensão da participação nas ocupações, buscando destacar o aspecto biográfico da atuação dos sujeitos nos cenários de ação coletiva. Importante ressaltar que a utilização desta categoria tem por intenção a caracterização dos processos de participação em grupos, coletivos ou movimentos, podendo ser influenciada por diversos elementos, sejam círculos de convivência ou interesses particulares (PASSY e GIUGNI, 2000; PASSY e MONSCH, 2014). Além disso, é central que esta categoria seja colocada de modo a evitar simplificações em relação a trajetórias dos sujeitos, ou de tomada das experiências destes apenas a partir das esferas da militância ou da inserção em um movimento (ROSA, 2011).

A proposta de utilização da categoria de experiência vai de encontro ao conjunto de discussões aqui citadas, com o objetivo de, potencialmente, lograr articular os elementos principais de cada um dos conceitos utilizados, interligando-os também com o referencial metodológico escolhido, visto que a aproximação das experiências foi realizada por meio das narrativas. Como desenvolvido na primeira parte deste capítulo, um dos pontos defendidos por esta dissertação diz respeito ao potencial de colocar como central a discussão da experiência tomada como elemento construída na e pela prática, operando em formas de ação, subjetividade e trajetória dos indivíduos (CEFAÏ, 2017), mas não apenas nestas questões. O principal, talvez, seja o elemento de aprendizado associado à questão da experiência, sendo assim uma maneira de realizar a aproximação às vivências dos sujeitos ao longo dos protestos investigados.

As ocupações, enquanto forma de ação de movimentos sociais, tiveram diversas formas de utilização ao longo da história, sendo utilizadas por muitos grupos, ainda que seja significadas de maneira particular de acordo com o contexto, gerando interpretações e discursos que afetam as experiências dos militantes. Sendo caracterizada pela entrada e permanência em espaço público ou privado com vistas a questionar o poder estabelecido ou reivindicar alguma forma de mudança social, política ou econômica (PALACIOS-VALLADARES, 2016), a ocupação teria se verificado de maneira mais recorrente em protestos ao redor do mundo a partir dos anos 2000 (AITCHISON, 2011; SCHWARTZ-WEINSTEIN, 2013). Estas foram frequentes na presente década, com a emergência da Primavera Árabe, os Indignados da Espanha e o Occupy Wall Street nos Estados Unidos (CASTELLS, 2013); e no Brasil, com as Jornadas de Junho de 2013 (MENDONÇA, 2018). Além destes, destacam-se os movimentos de ocupações de universidades em diversos países (BRINGEL, 2009; AITCHISON, 2011; GUZMAN-CONCHA, 2012; PALACIOS-VALLADARES, 2016; FLEET e GUZMAN-CONCHA, 2016; IVANCHEVA, 2017; DONOSO, 2017), e também as ocupações secundaristas ocorridas no Chile em 2006 (ZIBAS, 2008; AITKEN, 2014). O estudo sobre a Primavera Secundarista, por meio do recorte apresentando anteriormente, dialoga com este amplo campo de produções sobre ocupações como repertório de ação de movimentos sociais.

As narrativas de experiência nas ocupações do DF estão repletas de elementos que podem contribuir para as discussões aqui apresentadas. Foi feita uma divisão informada pelas categorias teóricas elencadas como centrais para a proposta deste trabalho, de modo a organizar a leitura dos relatos e como estes podem dialogar entre si. Assim, uma das seções teve como intenção apresentar as formas pelas quais as ocupações aconteceram, a utilização das ocupações pelos estudantes, assim como as etapas pelas quais os fatos ocorreram nas escolas em que os entrevistados estiveram presentes. A seção seguinte apresentou as formas pelas quais os ocupantes explicam os motivos de mobilização, seja em relação às pautas gerais apresentadas pelo movimento de estudantes, quanto pelas suas motivações pessoais. Por fim, foram apresentadas as falas que dizem respeito aos sentidos conferidos ao momento das ocupações, com a intenção de demonstrar de que maneiras este tipo de ação coletiva pode ter afetado os sujeitos, seja em seu entendimento do próprio cenário das ocupações como um todo, mas também no significado destas ações para a vivência e experiência pessoais.

A análise das narrativas aponta para algumas questões a serem destacadas como as principais contribuições da pesquisa desenvolvida nesta dissertação. Ao dialogar com os participantes das ocupações, foi possível identificar os elementos comuns aos repertórios utilizados nas ocupações estudantis pelo Brasil, especialmente a partir de formas recorrentes de organização dos coletivos responsáveis pelas ações, assim como a divisão de tarefas em comissões e a característica das decisões tomadas em espaços de discussão horizontalizada. Certo é que, se não é possível afirmar diretamente uma linha de influências nas formas de ação em relação a movimentos estudantis ocorridos no Chile, como feito por Campos *et al* (2016), tampouco esta influência pode ser descartada; no entanto, no que diz respeito à difusão da forma de ação de ocupação de escolas, o principal elemento imagético e discursivo foram os protestos ocorridos em outros estados, com os quais os sujeitos entrevistados demonstraram identificação e expressaram a necessidade de participação das comunidades de estudantes no âmbito do DF. Assim, se coloca a questão: as formas de se relacionar, em uma pesquisa ou trabalho acadêmico, protestos ocorridos em diferentes lugares do mundo, passa também por uma construção de narrativa sobre a ação, relação e influência dos movimentos em escala global. Muitas das vezes estas narrativas podem trazer elementos importantes para o entendimento de ações transnacionais ou da difusão de repertório e estratégias, mas há que se fazer a ressalva, acompanhando o argumento de Gagyí (2012), de que se deve sempre buscar identificar as diferenças de posicionamentos geopolíticos dos movimentos. Desta forma, seria possível a apontar semelhanças e diferenças, aprofundando o entendimento das narrativas de interpretação dos movimentos e suas interações.

Outra questão importante é a dimensão do aprendizado dos discursos e práticas de participação política em movimentos e protestos, que se desenvolve em conjunto com os elementos de questionamento de padrões e situações identificadas como injustas na sociedade. Explica-se: alguns entrevistados afirmaram que tiveram contato com discussões sobre as temáticas de reivindicação, associadas a questões jurídicas e legislativas, durante as próprias ocupações. Além disso, temas variados, como discussões sobre questões de gênero, feminismo, raça e opressões sociais também foram apontados como alguns dos aprendizados que ocorreram no contexto das ocupações. Entende-se que isto expressa a condição formativa das participações neste tipo de ação coletivo, posto que se baseia não apenas na permanência em um local determinado, mas também na possível resignificação deste local

(TRINDADE, 2017). Muitas das questões apontadas como transformadoras pelos entrevistados são, por vezes, pouco trabalhadas no cotidiano das próprias escolas, seja pelos docentes quanto entre os próprios estudantes. A ocorrência de uma ocupação, em um contexto em que isto ocorria simultaneamente em vários estados do Brasil, possibilitou a grande emergência de debates e um preparo discursivo para a defesa das próprias ocupações nas quais estes sujeitos se encontravam presentes. As narrativas possibilitam, portanto, identificar alguns momentos que podem ter servido como formação ou alinhamento dos elementos interpretativos que fazem parte dos discursos de defesa da ação das ocupações.

As ocupações devem ser encaradas, a exemplo do que afirma Aitchison (2011), simultaneamente como “processo” e “protesto”, no sentido de que são tanto ação inserida em um contexto mais amplo de disputas e conflitos, mas também são prefigurações de relações buscadas pelos participantes. Isto pode ser utilizado para compreender a forma como as ocupações aconteceram no DF, mas principalmente para discutir as experiências narradas pelos entrevistados, especialmente relacionado à discussão dos resultados das ocupações. Foi comum, ao longo das entrevistas, o posicionamento de apontar as ocupações como momentos importantes de mobilização, aprendizado, criação e fortalecimento de vínculos entre os estudantes, e como um espaço capaz de gerar transformação em relação a formas de ação e visões de mundo. Portanto, mesmo que inseridas num quadro amplo de protestos por todo o Brasil, as ocupações foram momentos particulares que, em si mesmos, trouxeram transformações, mesmo que não aquelas apontadas como as pautas de reivindicações. Nisto, deve-se refletir como é aferido o “sucesso” ou “fracasso” de uma mobilização nos estudos de movimentos sociais: os próprios sujeitos entrevistados consideram que as ocupações, ainda que sem conquistar as suas demandas, foram bem-sucedidas ao possibilitar que grupos de estudantes pudessem ter contato com discussões políticas. Mais do que isto, foi levantada a hipótese, por um dos estudantes, de que o objetivo das ocupações seria o de gerar mobilização, e não o de conquistar demandas. Não necessariamente isto pode ser generalizado, mas é um ponto de particular interesse para as discussões no contexto deste trabalho. Retomando o título deste trabalho, fica explicitada a principal questão a ser destacada das narrativas: ocupar é aprender, e este aprendizado, suas condições e as formas como afetam os sujeitos são o centro do argumento desta dissertação.

Tomando o caso empírico apresentado ao longo deste trabalho, entende-se que a maior parte das ocupações ocorridas no Distrito Federal não foram bem-sucedidas, ao menos não no sentido de atendimento de reivindicações feitas pelos estudantes. Pelo contrário, as principais questões que mobilizaram os discursos dos presentes nas ocupações se resolveram de maneira contrária ao demandado pelos movimentos ocorridos. Mesmo no que diz respeito às pautas locais de estrutura das escolas, poucas foram aquelas que efetivamente foram conquistadas a partir dos processos de ocupação. O que se verificou junto aos participantes das ocupações foi, por outro lado, uma avaliação recorrente da importância da mobilização ocorrida, no sentido de que esta não teria sido determinada apenas pela falta de resultados concretos. As ocupações serviram para expressar uma visão de mundo no contexto social, ou seja, da importância da manifestação de jovens estudantes em relação à política e a questões sociais diversas. Além disso, também serviram para trazer um acúmulo de aprendizados para os sujeitos envolvidos, que modificam, segundo os mesmos, as próprias ações e formas de se situar na sociedade e de atuar a partir do local em que se encontram. Nesse sentido, pode-se falar de um aspecto diferenciado de sucesso das ocupações: estas se tornariam em espaços de mobilização e aprendizado, e serviriam como portas de entrada no campo de ações de protestos e movimentos sociais. Como ilustra a fala de um dos entrevistados:

Assim, eu acho que, primeiro, que as ocupações de 2016 não tiveram uma vitória efetiva, a EC tá aí e tal. Mas acho que a nossa vitória foi essa, botar estudante pra perceber a escola como seu espaço, sacou? E eu vivi muito isso, tipo, porque (...) a gente é bombardeado a vida inteira por um discurso que (...) precariza a educação pública, fala que a escola é uma merda e tal não sei o que, mas quando você tá ali vivendo naquele lugar, vira sua casa, e ainda mais quando você tem uma pauta que é proteger aquele ambiente de ensino sacou, por mais que ele tenha todas as coisas que a gente acha, sabe, é o espaço que a gente tem hoje de conhecimento (...) Então acho que não só eu, mas isso foi um impacto geral, assim. De você perceber a escola como um espaço seu, como um espaço que você deve cuidar, deve zelar e deve proteger véi, a todo custo. A educação pública né, a escola pública. (M, estudante do CEMSL)

As condições pelas quais os sujeitos expressaram as suas experiências, refletindo sobre as suas vivências e expondo as suas interpretações dos acontecimentos são exemplos

do que se pode conseguir com a abordagem das narrativas: a partir dos relatos situados de indivíduos específicos, é possível construir conhecimentos sobre as formas de ação, as condições de discussão e significação, e sobre os aspectos de inserção de sujeitos nos movimentos sociais ou protestos. Esta é, em suma, uma forma de buscar um conhecimento localizado, e mais, vivido e gerado no decorrer da própria ação coletiva, de modo a refletir de que forma estes conhecimentos podem auxiliar na discussão das próprias formas de categorização e conceituação dos movimentos sociais. A partir do momento em que se busca estabelecer esta forma de diálogo, defende-se que podem ser criadas ferramentas que auxiliem na ampliação do conhecimento sobre a ação coletiva.

Retomando Cefaï (2010), entende-se que o saber da experiência é tomado aqui como o saber da ação, e esta ação é tomada em um contexto social, informada pelas discussões e debates do momento, passível de construções e mudanças potencialmente múltiplas, afetando os sentidos e tendo influências em relação a escolhas e trajetórias de indivíduos. Os procedimentos realizados ao longo da pesquisa que embasou este trabalho se caracterizaram por um esforço de retomar as experiências e tratá-las como a fonte principal das reflexões construídas. Evidentemente, as possibilidades de desenvolvimento de uma pesquisa nestes termos, construída a partir de uma discussão calcada metodologicamente no interpretativismo, deve ser considerada como uma tentativa de avançar em questões que, segundo a revisão bibliográfica feita neste trabalho, ainda são pouco desenvolvidas ou realizadas pontualmente no campo de estudos dos movimentos sociais. Desenvolver o estudo das experiências de participação em movimentos sociais, feito por meio de narrativas dos próprios sujeitos engajados, é principal ponto que este trabalho busca defender, de modo a dialogar com o conjunto das produções recentes sobre ocupações e sobre a ação coletiva contemporânea no Brasil.

Com isto, foram apontados os discursos e sentidos sobre as ocupações que foi possível, nos termos delimitados por esta pesquisa, ter acesso junto aos sujeitos que aceitaram participar das entrevistas. Entende-se que as narrativas de experiência podem servir como ferramentas produtivas para diversas discussões que tenham como intenção se aproximar da dimensão situada de processos de participação em movimentos sociais e ações coletivas. Certamente, algumas das questões aqui levantadas apontam para desenvolvimentos que não foram possíveis de realizar nos limites desta dissertação. É

possível apontar algumas linhas que podem inspirar investigações futuras: a reflexão sobre a dimensão da trajetória dos indivíduos, em um acompanhamento de longo prazo dos seus processos de vivência e militância; a investigação junto a outros atores envolvidos nos conflitos descritos, de modo a diversificar os relatos, buscando professores, funcionários ou mesmo estudantes que se opuseram às ocupações; um mapeamento das redes de mobilização dos estudantes, e como estes se utilizaram de ferramentas de comunicação para construir suas ações e discussões; e uma reflexão mais aprofundada das possibilidades da investigação por meio de narrativas, possivelmente modificando a forma de aproximação com os relatos dos entrevistados, e ampliando também o número de sujeitos da pesquisa.

Por fim, entende-se que os argumentos defendidos ao longo desta dissertação fazem parte, também, de um tipo de narrativa sobre as ocupações estudadas. Espera-se que, dentro dos limites de um trabalho de mestrado, tenha sido possível apontar para possibilidades de discussão sobre movimentos sociais, construindo diálogos com este campo de estudos, assim como para potenciais desenvolvimentos posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITCHISON, Guy. Reform, Rupture or Re-Imagination: Understanding the Purpose of an Occupation, *Social Movement Studies*, 10:4, 431-439, 2011.

AITKEN, Stuart. Do apagamento à revolução: o direito da criança à cidadania/direito à cidade. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, nº. 128, p. 629-982, jul.-set., 2014.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, Junho 2012.

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, Especial, p. 49-58, junho 2017.

ALONSO, Angela; MISCHE, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bull Lat Am Res*, 36: 144–159, 2017.

BALDINO, José Maria; FREITAS, Felipe Silva de. Movimento de ocupação de escolas públicas-jovens estudantes contra a gestão da escola pública por organizações sociais. *Educativa*, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 902-926, set./dez. 2016.

BARBOSA, Andreza. A (des)articulação do Movimento Estudantil (décadas de 80 e 90). *Educação: teoria e prática*, v.10, n.18/19, p.5-14, 2002.

BERNARD, H. Russel. *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches*. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

BEVIR, Mark. How narratives explain. In: YANOW, D.; SCHWARTZ-SHEA, P. *Interpretation and Method: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn*. New York: M. E. Sharpe, 2006, p. 281-290.

BIERNARCKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods and Research* v. 10, n. 2, p. 141-163, Novembro de 1981.

BOLTANSKI, Luc. *El amor y la Justicia como competencias: tres ensayos de sociologia de la acción*. Amorrortu editores, 1990.

BOLTANSKI, Luc. “Sociologia crítica e sociologia da crítica.” In: VANDENBERGHE, Frédéric e VERÁN, Jean-François (org.). *Além do habitus – teoria social pós-bourdiesiana*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT, Laurent. “A Sociologia da capacidade crítica”. *Antropolítica*, 23, 2, pp. 121-144, 2007.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. *Eccos - Revista Científica*, Vol. 11, Núm. 1, enero-junio, 2009.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *Revista Insight e Inteligência*, ano XVI, pg. 43-51, jul-set 2013.

CAMPOS, Luiz Augusto. Qual capacidade crítica? Relendo Luc Boltanski à luz de Margaret Archer. *Soc. estado.*, Brasília, v. 31, n. 3, p. 719-740, Dec. 2016.

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; e RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

CARDOSO, Gustavo; DI FÁTIMA, Branco. Movimento em rede e protestos no Brasil: Qual gigante acordou? *Dossiê Mídia, Intelectuais e Política* – www.pos.eco.ufrj.br, v. 16, n. 2, p. 143-176, maio/ago. 2013.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e de esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CEFAÏ, Daniel. Making Sense of Politics in Public Spaces: Phenomenology of Political Experiences and Activities. In: *Schutzian Social Science*, L. Embree (ed.), Den Haag, Kluwer Editions, p.135-157, 1998.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Revista Dilemas*, v. 2, n. 4, 2009.

CEFAÏ, Daniel. Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (79), 71-110, 2010.

CEFAÏ, Daniel. PÚBLICOS, PROBLEMAS PÚBLICOS, ARENAS PÚBLICAS... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, v. 36.01 p. 187-213, março, 2017.

CEFAÏ, Daniel; TERZI, Cédric. *L'expérience des problèmes publics*. Paris: Perspectives Pragmatistes, 2012.

CHATEAURAYNAUD, Francis. *Argumenter dans un champ de forces. Essai de balistique sociologique*. Paris: Petra, 2011.

CHATEAURAYNAUD, Francis. Das disputas comuns à violência política. A análise das controvérsias e a sociologia dos conflitos. *ENFOQUES*, v.11(1), março 2012.

CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. “Ocupar e resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, nº. 137, p.1159-1176, out.-dez., 2016.

DAY, Richard J. F. *Gramsci is Dead: Anarchist Currents in the Newest Social Movements*. London: Pluto Press, 2005.

DEWEY, John. *The public and its problems*. New York: Holt, 1927.

DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DOMBROWSKI, Osmir; MINUCELLI, Conrado Pereda; SANTOS, Jaqueline Aparecida Alves dos. #OcupaParaná – a primavera paranaense. In: 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. Anais (on-line). Brasília, 2017. Disponível: <<http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0324-1.pdf>> Acesso em 01/12/2017.

DONOSO, Sofia. “Outsider” and “Insider” Strategies: Chile’s Student Movement, 1990–2014. In: DONOSO, Sofia and VON BÜLOW, Marisa (org.). *Social Movements in Chile: organization, trajectories and policial consequences*. Palgrave Macmillan, 2017.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos estud. - CEBRAP*, n. 97, p. 43-55, 2013.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel: post scriptum. *Revue Française de Science Politique*, 51(1-2):199-215, 2001.

FIUZA, Bruno; BUSTAMANTE, Márcio. Uma história oral da Ação Global dos Povos: pesquisa ativista a serviço das lutas sociais. XIV Encontro Nacional de História Oral. Campinas, 2018.

FLEET, Nicolas; GUZMÁN-CONCHA, César. Mass Higher Education and the 2011 Student Movement in Chile: Material and Ideological Implications. *Bulletin of Latin American Research*, Vol. 36, No. 2, pp. 160–176, 2017

GAGYI, Agnes. Occupy Wall Street? Position-blindness in the New Leftist Revolution. *Journal of Critical Globalization Studies*, 5, pp. 143–148, 2012.

GAMSON, William. *Talking Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*. New York: Harper, 1974.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *Los caracoles zapatistas: redes de resistencia y autonomía*. In: *De la sociología del poder a la sociología de la explotación. Pensar América Latina en el siglo XXI*. Colombia: CLACSO, p. 338, 2009.

GUZMÁN-CONCHA, César. The Students' Rebellion in Chile: Occupy Protest or Classic Social Movement?, *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 2012.

IVANCHEVA, Mariya P. The Discreet Charm of University Autonomy: Conflicting Legacies in the Venezuelan Student Movements *Bull Lat Am Res*, 36: 177–191, 2017.

MARTINS, S. A. O fazer político dos jovens das classes populares: as ocupações estudantis paranaenses. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 20, n. 43, p. 143-167, jan./abr 2018

MCADAM, Doug. “Initiator” and “spin-off” movements: diffusion processes in protest cycles. In: Mark Traugott (Ed.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, p. 217-240, 1995.

MCADAM, Doug. *Political process and the development of black insurgency*. Chicago: University of Chicago Press. 1999.

MCADAM, Doug.; TARROW, Sidney.; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. New York: Cambridge University Press, 2001.

MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano. Desrespeito, indignação ou injustiça: o que motivou os secundaristas paulistas a ocuparem suas escolas? In: 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. Anais (on-line). Brasília, 2017. Disponível: <<http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0897-1.pdf>> Acesso em 01/12/2017.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33(98), e339707. Epub April 16, 2018

MESSEMBERG, Débora. O paradoxo da democracia: a participação política dos alunos da UnB. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 15, p. 1-23, 2015.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos. Redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5, maio/ago., p.134-150, 1997.

MISCHE, Ann. *Partisan publics: communication and contention across Brazilian youth activist networks*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil. *Dados*, 51(3):751-777, 2008.

PALACIOS-VALLADARES, Indira. Protest communities and activist enthusiasm: student occupations in contemporary Argentina, Chile and Uruguay. In: *Interface: a journal for and about social movements*. Vol. 8 (2): i-iv. Nov. 2016.

PASSY, Florence. & GIUGNI, Marco. Life-sphere, networks, and sustained participation in social movements: a phenomenological approach to political commitment. *Sociological Forum*, 15, 117–144, 2000.

PASSY, Florence & MONSCH, Gian-Andrea. Do social networks really matter in contentious politics? *Social Movement Studies*, 13 (1), 22–47, 2014.

POLLETTA, Francesca. *It Was Like a Fever: Storytelling in Protest and Politics*. The University of Chicago Press, 2006.

POLLETTA, Francesca; CHEN, Pang Ching Bobby; GARDNER, Beth Gharrity; MOTES, Alice. The Sociology of Storytelling. *Annual Review of Sociology* 37: 109–130, 2011.

REAL, Daniely da Costa Vila. *Primavera Secundarista: Engajamento Estudantil nas Ocupações de Vitória – ES em 2016*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

RÊDES, Bárbara Lopes; NUNES, Marcia Vidal. Revolta das Canetas: o papel das redes sociais na ocupação das escolas no Ceará, em 2016. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40, 2017, Curitiba (PR). *Anais*. ,Curitiba: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2017.

ROMANCINI, Richard; CASTILHO, Fernanda. “Como ocupar uma escola? Pesquisa na Internet!”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. *Intercom – RBCC*, São Paulo, 40 v, n.2, p. 93 – 110, maio – agosto 2017.

ROSA, Marcelo C. Mas eu fui uma estrela do futebol! As incoerências sociológicas e as controvérsias sociais de um militante sem-terra sul-africano. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 17, n.2, pp. 365-394, ago. 2011.

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, v. 13, n. 28, p. 200-255, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. *Política e Sociedade*. Florianópolis. Vol. 13, Nº 28. p.13-34. Set/Dez 2014.

SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW, Dvora. *Interpretation and method: empirical research methods and the interpretive turn*. M.E. Sharpe, 2006.

SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW, Dvora. *Interpretive research design: concepts and processes*. Routledge, 2012.

SCHWARTZ-WEINSTEIN, Zach. *Not Your Academy: Occupation and the Futures of Student Struggles*. Nova Iorque: Columbia University Academic Commons, 2013.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. *Pro-Posições*, 20(2):21-39, 2009.

SEIDL, Ernesto. Engajamento e investimentos militantes: elementos para discussão. In: CARRANO, Paulo e FÁVERO, Osmar (Org.). *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais*. – Niterói; Editora da UFF, 2014.

SIGAUD, L. M. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Revista Tempo Social*, São Paulo, SP, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005.

SIGAUD, L. M.; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Enriquez. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. *Dados* (Rio de Janeiro), v. 51, p. 107-142, 2008.

SILVA, Jaqueline Barbosa Pinto. *Ocupações/invasões estudantis de 2016: disputas e resultados no caso da Universidade de Brasília*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, Nara Roberta. Considerações sobre as estruturas de um movimento sem estruturas: o caso do Occupy Wall Street. In: 42º Encontro Anual da ANPOCS, 2018, Caxambu (MG). *Anais*. Caxambu: ANPOCS, 2018.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 21, p. 187-226, Dec. 2016.

SNOW, D. Framing processes, ideology and discursive field. In: SNOW, D.; SOULE, S.; KRIESI, H. (Org.). *The blackwell companion to social movements*. Malden: Blackwell, 2004.

SNOW, D.; BENFORD, R. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. *International social movement research*, v. 1, p. 197-217, 1988.

SNOW, D. et al. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American sociological review*, v. 51, p. 464-81, 1986.

SOSS, Joe. Talking Our Way to Meaningful Explanations: A Practice-Centered View of Interviewing for Interpretive Research In: YANOW, D.; SCHWARTZ-SHEA, P. *Interpretation and Method: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn*. New York: M. E. Sharpe, p. 127-149, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. Ação coletiva, jovens e engajamento. In: CARRANO, Paulo e FÁVERO, Osmar (Org.). *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais*. – Niterói; Editora da UFF, 2014.

TARROW, Sidney. *Power in Movement: Social movements and contentious politics*. Cambridge University Press, 1998.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. *Opin. Publica*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 399-426, Nov. 2012.

TAVARES, Francisco Mata Machado; VELOSO, Ellen Ribeiro. “A gente ainda nem começou”: repertórios de confronto político nas escolas ocupadas em Goiânia (2015). 10º Encontro da ABCP: “Ciência Política e Política: Memória e Futuro”. Belo Horizonte, 2016.

TAVOLARI, Bianca; LESSA, Marília Rollemberg; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúrion; JANUÁRIO, Adriano. As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): Entre a posse e o direito à manifestação. *Novos estudos CEBRAP*, 37(2), 291-310, 2018.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 10(2); 63-100, out. 1998.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Newberry Award Records, 1978.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, 17, p. 253-280, 1993.

TILLY, Charles. *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TRINDADE, Thiago Aparecido. O que significam as ocupações de imóveis em áreas centrais? *Caderno CRH*, Salvador, v. 30, n. 79, p. 157-173, Jan./Abr. 2017

VALLE, Maria R.; SILVEIRA, Bruno P.; BARBOSA, Luiza B.; ROMERO, Sérgio Luiz G. Identidade e participação: apontamentos sobre a experiência política das ocupações secundaristas de 2015. *REU*, Sorocaba, SP, 43 v, n. 1, 2017, p. 113 – 133, jun. 2017

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014

WEISSBOCK, Lara Pires. Territórios da Cidadania: Os Movimentos Sociais Juvenis no Brasil. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 3, n. 2, p. 190-203, 2017.

ZIBAS, Dagmar M. L. “A Revolta dos Pingüins” e o novo pacto educacional chileno. *Revista Brasileira de Educação*. v. 13 n. 38 maio/ago. 2008.

APÊNDICE A – Roteiro preliminar de entrevista

Apresentação

1. Qual a sua idade?
2. Qual a sua atividade atual (trabalho, estudo)?
3. Participa de algum grupo ou atividade além de trabalho/estudo?
4. Onde você mora? Há quanto tempo?
5. Você mora com mais alguém? Com quem?

Escola

6. Onde você cursou o ensino médio?
7. A escola era próxima da sua casa?
8. Quanto tempo estudou na mesma escola?
9. Como era sua relação com os professores/funcionários? E com os alunos?
10. Existiam grupos estudantis na escola (grêmios, clubes)? Se sim, participava de algum?
11. Participava de alguma atividade fora da escola? Se sim, quais?

Amizades

12. Você tinha amigos na escola? E fora da escola?
13. Seus amigos participaram das ocupações?
14. Você conhecia as pessoas que participaram das ocupações?
15. Você criou amizades com as pessoas que participaram das ocupações?
16. Você manteve contato com estas pessoas?

Ocupação

17. Em que período aconteceram as ocupações na sua escola?
18. Como você ficou sabendo?
19. Por que escolheu participar?
20. Quais eram os motivos da ocupação?
21. Como tiveram a ideia de ocupar a escola?
22. Fale um pouco sobre como aconteceu a ocupação na sua escola (organização, divisão de tarefas, dinâmicas coletivas).

23. Qual era sua tarefa durante a ocupação?
24. Quantas pessoas participaram (estimativa)?
25. Houve apoio de pessoas externas à escola?
26. Quanto tempo durou a ocupação?
27. Por quanto tempo você participou?
28. Qual foi o posicionamento da sua família sobre sua participação?
29. Quem se opôs à ocupação?
30. Como aconteceu o processo de desocupação?

Pós-ocupação

31. O que aconteceu na escola após o fim da ocupação? Ocorreu alguma mudança?
32. O que aconteceu com as pessoas que participaram da ocupação? Houve algum tipo de consequência pela participação?
33. Das pessoas que participaram da ocupação, quantas permanecem na escola?
34. Qual a sua opinião sobre a ocupação em geral: foi bem-sucedida? Houveram avanços nas reivindicações? Aconteceram discussões posteriores sobre as pautas que originaram a ocupação?
35. Quais você acredita que sejam os pontos positivos da ocupação? E os pontos negativos?
36. Ocorreram ações na escola após a ocupação?
37. As pessoas que participaram continuaram mobilizadas? Se sim, em algum grupo específico?
38. Você se envolveu em algum grupo ou coletivo após a ocupação? Se sim, qual(is) e por quê? Se não, por quê?

Opiniões pessoais sobre a ocupação

39. Como o processo de ocupação te afetou?
40. Você considera que teve algum aprendizado com a ocupação? Quais?
41. Você se envolveu em algum movimento (estudantil ou outros) após a ocupação? Se sim, qual(is)?
42. Você se envolveu em algum partido político? Se sim, qual(is)?
43. Você participou de alguma manifestação após as ocupações? Se sim, qual(is)?
44. Você participaria novamente de uma ocupação?

45. Você gostaria de comentar alguma coisa a mais sobre o assunto?

APÊNDICE B – Transcrições das entrevistas

Entrevista com L, estudante do CEMTN

Tempo de gravação: 19 min e 45 seg

Legenda:

P – Pesquisador

L – Entrevistada

P: Qual a sua idade?

L: Tenho 18 anos.

P: Você mora aonde?

L: Hoje eu moro no Riacho Fundo 1, já tem pouco mais de um ano. Mas eu morava na Ceilândia.

P: Em que escola você estudava?

L: Estudei no CEMTN, em Taguatinga Norte.

P: Como era sua rotina pra chegar lá?

L: Era trabalhosa, porque eu sempre estudei de manhã e trabalhei à tarde, então era uma rotina meio corridinha e tal, sair de casa muito cedo pra pegar ônibus... Acho que um processo muito comum pra muitas pessoas. Sempre andei de ônibus pra ir, pra voltar, pra trabalhar, pra ir pra casa... E é isso, não era um percurso tão longe, Ceilândia de Taguatinga era até perto, o rolê mais pesado era ir trabalhar, que eu trabalhava no DFTrans, na Estrutural, então era mais complicado só pra ir trabalhar, mas a escola sempre foi mais tranquilo.

P: Seu turno de trabalho era pela manhã, e a escola à tarde?

L: Isso, um ano foi assim, aí nos dois últimos anos da escola, segundo e terceiro ano, eu estudei de manhã e trabalhei à tarde.

P: Atualmente quais são suas atividades, além da UnB?

L: Hoje eu só estudo, eu não consigo conciliar minha grade daqui com algum estágio nem nada, eu estudo e me envolvo nas atividades da universidade, tipo gestão, participar de colegiado, de CEB, movimento estudantil, tô mais nessa vibe de estudante.

P: Quando você entrou na universidade?

L: No começo do ano.

P: Certo, sobre a escola, você ficou os três anos no CEMTN? Antes disso você estudava onde?

L: Eu estudei parte do ensino fundamental na Ceilândia, numa escola perto de casa, mas minha mãe sempre quis que eu estudasse no CEMTN, porque ela estudou lá, então tipo assim, no último ano, na oitava série, eu precisei mudar pra Taguatinga pra ser remanejada diretamente pro CEMTN. Então tive esse percurso: trocar da Ceilândia pra Taguatinga pra ir pra escola que eu precisava ir, que era o CEMTN.

P: E você gostava do CEMTN?

L: Eu gostava. Assim, o que sempre me incomodou muito foi a maneira como algumas coisas eram abordadas dentro da escola. Sempre fui muito questionadora, muito crítica, e aí tipo a relação professor-aluno eu sempre tive alguns probleminhas porque eu era muito treteira, gostava de questionar e de ficar perguntando “porque que você está mandando em mim dessa forma?”, mas no geral foi muito bom, fiz muita coisa massa, conheci muita gente legal, eu me abri pra algumas coisas como a militância, movimento estudantil, então foi muito bom, de maneira geral o meu ensino médio foi bom.

P: Como era sua relação com os professores?

L: Com alguns era muito boa, era muito boa e eu consegui trazer muita coisa pra minha vida hoje além do material, acadêmico e tudo mais, essa parte chatinha aí da escola. Mas alguns professores eu tive problema, por exemplo, machismo. Tive alguns problemas com alguns professores que tentavam diminuir minha produção na escola por eu ser mulher, por eu ser negra e tudo mais, mas passou. No geral foi bom, tive alguns problemas muito pontuais, nada que me atrapalhou hoje.

P: E sua relação com outros estudantes? Tinha um círculo de amizades na escola?

L: Tive, ainda tenho. Parte das minhas amizades hoje eu trouxe do ensino médio, e foi tranquilo nesse ponto, as pessoas sempre foram muito tranquilas lá. Por trabalhar também sempre tive contatos com outra galerinha.

P: Certo, agora focando um pouco mais no ponto das ocupações. Quando aconteceu a ocupação no CEMTN?

L: A gente ocupou dia 26 de outubro, e desocupou dia 2 de novembro, no feriado, no oitavo dia de ocupação. Oito dias? Enfim. Quase uma semana de ocupação, e foi uma ocupação encabeçada por mulheres no CEMTN, a gente teve essa particularidade, foram 11 meninas que deram início à ocupação. E o começo de toda ocupação, muito difícil, a gente sofre uma rejeição da galera, mais conservadora, mais liberalzinha... Muitos professores foram contrários ao movimento, mas a gente sempre acreditou que foi um movimento político legítimo, a gente tava defendendo demandas externas, tipo reforma do ensino médio, a PEC 241, mas também demandas internas, da escola. A gente queria a volta do grêmio, a gente queria melhoras na estrutura da escola, então a gente, tipo assim, mulheres encabeçaram a ocupação com perspectivas externas e com perspectivas internas também.

P: Como surgiu a ideia de ocupar?

L: A gente meio que pegou o bonde, porque a gente sempre debateu muito sobre política e tal, no meu círculo de amizades a gente sempre foi muito ligado nisso, e aí quando começou acho que foi no Paraná, em São Paulo, que começou essa movimentação de ocupação e tudo mais, a gente sabia que precisava se mobilizar, que só ir pra rua não era tão positivo pro movimento estudantil, assim a gente reconheceu, sempre reconheceu que a união do movimento estudantil e da classe trabalhadora é muito importante, ela tem resultado, mas a gente precisava de uma coisa mais legítima pro movimento estudantil. E aí quando o Paraná deu o start nas ocupações a gente falou “não, esse é o caminho, é isso que a gente precisa, agora”. E aí no dia 26 a gente chegou às 4:30, 5:00 da manhã, trancou os dois portões da escola, com cadeado e tal, e aí por volta das 7:00 a galera começou a chegar e aí foi aquela bagunça que todo mundo já sabe, aquela opressãozinha básica.

P: Dia 26 foi que dia da semana, você lembra?

L: Acho que foi uma quarta.

P: Vocês conheciam pessoas de outros estados, ou vocês viram o que estava acontecendo e de repente decidiram fazer?

L: A gente não tinha contato com ninguém de outro estado, a gente conseguiu contatar só uma galera do IFB, que tava se movimentando também pra ocupar o instituto, e aí a gente tipo tinha um contato mesmo com uma menina do IFB, e a gente ficou mantendo essa ponte, mas tudo dentro do DF, a gente não levou isso pra fora, não manteve contato com ninguém de outro estado, que eu me lembre, não, a gente fez tudo bem centrado.

P: Como foi a organização na ocupação?

L: No primeiro dia a gente dividiu meio que em comissões, tipo assim, porque a gente recebeu muito apoio da comunidade logo no primeiro dia, a gente recebeu muita doação de água, de alimentos, de colchão e tudo mais, então separou tipo umas comissões, a comissão que ia cuidar da segurança e das chaves, a comissão que ia manter a comunicação com a comunidade, a comissão que ia organizar a assembleia e o contato direto com os estudantes, e a partir desse contato direto com os estudantes a gente começou a montar grades de aula, a gente pegou algumas obras do PAS que ia cair, tipo acho que “A redenção de Cam”, que era uma obra. A gente pegou essa obra e tirou um dia pra discutir, pra escola não ficar parada, pegar aulão de Geografia pro ENEM, mas tudo a partir do segundo, terceiro dia, que as coisas começaram a rodar, que agente conseguiu se organizar tipo, bem firme mesmo, mas os primeiros dias foram isso, dividir em comissões pra estabelecer uma organização dentro da escola, porque muita gente fazendo tudo deu bagunça, não funcionou com a gente.

P: As tarefas eram rotativas? Você ficava com uma tarefa específica durante o tempo da ocupação?

L: Foi rotativo. Como eu dormi os sete, oito dias lá então tipo eu acabei ficando com a minha tarefa sempre, que era cuidar das chaves, da segurança do colégio. Mas é rotativo, tipo um grupo de 5 pessoas e eles se revezavam entre dia, tarde e noite, ninguém muito preso a um turno ou a uma tarefa.

P: Quantas pessoas ocuparam ao todo?

L: 11 meninas começaram, no primeiro dia. No último dia a gente foi contar e tinha acho que 37, 38 pessoas ocupando, até o último dia.

P: 37 pessoas só da escola?

L: Não, pessoas de fora também. A gente recebeu muito apoio por exemplo da Ludmila, ela ficou lá muito tempo. A gente participou de uma, audição não... a gente participou de um evento no Senado, a Luana tava com a gente representando o CEMTN, uma galera mesmo da UnB se mobilizou, em torno de umas 10 pessoas daqui se mobilizaram pra fortalecer a ocupação do CEMTN.

P: Isso acontece porque as pessoas já conheciam, ou quando aconteceu a ocupação as pessoas da UnB apareceram?

L: Isso, quando aconteceu eles nos procuraram, começaram a contatar amigos em comum e tudo mais e a gente foi fortalecendo essa linha de contato, de comunicação.

P: Então esses grupos externos ajudaram. Você falou que a comunidade recebeu bem, apoiou, mas quando você fala comunidade, são essas pessoas, ou pessoas que moravam perto da escola?

L: Pais de alunos do CEMTN, a galera que morava perto, que também considerava a ocupação um movimento legítimo apoiou. Eu não sei se eu encaixo a galera aqui da UnB como comunidade, quando eu falei comunidade quis dizer mesmo pais de alunos, alguns funcionários que moravam por perto e estavam sempre indo lá.

P: Você mora com a sua família?

L: Sim, com a minha mãe e meu irmão.

P: E como eles receberam sua participação lá?

L: Minha mãe ela sempre, sempre foi muito ligada em política, minha família sempre manteve esse debate político muito vivo, então ela aceitou bem, assim, ela me deu apoio, ela sempre que eu precisava “mãe, eu vou dormir aqui hoje, você pode trazer tal coisa pra mim?”, ela ia. Manutenção da escola ela também ajudou muito, porque a gente tinha que manter um espaço limpo, bem organizado e tudo mais, então tipo, recebeu super bem. Meu irmão também tá começando a construir essa perspectiva política dele, que eu acho que é bem pessoal, mas é isso, minha família recebeu bem.

P: E era comum que tivesse o apoio das famílias?

L: Não, tinham alunos que estavam lá, mas sabiam que quando acabasse, quando voltassem pra casa ia ter problemas, que eu saiba nada muito grave, mas que os pais não aceitavam, que achavam que estavam proibindo as pessoas de estudar, que usavam os argumentos “você estão proibindo meu filho estudar!”, “abre a escola!”, pais que não entendiam direito o porque de nós estarmos lá, e não receberam bem, mas mesmo assim muita gente permaneceu firme, mesmo com essa reação contrária da família.

P: Quem eram os principais opositores da ocupação?

L: Opositores?

P: Quando começou a ocupação, quem estava disputando com vocês, querendo reabrir a escola? A diretoria?

L: Não, o nosso diretor foi sempre bem flexível, manteve um diálogo muito bom com a gente, ele entendeu o nosso lado e deu total apoio. O problema foi alguns professores mais conservadores mesmo. Esses professores estavam todo dia de manhã no portão, implorando pra gente reabrir a escola, pedindo pra puxar assembleia, pra fazer um acordo. E aí alguns alunos começaram a “pegar” essa ideia dos professores e se mostrarem contrários a isso. Porque o CEMTN é uma escola que tem uma galera meio classe média. É uma galera que acha que é rica de Taguatinga, e se uniram a esses professores mais conservadores, e eram pouco menos da metade da escola. Começaram a jogar coisas na escola pra tentar tirar a gente de dentro, enfim.

P: Teve algum episódio de violência?

L: Tivemos. A gente botou cartazes e faixas dizendo que a escola estava ocupada e um dia à noite jogaram muito tinner numa árvore que tinha do lado de fora, e colocaram fogo nesses cartazes e faixas, jogaram muitas garrafas de vidro dentro da escola, e aí quebrou telha porque jogaram pedra, e tudo isso caiu na nossa conta, a gente teve que arcar com tudo isso depois. Não houve violência física, foi mais essa repressão ao nosso patrimônio, queimar cartaz e tudo mais.

P: O que aconteceu na escola depois da ocupação?

L: A gente ficou bem marcado, porque todo mundo sabia quem tava ocupando, e algumas pessoas se sentiram meio perseguidas dentro da escola por alguns docentes. Não foi o meu caso, não sei se é porque eu sempre tenho a opinião um pouco forte, então eu sempre peitei os professores, não me senti perseguida. Mas era muito comum a gente ver os alunos conservadores ameaçando e mandando mensagens pelo celular, tipo “a gente vai quebrar de vocês porque ocuparam e vamos ter que ficar uma semana a mais”. Dentro da escola, as coisas se equilibraram rápido, mas algumas pessoas específicas se sentiram perseguidas.

P: Essas pessoas permaneceram na escola ou saíram?

L: A maioria de nós que ocupamos éramos formandos, então tipo assim, mais da metade, com certeza 80% saiu da escola e aí os outros 20% que ficaram mais acudados, eles se sentiram meio sozinhos. Esse ano (2017) foi mais complicado, porque a gente mantém contato, e aí eles se sentiram sozinhos e preferiram se afastar um pouco da militância estudantil. Hoje tem menos gente ativa na escola.

P: Como você acha que a ocupação te afetou, em relação à sua vida?

L: A escolha do meu curso se deu pós-ocupação, uma coisa bem decisiva pro meu futuro, eu conheci pessoas do Serviço Social que demonstraram apoio e tudo mais, e a minha perspectiva crítica acho que foi a coisa que mais mudou. Eu enxerguei o movimento estudantil de uma maneira muito mais forte do que eu enxergava, eu achava a galera bem pelega, pra mim eles ficavam sacaneando trabalhador... eu tinha uma visão muito escrota do movimento estudantil. E aí quando eu estive de fato inserida em uma militância, em um ato dos estudantes eu vi que não é bem assim, e com certeza eu moldei o meu pensamento crítico como estudante, sabe? Enquanto ser político entendi que tenho, tenho força e tenho

pernas pra fazer coisas e agir junto com outros estudantes. Então acho que esse pensamento crítico foi a coisa que mais mudou, com certeza.

P: Então depois da ocupação você se inseriu no movimento estudantil?

L: De fato, com certeza.

P: Você não participava antes?

L: De forma fraca, tinha uma assembleia estudantil da escola e aí eu aparecia, mas não dava muita opinião. Se a escola falasse “então, vai ter greve dos professores por motivos tais, e a gente queria o apoio dos estudantes”, eu ia, ficava assim, mas eu não era tão ativa quanto acho que sou hoje.

P: Você começou a participar de algum grupo ou movimento específico?

L: Sim, eu estou mais presente na executiva do Serviço Social e faço parte da gestão do Cento Acadêmico.

P: Você se envolveu com algum partido político?

L: Não, um dos pontos da nossa ocupação era não se vincular a partido político, porque eles iam dar alguma coisa, mas iam também sugar mais do que a gente podia oferecer. Enquanto estudante eu não sou filiada a partido nenhum.

P: Tinham pessoas na ocupação que eram de partidos?

L: Sim, tinha uma galera filiada ao PSOL e tal.

P: Estudantes mesmo?

L: Sim.

P: Gostaria de comentar mais alguma coisa? Alguma impressão que você teve, que você acha que é importante falar? Qual a importância de uma ocupação?

L: eu acho que a ocupação acordou muito as pessoas a respeito do movimento estudantil, que nem eu te falei, eu achava que a galera era meio fraca, meio pelega, eu não via muita ação estudantil como, sei lá, foi na ditadura, por exemplo. O movimento estudantil, a UNE foi muito importante na ditadura e 2016 foi um ano muito difícil politicamente... governo Temer, ilegítimo, eu tava sentindo o movimento estudantil muito fraco e acho que quando a gente ocupou, mostrou que estudante tem força, que a gente tava atento e que as coisas não iam passar. Então acho que uma coisa que a ocupação deixou muito viva foi isso, a força do movimento estudantil.

Entrevista com G, estudante do CEMTN

Tempo de gravação: 27 min e 14 seg

Legenda:

P – Pesquisador

G – Entrevistado

P: Onde você cursou o ensino médio?

G: Eu estudei no CEMTN, Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte, e foi lá que eu soube da ocupação, assim, antes eu não sabia das outras que estavam acontecendo, mas foi por uma professora minha que chegou na época e falou pra mim, perguntou, falou que tinha uns alunos organizando e que seria um movimento legal conduzido pelos alunos, aí eu quis saber mais a fundo e e assim, quando me disseram a proposta da ocupação, o propósito que ela tava tendo, aí eu decidi participar e ajudar.

P: Entendi. Você morava perto da escola?

G: Eu moro na Samambaia Sul, morava na Samambaia Sul e estudava lá, fiz meu ensino médio todo lá.

P: Em um exercício de memória, você consegue contar como foi o dia da ocupação, o que aconteceu? Ou, se você não estava desde o começo, como você começou a participar?

G: Foi assim, nesse dia que a professora chegou e me falou eu já fui... ela me perguntou quem era que tava organizando, mais por dentro, e aí eu fui atrás das pessoas porque eu já conhecia, eram os alunos do terceiro ano também, eu era do terceiro ano, aí a gente pegou e começou a formular como é que a gente ia fazer isso e tal, e a gente fez um grupo no whatsapp e começou a conversar, aí no dia que a gente resolveu ocupar a gente simplesmente chegou lá na escola 5 da manhã e falou pro porteiro “a gente tá chegando pra ocupar a escola”, e ele só pegou e falou “beleza”, abriu e entregou a chave pra gente e a gente entrou. Não questionou, não teve nenhuma dificuldade. Aí a gente entrou, aí meio que a gente fez assim, todo mundo que tava organizando entrou, e o pessoal que veio pra assistir aula mesmo a gente só pediu pra aguardar um pouco, aí a gente, porque lá no colégio tem um lugar que a gente chamava de, era um teatro mesmo, meio que ao ar livre assim, a gente pediu pra todo mundo sentar lá que a gente ia explicar o que tava acontecendo, porque que a gente tava fazendo aquilo, e a gente foi, e tipo assim, no contexto é bonito, da gente falar e tudo mais, só que não saiu tudo cem por cento do jeito que a gente queria, porque a gente não teve colaboração cem por cento do jeito que a gente achou que ia ter, e assim, a gente achou que os alunos, os próprios alunos iam querer participar mais, por ser uma escola considerada mais aberta pra galera, mas não teve tanta participação assim da escola, nas atividades, mas a gente fez muita atividade teve galera que veio daqui mesmo da universidade, foi pra lá pra dar aula, porque os professores entraram em consenso entre eles que nenhum deles ia ajudar na nossa ocupação, assim, nenhum deles ia dar aula lá dentro, nenhum deles ia ajudar, então a gente teve que procurar por fora, e por contatos que a gente teve aqui da UnB a gente conseguiu arrumar gente pra dar aula lá de Geografia, na verdade dar aula não né, fazer umas

oficinas, assim, pra continuar ajudando, até porque tinha PAS, tinha ENEM perto, pra ajudar a galera. Aí foi assim que a gente fez, e eu, na época eu trabalhava, eu estudava de manhã e trabalhava de tarde. Nessa época da ocupação a gente ficou ocupado lá uma semana. Nessa semana eu fazia assim, eu ia de manhã pra lá, ficava na escola, ajudava na parte da organização, a gente meio que fez, assim, a gente separou uma galera pra cuidar da parte administrativa, eu fiquei com a parte da segurança, aí eu puxava o pessoal pra dentro na hora de entrar e tal, e quando dava meu horário eu ia pro trabalho, saía do trabalho seis horas e voltava pra escola, dormia lá de noite, ficava lá pra qualquer eventualidade que acontecesse, até porque a ocupação era dos alunos do CEMTN, tinha uma galera de fora que tava ajudando e tudo mais, só que era importante ter a galera do CEMTN que tava engajada com isso pra, sei lá, alguma coisa que acontecesse.

P: Você falou que ficou sabendo por uma professora, mas que, ao mesmo tempo, nenhum professor ou professora quis apoiar na hora da ocupação?

G: Foi assim, a gente teve sim professores que apoiaram, que ajudaram, só que aí tipo assim, eles fizeram uma reunião entre eles no dia que gente ocupou, eles fizeram uma reunião entre eles lá do lado de fora da escola, e por votação, eles falaram que votaram entre eles e que a maioria decidiu que não queria ajudar na ocupação nessa parte de dar aula, porque a gente falou pra eles “vai continuar aberta, a gente só não vai abrir as salas”, e essa era exigência deles pra eles poderem permanecer lá. A gente falou que não ia abrir as salas, aí eles, por votação de maioria eles optaram por não dar aula lá dentro, mas muitos ajudaram com mantimentos, com muita coisa, alguns ajudaram com alimento, com coisas que a gente precisava. O diretor, o vice-diretor na época, agora ele é diretor lá no colégio, ele ajudou a gente, assim, da forma que ajudou lá ele ajudou a gente.

P: Quais foram os motivos da ocupação?

G: Bom, os motivos, inclusive foi por causa disso que eu quis participar, foi porque a professora falou pra mim que, sobre a PEC, agora não me recordo qual o número dela, mas foi a PEC que meio que excluía algumas matérias obrigatórias do ensino médio, e isso ia prejudicar não somente os alunos, porque eu acho que você tirar uma matéria obrigatória, uma matéria de Filosofia, Sociologia, por exemplo, você tira o modo de pensar de uma pessoa, o senso crítico e tudo mais. Eu acho que são matérias importantes, eu hoje como estudante de Sociologia quero ser um professor de Sociologia, acho super importante a matéria, e por causa disso, por essa reforma que eu não queria que acontecesse, me fez querer participar da ocupação como uma forma de manifesto e assim, tentar ver se os caras lá de cima, os políticos, resolviam né, se a gente conseguia mover alguma coisa com isso.

P: E como surgiu a ideia de ocupar a escola?

G: É igual eu to te falando, assim, eu fui desde o começo né, da ocupação, mas assim, eu não peguei o primeiro momento dela, que foi quando as pessoas se juntaram e falaram “cara, vamos ocupar”, foi igual to te falando, a minha professora chegou pra mim e falou “tem uns colegas seus que estão querendo fazer um movimento na escola”, aí eu fui atrás e eles me falaram o que eles tavam pensando, já tinha mais ou menos uma semana que eles tavam pensando quando eu entrei, aí da parte que eu entrei a gente só organizou como a gente ia fazer, o que de oficina a gente ia oferecer dentro da escola, o que a gente ia, como a gente ia ocupar, porque ninguém fazia ideia... mas assim, do início não sei bem como é que foi. Eu entrei no bonde caminhando.

P: Da ocupação mesmo, você consegue lembrar como era a organização, como era divisão de tarefas?

G: Isso eu nem consigo esquecer. A gente fazia assim, todo dia depois das seis que era o último horário, a gente se reunia dentro da sala dos professores lá da escola e meio que dividia entre todo mundo o que cada um ia fazer porque a galera não podia sair, aí dividia uma galera que ia pra cozinha que ia fazer comida, dividia uma galera que ia pra segurança que ia ficar olhando o portão e ficar fazendo ronda na escola, porque aconteceu até caso de gente ficar jogando pedra lá dentro e tal, só como precaução mesmo, e tinha um quadro lá que a gente pegava e anotava, tipo assim, “amanhã que que a gente poder fazer?”, por exemplo, “vai um menino que tá fazendo graduação na UnB de Geografia”, por exemplo, “e que tá querendo dar aula”, “tem uma cara que que dança break que tá querendo vir se apresentar”, “tem uma galera que rima, eles estão querendo vir pra cá”, “tem um pessoal querendo um sarau”, aí a gente meio que anotava e fazia os horários nesse escalonamento certinho pra não bater nada né, pra não dar errado nada, e a gente fazia todo dia de noite, só que geralmente o cronograma a gente organizava, a gente organizou ele todinho da semana no sábado, a gente organizou pra poder ocupar, aí durante a semana a gente só ia meio que confirmando isso e ajeitava essas questões, quem vai ficar na segurança, amanhã quem vai abrir a sala, quem vai fazer isso e tal. Aí muitas vezes tinha galera que dormia, por exemplo, tinha vez que eu chegava lá, aí depois dessa reunião dormia umas oito horas, acordava umas três e ficava até as seis acordado pra outra pessoas vir e ficar no meu lugar e eu poder dormir e a gente ia fazendo isso. Assim, só que por tudo que ocorreu a gente não conseguia dormir, foi muito cansativo, mas foi muito bom.

P: Quais tarefas você fez durante a ocupação?

G: Eu, igual eu to falando, na época eu era estudante, precisava estudar pro PAS, pro ENEM, e assim, essas oficinas, que tinha, a gente tava chamando galera pra dar aulas e assim a gente fazia muito isso de às vezes interligar as matérias, igual eles fazem na prova do PAS e tal. Aí todo dia depois que eu acordava eu não ficava só nessa parte de administração, eu ia assistir algumas aulas quando dava, mas sempre ficava alerta, caso precisasse de alguma coisa a gente tava correndo atrás. Além das aulas em si teve sarau lá, a gente que organizou, teve uma roda rima que o pessoal fez lá dentro, teve também apresentação de uma galera que dançava, esse menino que dançava, ele morava lá na Ocidental e foi lá pra Taguatinga pra fazer essa apresentação pra gente.

P: Ele não era da escola?

G: Não, ele não era da escola. A gente que era da escola mesmo a gente ficou mais nessa parte de organizar e tal. Na verdade tinha um pessoal que fazia aula de dança dentro da escola mesmo, eram uns meninos do primeiro ano na época, que eles pegavam e tavam dando aula lá pra galera que queria, eles se propuseram a fazer isso. A gente tava tendo roda de conversa todo dia sobre questões né, sobre negros, sobre feminismo, essas paradas, pra inteirar a galera, porque a Sociologia, pelo menos a que eu estudei no ensino médio, o pessoal pega e fala ali no começo como ela foi criada mas assim, a Sociologia na prática mesmo a gente não vê né.

P: Você lembra quantas pessoas participaram mais ou menos?

G: Ativamente, que ficava lá pra dormir mesmo, acho que umas trinta no máximo.

P: Só da escola ou contando pessoas de fora?

G: Contando com pessoas de fora. Só da escolas tinha umas vinte.

P: Mais do terceiro ano? Ou de todos os anos?

G: Tinha de todos os anos, mas eu acho particularmente que tinha mais galera do terceiro, que foi a galera que tomou a iniciativa pra fazer.

P: Você participou a semana toda da ocupação?

G: Participei.

P: Como foi a desocupação?

G: Foi numa quarta-feira, era feriado, agora não me recordo qual porque, enfim, mas era um feriado, aí bateram uns policiais lá na escola e eles começaram a fazer pressão pra entrar, que a gente não tava deixando, só que, tipo assim, ficaram falando “é melhor vocês desocuparam agora porque se a gente tiver que voltar aqui a gente vai voltar com mandado, a gente vai ter que tirar vocês à força”, ficou meio que fazendo esse exercício mental, principalmente porque assim, eu tava na segurança mas eu não tava cuidando das questões burocráticas, aí ele foi falar com a menina que tava organizando mesmo, que a gente meio que deliberou que ela ia cuidar desses assuntos políticos e tal, e eles começaram a fazer pressão nela, falando que se a gente não desocupasse eles iam... porque a gente falou “vocês só podem desocupar com mandado”, tinha um monte de advogado que tava ajudando a gente, aí eles começaram a falar que se a gente não desocupasse eles iam chegar com mandado e tirar a gente à força e era melhor a gente sair do jeito que a gente tava porque aí não ia prejudicar ninguém, não ia machucar ninguém, foi assim. Nessa quarta era mais ou menos meio dia, uma hora da tarde.

P: Com isso tudo vocês decidiram que era melhor desocupar?

G: Foi, aí a galera falou, é igual a gente já tava falando, porque tinha gente que não era da escola, primeiro, e tinha uns meninos do primeiro ano que, assim, do primeiro e segundo ano, e até do terceiro também né, que assim a gente ficou com medo de, sei lá, a galera, deles fazerem alguma coisa mesmo, agredir, sei lá, e acabar sobrando não só pra gente, pra galera que tava de fora, e aí a gente pegou e falou “é melhor a gente sair, porque se eles chegarem aqui com esse mandado e fizerem o que eles estão falando mesmo, lascou”.

P: Dentro da escola tinha muita gente contra a ocupação?

G: Até a questão dos professores, porque assim que a gente resolveu ocupar o diretor chegou, a gente deixou ele entrar na escola e ele falou que era um movimento dos alunos que a gente tava certo de correr atrás dos nossos ideais e tal, e pra gente não deixar se influenciar por professor, porque tem professor igual toda escola deve ter... tem professor que é mais conhecido e se impõe e tal, e lá também tinha alguns que eram assim, aí ele falou pra gente não deixar isso acontecer, porque era um movimento nosso, e como a maioria desses professores que eram influentes lá dentro ficou contra a gente justamente porque assim, eles falaram que eles não queriam deixar de dar aula porque tava chegando prova e eles tinham que cumprir o programa, e eles tinham que bater esse ponto todo dia e por causa disso eles eram contra. Não digo que foi por causa desses professores, mas uma grande parte da galera

não quis participar da ocupação, eu acho que por causa de influência de professor também, teve muita gente que ficou falando que a gente tava tirando o direito deles de estudar, por exemplo, só que sempre a gente tava oferecendo roda lá de, tava tendo aula todo dia normal, mas também eu acho que eles influenciaram, não tem como falar que não influenciaram, porque eles ficaram lá fora, quando a gente começou a ocupação, até meio dia eles ficaram do lado de fora da escola conversando com um monte de gente que não quis entrar, e também tem aluno que pegou e fez isso e aproveitou, tirou “férias”.

P: Você já conhecia as pessoas que estavam na ocupação?

G: Só os do CEMTN. Alguns, a grande maioria da galera que já estudava lá eu conhecia. Agora, os que vieram de fora conhecia mais de lá, inclusive muito que estão aqui né.

P: E essas pessoas que já eram da escola, você era próximo, ou só conhecido?

G: Não, não. Eu só era próximo mesmo de umas três ou quatro pessoas, que eram da minha sala inclusive. Agora, o resto era conhecido, falava, mas não era próximo assim, amigo não.

P: Você manteve contato com essas pessoas?

G: Mantive.

P: Pensando em geral, você na escola, como era sua relação com as pessoas, funcionários, alunos?

G: Era tranquilo, sempre fui muito amigável com todo mundo, nunca, assim uma coisa que eu nunca criei briga com ninguém, sempre, assim, conversava e tal mas estudava, porque eu tinha um propósito eu queria entrar aqui na UnB, então eu sempre estudei muito, então minha relação sempre foi boa, nunca fui de brigar com professor, com aluno por nada não.

P: Na escola tinha grêmio ou algum outro grupo de estudantes?

G: Não, inclusive foi uma das coisas que a gente fez a ocupação e a gente exigiu que quando a gente, foi uma das exigências nossas, que criasse um grêmio, porque lá na escola tem uma sala destinada ao grêmio, tem o nome de grêmio inclusive, só que não tinha, eles não fazem eleição de grêmio, e era uma coisa que a gente queria fazer, inclusive a gente incentivou os alunos do primeiro ano porque eles às vezes não sabem né, acabou de chegar, não sabem disso, tipo assim, pra eles correrem atrás do grêmio, porque o grêmio é a voz dos estudantes dentro da escola né, tipo assim, o que eles não querem, o que eles acham que não tá certo, pra eles correrem atrás. Mas, depois que eu saí de lá, eu não voltei lá pra saber, mas acho que não tá tendo grêmio até hoje.

P: Depois da ocupação você sabe se conseguiram fazer o grêmio?

G: Não.

P: Você lembra a época em que aconteceu a ocupação?

G: A época certinha foi em outubro, eu sei que o mês foi outubro, mas o período certinho eu não lembro.

P: Você participava ou fazia alguma outra atividade além do trabalho e do estudo?

G: Só trabalhava e estudava mesmo, na época.

P: Hoje você tem alguma atividade além da UnB?

G: Faço, faço Jiu Jitsu, gosto de competir, inclusive entrei até pro time da UnB.

P: Você mora com a sua família?

G: Moro com a minha mãe e com meu padrasto.

P: Na época da ocupação, como eles viram isso?

G: Primeiro minha mãe, ela, porque eu falei que tava indo ocupar, ela reagiu bem, ela falou que eu tava certo, que eu tinha que correr atrás do que eu acreditava, só que depois das notícias do jornal, do que eles tavam falando no jornal do que tava acontecendo, ela, a primeira reação dela foi pedir pra eu parar, pra eu não ir mais, porque ela tava com medo de, sei lá, eu apanhar de polícia, apanhar de gente que não tava concordando, essas coisas, ela ficou com medo pessoal mesmo. Depois ela começou a falar que não tava certo, que eu não tinha que fazer isso, e ir nesse pensamento de falar “você tá tirando o direito dos outros alunos de estudar, você tem que parar”, só que mesmo assim eu continuei indo. Eu nem ia em casa direito. Fui em casa duas vezes só, pegar roupa.

P: Quando acabou a ocupação, aconteceu alguma mudança na escola? Perceberam alguma mudança por causa da ocupação?

G: Não. Nada, nada. Assim, deixa eu ver, porque a gente tava... não nenhuma mudança... o que eu lembro assim agora que a gente exigiu foi o grêmio, mas não fizeram, continuaram tendo aula normal, só... no geral não teve nenhuma.

P: As pessoas que participaram da ocupação sofreram algum tipo de consequência?

G: Não. Dentro da escola não. Só mais, digo por mim mesmo, só mais dos estudantes que não concordavam, porque eles sabiam quem a gente era né, que a gente tava ocupando, aí meio que começaram a ficar falando que ia bater, que ia não sei quê, esse tipo de coisa.

P: Isso durante a ocupação?

G: Durante e depois também.

P: Você saberia dizer se as pessoas que continuaram na escola continuaram se reunindo, se mobilizando?

G: Eu acho que, sinceramente falando, eu acho que não. Porque teve a galera do primeiro e do segundo que continuou lá né, mas, assim, não fiquei sabendo mais, também porque nunca mais fui lá. De conversar com as pessoas ninguém me falou sobre.

P: No geral, você acha que a ocupação foi bem sucedida?

G: Assim, eu acho que foi, porque apesar de a gente não ter nenhuma mudança física acontecendo, eu acho que mudou a cabeça de muita gente ali, entendeu? Muita gente que tinha um pensamento que achava que, por exemplo... assim, também a gente conseguia ver muito, muito, assim, como as pessoas são e tal. Porque igual esses professores que meio que são estrelinhas lá, todo ficava “ah, não sei o que, ele é muito bom”, mas quando aconteceu a

ocupação a gente viu que não era mesmo. Eu acho, pra mim mesmo, eu tive uns três anos de Sociologia e não tive uma aula tão grande quanto eu tive lá. Eu acho que a parte da mudança foi mais pessoal mesmo, pra cada pessoa, porque física a gente não teve nada. Hoje a escola tá, eu fui lá segunda-feira pra fazer um trabalho da matéria de Organização da Educação Brasileira e a escola tá parecendo um presídio, botaram grade em tudo.

P: Você conseguiria apontar alguns pontos positivos e negativos da ocupação?

G: Ponto positivo... eu acho que o ponto positivo foi conhecimento político, que tem muita gente que se abstém, não sabe nem o que que é isso, teve muita gente que passou a conhecer e a correr atrás depois da ocupação, eu acho que assim, a gente conseguiu mudar a cabeça até de alguns professores lá. Ponto negativo foi de que a gente não conseguiu chegar no nosso resultado final que a gente realmente queria, e assim, outro ponto negativo é igual você tá falando, essa parte de ô, chegou lá na hora todo mundo fez, mas depois que a ocupação acabou ninguém mais se mobilizou pra fazer nada na escola, o grêmio não aconteceu... mas também eu não acho que foi uma semana jogada fora não, eu acho que foi muito bom.

P: Depois da ocupação você se envolveu em alguma outra manifestação, em algum grupo ou coletivo?

G: Grupo assim, não sei, mas fui pra muitos atos que tiveram ano passado, contra o presidente, fui praquele também dos índios que teve aqui ano passado, acho que só, não lembro se fui pra mais algum não.

P: Como você acha que ter ocupado te afetou?

G: Eu acho que foi muito bom pra mim inclusive porque antes de fazer essa ocupação eu sempre quis ser professor, só que eu não tinha muito, assim, não sabia de que, de qual matéria, só queeu sempre gostei muito da matéria de sociologia e tudo mais, só que depois que eu tive a ocupação, que eu tive realmente uma aula de sociologia vivida ali... eu quis fazer esse curso e ser professor. Eu acho que eu acabo, não me tornando uma pessoa melhor, mas assim, politicamente mais, tentar ser um pouco mais correto sabe? Porque eu não tinha, antes de fazer a ocupação eu não muito essa preocupação, eu não corria muito atrás de tipo, ah, ideais dos estudantes, que foi o que a gente tava correndo atrás, mas assim, de tantos outros né. Aí depois que eu comecei, que eu fiz a ocupação, eu comecei a parar e pensar e um pouco mais nisso, e ler sobre, e correr atrás. Pra mim foi muito bom, eu gostei muito.

P: Então você acha que se decidiu por um curso depois da ocupação?

G: Depois da ocupação, cem por cento.

P: Você participaria novamente de uma mobilização desse tipo?

G: Com certeza, se eu pudesse, seu tiver a oportunidade eu vou, com certeza.

P: Qual a sua idade?

G: 21 anos.

P: Você gostaria de comentar mais alguma coisa que a gente não tratou, alguma impressão que você tem sobre a ocupação?

G: Eu só acho que, tipo assim, o único ponto que eu quero botar aqui em específico é mó galera, muita gente, inclusive a mídia, botou os estudantes como meio que criminosos nesse ato político né, mas na real véi, que aquilo ali era muito bonito entendeu, foi um gesto muito bonito que aconteceu, e tipo ninguém dá valor saca, quem não participou só taca pedra em quem tava lá, “ah, você tirou minha aula”, mas foi uma coisa muito bonita o que aconteceu. Tipo assim, não só pra mim, pra todo mundo que participou, assim, apesar de ser cansativo, ter que correr atrás das coisas, mas foi, posso te falar sem dúvida nenhuma que foi uma das melhores semanas que tive na minha vida.

Entrevista com L, estudante do CED 03

Tempo de gravação: 17 min e 39 seg

Legenda:

P – Pesquisador

L – Entrevistado

P: Você cursou o ensino médio onde?

L: No Centro Educacional 3 de Brazlândia.

P: Você morava lá?

L: Sim.

P: Ainda mora lá?

L: Sim.

P: Você cursou todo o ensino médio na mesma escola?

L: Sim.

P: Você consegue contar o dia da ocupação?

L: Acho que foi 9 de outubro. A gente foi lá na escola, a gente já tinha se reunido, alguns alunos, eu principalmente e uma amiga, tinham falado “pô, a gente poderia ocupar a escola, tá na hora de fazer alguma coisa por essa escola que é tão marginalizada dentro da própria Brazlândia”. A gente foi lá à tarde e chamou o pessoal do 3º ano especificamente, e tentou falar com o pessoal do 1º e do 2º ano, e agente fez umas enquetes lá, e depois a foi pro turno noturno, e a gente deu uma palestra lá sobre a importância de fazer uma ocupação na escola e porque a gente tentaria fazer aquilo, e a gente tentou ocupar, um grupo pequeno, 6 pessoas, nessa noite, só que foi bem conflituoso com o próprio guarda que não queria deixar a gente ocupar, e ele acabou humilhando uma pessoa do nosso grupo lá por ser negro, e nas palavras dele, era um favelado que tava influenciando os outros, e por ele ser mais velho e de fora da escola também... e a gente passou a noite na escola, mas quando amanheceu tinha uma aula e a gente já tava desanimado de ocupar, e a outra galera chegou e falou “bora continuar isso, não deixa a ideia morrer”, e a gente saiu de sala em sala tirando todo mundo e fazendo uma assembleia geral lá, e votar se a gente queria ter uma ocupação ou não. Se posicionaram dois grupos, três na verdade, porque tinham os mais “apáticos” lá, e foi uma discussão bem polarizada sabe, ninguém tava preparado o suficiente ali, mas o pessoal que tava contra era super “baixo” nos argumentos, e acabou que no final as pessoas apáticas eram maiores, e minha amiga simplesmente pegou o microfone e falou que a escola estava ocupada e que quem não fosse ajudar saísse, e ficou lá cerca de 100 alunos querendo ajudar a escola. Mas a gente falou lá “bora dividir as coisas: vocês podem sair e voltar mais tarde, podem voltar outro dia, bora revezar isso aqui”, no outro dia a gente ia organizar tudo direito, no decorrer do dia, e acabou que efetivamente só umas 20 pessoas tavam ajudando, 20 ou 30, e foi isso.

No segundo dia a gente ficou programando as coisas, fizemos rodas de conversa, debates, discussões sobre alguns assuntos. No momento eu lembro que a saúde era uma pauta, a própria ocupação e as causas dela, sendo que umas das causas era, além da mudança do ensino médio, era a “Escola sem Partido”, acho que o que levou mais gente lá. A gente programou algumas coisas que acabou não acontecendo porque a nossa ocupação foi muito curta, durou dois dias, porque no fim do segundo dia saiu um decreto que falava que todas as escolas deviam ser desocupadas no DF, e foi a última a ser desocupada.

P: E foi uma das últimas a serem ocupadas?

L: A última a ser ocupada.

P: Como você ficou sabendo dessa ideia de ocupação?

L: A ideia de ocupação, integração pelas redes sociais também, a gente viu que tava um número muito crescente disso, a gente foi pesquisar, eu e um número muito específico de amigos, a gente propôs pra outras pessoas e eles concordaram em fazer, em tentar, a fazer aquela ideia acontecer na própria escola.

P: Então pelas redes sociais vocês viram o que estava acontecendo em outras escolas?

L: Sim.

P: Vocês tiveram contato com pessoas de outras escolas?

L: Não, foi só rede social mesmo.

P: Você falou de um grupo, esse grupo era um grêmio, um grupo de amigos?

L: Não, não era um grêmio, só um grupo de amigos mesmo, não da mesma turma, mas um grupo que tinha mais contato com essas ideias mais políticas e tudo mais.

P: Você consegue falar da organização da ocupação, da divisão de tarefas?

L: Teve uma divisão meio desorganizada a princípio, mas agente separou por segurança, do lado de fora, e quem iria cozinhar em tais dias, a gente tinha feito, no último dia a gente tinha feito um cronograma pra semana inteira né, a gente ia fazer isso por semanas, a limpeza da escola, era uma época chuvosa também, quem iria lavar lá fora e tudo mais, e as chaves, algumas pessoas ficaram cuidando das chaves, e foi basicamente isso.

P: Você lembra qual era sua tarefa?

L: Eu administrava a página e ficava especificamente conversando com o pessoal que ia fazer palestras, ia fazer debates lá, e chamar ex-alunos e alunos pra lá também.

P: Quantas pessoas participaram aproximadamente?

L: Entre 20 e 30.

P: Você falou que no primeiro dia, depois da assembleia, 100 pessoas ficaram.

L: Mais ou menos 100 pessoas. 80, 90 pessoas estavam lá apoiando a gente, a nossa causa, e depois a gente falou “bora dividir, depois vocês vem”, acabou que alguns não voltaram,

não sei se foi porque a ocupação foi muito curta, não deu tempo de voltarem, mas teve uma evasão enorme.

P: Então isso aconteceu num dia de manhã, e no dia seguinte aconteceu a desocupação?

L: Acho que foi um dia inteiro, e depois no outro dia, à tarde.

P: Como foi a desocupação?

L: A gente tava criando outro cronograma e uma advogada ligou pra uma amiga falando que eles poderiam usar a força pra tirar a gente da escola, ela simplesmente escreveu isso no quadro enquanto falava com a advogada e causou histeria lá na escola, porque todo mundo ficou super nervoso com a situação, ninguém sabia o que fazer dali em diante. Tinham pessoas de maiores que estavam preocupadas em fazerem alguma coisa com elas e com os nosso próprios nomes, algum tipo de perseguição, e chegou uns professores, eu não lembro de qual instituição, alguns professores da própria cidade, mas acho que também tinha um de fora, e chegou um pessoal do Juntos também pra apoiar a gente, dizer o que a gente deveria fazer e tudo mais. A gente chegou a conversar com um policial e deram um prazo de uma hora pra gente sair. Foi super pacífico na hora de sair. Tinha cerca de, sei lá, 20 PMs lá fora.

P: Nessa hora ainda estavam essas cerca de 20 pessoas?

L: Sim.

P: 20 pessoas da escola, ou da escola e de fora?

L: Da escola e de fora.

P: Essas pessoas que participaram, você já conhecia?

L: Sim.

P: Você manteve contato com essas pessoas?

L: Algumas pessoas sim, eu mantenho contato, alguns são professores, outros são alunos. Ah sim, no último dia, da desocupação, acabei mantendo um contato maior.

P: Como era sua relação com as pessoas da escola?

L: Com os professores era uma relação muito boa. Nunca tive problema nenhum com professores nem com servidores de lá. Porém a relação com os alunos em partes eram meio desagradáveis porque é uma cidade majoritariamente católica, muito conservadora, mas tinham os segmentos que eu me encaixava.

P: A escola tinha grupos de estudantes, grêmios ou outros?

L: Não.

P: Você participava de alguma atividade além da escola?

L: Somente fazer línguas em outra escola.

P: Você mora com sua família?

L: Sim.

P: O que sua família achou da sua participação na ocupação?

L: A princípio minha mãe até apoiou também, ela falou “só toma cuidado lá”, aí depois ela viu os jornais e falou “vocês tão invadindo a escola é?”, aí eu fiquei “mais ou menos”, aí eu fui explicando pra ela, ela entendia mas tava com um pé atrás, mas acho que era muito mais preocupação. Meu pai apoiou bastante, me levou coisas lá e ajudou a gente.

P: Você sentiu alguma mudança na escola após a ocupação?

L: Acho que só a ideia dos alunos de que eles podem propor coisas pra escola, sabe? Eles podem chegar lá e falar, expressar o que eles querem. Mas acho que foi só isso, nada físico assim, nada muito grande.

P: As pessoas que participaram tiveram algum tipo de retaliação ou consequência?

L: Sim, de certa forma houve um certo tipo de bullying pelo povo contra a ocupação, em partes até grande né.

P: Por exemplo?

L: Houve algumas ameaças de algumas agressões físicas na rua, e houve algumas agressões psicológicas também. Por exemplo, na ocupação, acho que durante o segundo dia, tinha um pessoal apedrejando a escola, ameaçando lá do lado de fora, à noite ficaram batendo na escola o tempo todo, e eles esperavam alguém entrar ou sair da escola pra fazer piadinhas e tudo mais, e eles não largavam a gente lá. Teve até uma certa cavalaria, eles tavam com cavalos lá na frente.

P: As pessoas que fizeram isso eram estudantes?

L: Estudantes, Brazlândia (risos).

P: Você acha que a ocupação foi bem sucedida?

L: Acho que ela foi um projeto que poderia ser bem-sucedido, mas foi interrompido, sabe? Como eu poderia dizer... acho que ela fracassou mais, poderia ser, mas fracassou. Teve alguns pontos, tipo, tirar as pessoas da zona de conforto, da apatia política e da apatia social, mas acho que poderia ter sido muito mais efetiva nas suas propostas.

P: Você conseguiria apontar pontos positivos e negativos?

L: Ponto positivo, acho que, querendo ou não, fez várias pessoas discutirem o tema, falarem sobre o tema, e houve um diálogo, também, não só entre as pessoas contra, apáticas, mas entre nós mesmos da ocupação, que a gente teve uma sensibilidade de compreender o outro pelo convívio mesmo. A gente era obrigado a entender o outro, a ouvir o outro, porque a gente tava convivendo o tempo todo. E a gente enfrentava problemas externos então a gente tinha que manter uma boa comunicação.

P: Essas pessoas que participaram continuaram se mobilizando?

L: Acho que a maioria não.

P: Você tava no 3º ano né?

L: 3º ano.

P: Você manteve contato com as pessoas da escola?

L: Eu mantenho contato com muitas pessoas da ocupação, e a maioria delas estão na UnB agora, mas tem outras pessoas que eu não mantenho contato, mais porque estão em outras universidades.

P: Algumas das pessoas que participaram continuaram na escola, pessoas do 1º e 2º ano?

L: Não, todos eram, majoritariamente do 3º ano, que estavam lá efetivamente ajudando. O 1º e o 2º ano não foram muito receptivos.

P: Você saberia dizer se atualmente a escola continua sem grêmio?

L: Continua.

P: Você ainda acompanha, ou chegou a ir depois à escola?

L: Eu fui lá, mas não houve tantas mudanças não.

P: Como você acha que esse processo te afetou?

L: Acho que a questão da sensibilidade sabe, tentar entender o outro, e estar disposto a ouvir as pessoas, e até no ingresso do meu curso mesmo, que requer muito disso, e acho que é isso.

P: A ocupação afetou algum plano de vida, pessoal ou profissional?

L: De certa forma ela me fez não querer trabalhar com a burocracia, sabe, gerenciar coisas e tudo mais.

P: Que era o que você estava fazendo.

L: É, era o que eu tava fazendo. Mas me incentivou muito a querer pesquisar e entender as coisas mais a fundo, porque as relações acontecem, e o conflito também, eu gosto de entender o conflito.

P: Você acha que a sua escolha de curso foi influenciada por isso ou não?

L: Acredito que sim. Influenciou muito de última hora. Era fim do 3º ano e eu era muito indeciso em qual curso. No final, poxa, fiz assim, “esse ano foi totalmente conturbado politicamente, e eu gostei bastante desse ano, eu fiz muita coisa nesse ano e eu me saí até bem no que eu fiz, e acho que vou escolher Sociologia por isso”.

P: Você se envolveu com algum grupo ou movimento depois da ocupação? Você participa de algum grupo atualmente?

L: Não, nenhum grupo. Eu não cheguei a ser um apático político, mas eu sou bem apartidário dessas instituições, dessas organizações.

P: Você chegou a participar de alguma mobilização ou ato?

L: Sim, sim. Alguns protestos que teve aqui no centro do Plano Piloto, e agora no curso mesmo.

P: Atualmente você tem alguma atividade além da UnB.

L: Não, somente a UnB.

P: Qual a sua idade?

L: 19 anos.

P: Você gostaria de comentar mais alguma coisa sobre o assunto?

L: Acho que não.

Entrevista com M, estudante do CEMSL

Tempo de gravação: 25 min e 39 seg

Legenda:

P – Pesquisador

M – Entrevistado

P: Onde você cursou o ensino médio?

M: Fiz o ensino médio no Setor Leste.

P: Você estudou os três anos lá?

M: Sim.

P: Você lembra como aconteceu a ocupação? Você conseguiria descrever?

M: Lembro, foi bem peculiar. No caso do Setor Leste, o que aconteceu foi o seguinte: eu era do grêmio, e aí tava envolvido já com movimento estudantil, porque no ano tavam tendo as lutas pelo PAS né, porque o PAS tinha aumentado, e aí os secundaristas tavam mobilizados nessa pauta, e aí quando começou a rolar as ondas de ocupação em São Paulo, tal não sei o que, a gente começou a ficar ligado. E aí a gente do grêmio do Setor Leste, a gente na verdade mobilizou a ocupação do Setor Oeste, porque tava um processo mais adiantado lá. E aí teve uma tentativa de ocupação lá, a gente foi e ajudou, e aí lá foi a escola que eu realmente ocupei, que a gente ficou 12 dias, e aí depois teve outras escolas, eu rodei em várias escolas e tal, acompanhando, e aí, a do Setor Leste na verdade foi muito tardia, ela foi depois, já tinha saído o mandado de reintegração de posse pra todas as escolas do DF né, e aí a gente ocupou, a gente fez uma assembleia, bem tumultuada assim, e aí quando o resultado saiu da assembleia já tinham as pessoas do lado de fora, que invadiram a direção, fecharam, pegaram a chave, mandaram todo mundo embora, a gente já tava sabendo mais ou menos como ia fazer. Aí veio polícia e tal, a gente conversou, já tinha o mandado, a gente sabia que não ia ficar muito tempo lá, mas foi isso. Aí fechamos a escola, durou uma noite, aí no dia seguinte teve negociação, a gente saiu no começo da tarde.

P: Você lembra o dia que isso aconteceu?

M: Não... mas em novembro, outubro ou novembro. Foi no final da onda de ocupações.

P: Você disse que participou mais da ocupação do Setor Oeste. Você lembra como aconteceu lá?

M: Foi engraçado também. Lá teve um grupo que tentou ocupar de manhã, com uma estratégia muito ruim na real. Eles tentaram ocupar, não conseguiram, aí foram pra direção, e aí que a gente recebeu a informação “caraca, tentaram ocupar o CEMSO, vai pra lá agora”, aí a gente foi. Chegando lá tava uma negociação com a diretoria e esses alunos. E aí ficou um tempão, os porteiros até barraram a gente na porta, porque não podia entrar na escola, tava uma situação mega tensa assim, e aí acabou que eles acabaram assinando um termo com

a diretoria, que eu não lembro exatamente como era, mas era um termo que limitava muito as possibilidades de ocupação, assim. Eles foram caindo no papo, tal, não sei que, acabaram assinando. E aí a gente ficou nessa né, como é que faz e tal, e no mesmo dia a gente conseguiu juntar com o grêmio de lá e promover uma assembleia do EJA, do noturno. Acho que foi isso, no mesmo dia, assembleia do noturno, e aí meio tumultuado, o EJA tem várias questões próprias, e eu não lembro exatamente o que deu nessa assembleia, mas sei que no dia seguinte teve mais duas assembleias, de manhã e de tarde, e aí uma passou, só que a outra não passou, só que aí o número de uma era maior, aí ficou aquela discussão louca de que não tinha legitimidade e não sei o que, mas acabou que a gente ocupou nesse dia. Só que foi o seguinte, a do CEMSO, a gente ocupou, porque lá é meio que dividido em três áreas, a área interna que tem as quadras, grama e tal, tem a área interna das salas e tem uma área que é ali a lanchonete, não sei que, lanchonete não, refeitório. E aí a gente ocupou aquela parte que era onde ficava a sala do grêmio, aos poucos durante a ocupação a gente foi ganhando espaços assim. Aí roubamos as chaves, fizemos uma operação lá, fechamos a escola e tal, aí a gente conseguiu manter na escola toda, mas foi super difícil assim. Os alunos tavam numa repressão gigantesca, tinha um “movimento desocupa” né, a gente fazia debate todo dia, era acordar de manhã e ver a galera chegando e ficar gritando na porta, discutir e tal, não sei o que, o dia inteiro. Aí teve tentativa de invasão, invadiram a escolas algumas vezes.

P: Chegaram a entrar?

M: Chegaram a entrar, chegaram a ocupar pra gente não ocupar... Aí queriam fazer um acordo dos “desocupa” ficarem ocupando uma parte e a gente ficar na outra, aí a gente “uai, não entendi”. Mas enfim, a diretora era uma loucura assim, ela mesma invadia a escola, pulava a cerca, ficava xingando a gente, aí derrubaram o portão, enfim, várias tretas. Mas foi isso assim, o processo mais ou menos.

P: Durou, você falou, 12 dias, certo?

M: 12, 13 dias.

P: Dessa você participou todos os dias?

M: Todos os dias.

P: Eram apenas os grêmios que estavam participando ou tinha outras pessoas?

M: O grêmio tinha a responsabilidade de puxar as assembleias e tal, mas assim, quem tava mesmo na ocupação era galera da escola que ia, aí tinha muita gente que, a partir dessas conversas entrava pra ocupação, a galera da própria cantina da escola tava ajudando a gente, eles iam lá fazer comida, então tipo, várias pessoas. Os pais ajudando, os advogados, então, mas os alunos que tavam ocupando eram diversos, de todos os anos, inclusive do EJA. Com o EJA a gente fez um acordo pra deixar eles terem aula, tipo, a gente abria a escola pro horário deles só.

P: Tinha gente do EJA ocupando também?

M: Tinha. O EJA tem várias questões, mas tinha algumas pessoas do EJA que decidiram ficar na ocupação.

P: Você saberia dizer quantas pessoas participaram aproximadamente?

M: Ocupação oscila muito né? Mas vamos dizer que umas 40 estavam ali durante a semana, tavam, acho que variava assim de 20 a 40, uma variação muito grande dependendo do dia.

P: Na hora de ficar para dormir, quantas pessoas permaneciam?

M: Tinha dia que ficavam umas 20 dias que ficavam 15, dias que ficavam 40, era nessa margem gigante.

P: Tinham pessoas de fora ou eram mais pessoas de lá?

M: CEMSO, era mais do CEMSO. De fora tinha eu, ah, tinha uma galera da UnB, tinha eu e meu outro amigo do grêmio, tinha uma galera do Setor Leste que a gente foi chamando e ia pra lá de vez em quando, e uma galera da UnB, mas a maioria era do CEMSO.

P: Quais foram os motivos principais da ocupação?

M: Foi a onda de ataques do final do ano né, do final do ano não, desde o golpe, mas no final do ano foi quando os ataques começaram a ser votados e tal, serem postos em pauta, que era na época a PEC 241, PEC 55 e tal, a reforma do ensino médio principalmente, que era o que atingia diretamente a gente, enfim, a gente tinha inúmeros debates sobre isso, isso virou uma pauta fundamental, o golpe né, de certa forma, mas isso a gente deixava mais... e era isso, as duas pautas principais eram essas, a PEC e a reforma. E aí com o tempo foram surgindo mais coisas, começou as propostas de outras reformas e tal, mas nas ocupações secundaristas as pautas principais eram essas.

P: Tinham pautas internas à escola?

M: Sempre tinham. Aí a gente geralmente nas ocupações sempre tinha uma divisão assim né, essas são nossas pautas nacionais e tal não sei que, mas a escola sempre tinha as pautas. Aí do CEMSO, não lembro quais eram as pautas internas, mas por exemplo do CEAN, que eu participei também, eles tinham pautas sobre a agroflorestal lá, sobre a quadra deles, enfim, tinham várias pautas internas também.

P: Como surgiu a ideia da ocupação?

M: Eu acho que foi uma coisa de ir sentindo como o movimento tava agindo naquele momento né, porque teve as ocupações no Chile, foi em 2001, 2002, sei lá... fazia um tempo das ocupações do Chile, já era usado ocupação há muito tempo, mas elas entraram vitoriosas naquele momento ali no Chile, mobilizaram muita gente, e aí isso já foi levado pra São Paulo naquela época que eles fecharam as escolas. E aí já tava em mente assim, essa coisa de fazer uma ação mais direta e tal, então a gente tava num ano de fazer ato direto véi, teve muito ato em 2016, muito ato, e era essa coisa, repressão e a pauta mesmo a gente não conseguia resultado, e aí isso veio como um método de “caralho, tá funcionando em muitos lugares, tá rolando”. Aí foi espalhando né, Curitiba, tal não sei que, aí aqui em Brasília foi um pouco tardio, foi uma escola lá de Planaltina que ocupou, ou, de onde era a escola?

P: Taguatinga?

M: Acho que não foi de Taguatinga não... agora não tô lembrando a primeira, enfim. Ocuparam meio assim, acho que a gente nem concordava com essa ocupação específica na época porque ela foi muito mal feita, mas ela foi boa porque fez assim “bum”, começou. E

aí foi, começou, aí o CEMSO foi uma das primeiras também, aí teve as de Taguatinga, CEMAB, CEMTN e tal. Mas a parada também que a gente foi percebendo que a ocupação, porque que a gente volta a fazer isso, que a ocupação além de ser um meio de impacto real, uma ação direta que incomoda né, que chama atenção e tal, ela é um ambiente de mobilização incrível. Então dentro da ocupação, quando a gente tava ocupando a reitoria aqui também, quando você tá 24 horas debatendo, vivendo, sentindo aquilo, as pessoas ficam muito mais articuladas mesmo. E trazer muita gente pra luta mesmo, secundaristas foi muito isso. Muita gente véi “caraca, que que é isso, que que tá acontecendo?”, e aí acabava trazendo muita gente pra essas reflexões, pelo fato da gente estar ali né, no espaço deles. Deles né, nosso.

P: Mas foi um espaço que foi transformado, e que as pessoas estavam conversando de outro jeito.

M: Com certeza.

P: Como o fato de participar de uma ocupação te afetou?

M: Profundamente. Assim, eu acho que, primeiro, que as ocupações de 2016 não tiveram uma vitória efetiva, a EC tá aí e tal. Mas acho que a nossa vitória foi essa, botar estudante pra perceber a escola como seu espaço, sacou? E eu vivi muito isso, tipo, porque a gente já vem, a gente é bombardeado a vida inteira por um discurso que precariza a educação, discursivamente né, precariza a educação pública, fala que a escola é uma merda e tal não sei o que, mas quando você tá ali vivendo naquele lugar, vira sua casa, e ainda mais quando você tem uma pauta que é proteger aquele ambiente de ensino sacou, por mair que ele tenha todas as coisas que a gente acha, sabe, é o espaço que a gente tem hoje de conhecimento enfim. A escola pública é essencial. Então a gente viver aquele espaço, e passar a cuidar dele, tipo “véi bora limpar isso aqui sacou, por que véi, a gente tá aqui, a gente tá querendo proteger”, essa coisa de não quebrar as paradas... essas coisas que a gente percebe, como é que a gente trata uma mesa antes e depois de uma ocupação... é muito diferente véi, porque você percebe, caralho, isso aqui é uma mesa da escola sacou, essa escola é importante. Então acho que não só eu, mas isso foi um impacto geral, assim. De você perceber a escola como um espaço seu, como um espaço que você deve cuida, deve zelar e deve proteger véi, a todo custo. A educação pública né, a escola pública.

P: Você diria que o fato de ter participado afetou escolhas que você tomou após a ocupação?

M: Com certeza.

P: Afetou em escolhas profissionais? Que curso você faz?

M: Eu faço Artes Visuais.

P: Você acha que afetou de alguma forma?

M: Não sei se a ocupação em si, mas o processo de estar envolvido na luta estudantil afetou com certeza assim, a coisa né de ser um, sempre tinha um dilema de ser professor ou não, enfim, mas dá vontade de estar envolvido nisso de todas as formas sacou, tanto como professor, tanto como aluno, enfim. Então afetou sim as escolhas.

P: Você participava de algum grupo ou coletivo?

M: Eu participava do Juntos na época.

P: Você ainda participa?

M: Não.

P: Na época das ocupações você era do Juntos?

M: Eu era do Juntos.

P: Muitas pessoas desse coletivo participaram também?

M: Muitas pessoas, a gente foi extremamente ativo durante as ocupações, principalmente os secundaristas né, porque o Juntos universitário é bem... (interjeição de desprezo)... é bem diferente. Mas naquela época tanto os atos pelo PAS, os grêmios, lá na escola não tinha grêmio, o Juntos foi lá e fez o grêmio né, incentivou pra que a gente fizesse o grêmio, fizesse as eleições e tal. Tinha grêmio, mas não fazia nada. Inúmeras outras escolas, o Juntos tinha um trabalho de passar nas escolas de periferia e formar grêmio, formei grêmio naquela escola de Taguatinga perto da Praça do Relógio que eu esqueci o nome. Mas eu acho que o Juntos teve um papel muito importante, apesar de eu ter inúmeras críticas ao movimento hoje, ao coletivo hoje, foi bem importante no meio secundarista nessa época.

P: Como era a dinâmica de divisão de tarefas?

M: Vêi era, como é feito em todas as ocupações, a gente dividia em comissão, e aí comissão de limpeza, do rango, estrutura, comissão de segurança... e aí tinham as reuniões internas das comissões e tinha assembleia da ocupação, todo dia a gente tinha assembleia. E era isso, a gente ia se organizado, comissão de segurança fazia suas rondas e tal, organizava suas rondas, comissão de estrutura, comida, arranjava, fazia contato pra doação tal não sei que, fazia comida, e era isso. Tinha a articulação, que falava com as outras escolas e tal, mas, aqui na UnB, nas ocupações que eu participei aqui, eu percebi mais uma divisão assim, eu tenho uma impressão que os secundaristas eram mais coletivizados.

P: Isso você falando a partir desse ano, da ocupação da reitoria?

M: Isso.

P: Você entrou esse ano na UnB?

M: Não, tô 3º eu entrei logo depois, em 2017, começo de 2017.

P: O fato de ter participado daquelas ocupações afetou a sua escolha em participar destas?

M: Com certeza.

P: Imagino que a questão do aprendizado, da dinâmica e tal. Você disse que nesse tempo você estava em um grupo e saiu desse grupo, mas apesar disso continua participando. Esse grupo ainda atua?

M: Atua.

P: Apesar de que é outro contexto, né?

M: É, outro contexto. Mas... não, é isso. Não, é que eu ia falar dessa coisa de que ter participado das ocupações de 2016 fazer eu estar participando agora. Mas acho que é principalmente por isso que eu falei, por eu perceber a ocupação, hoje em dia, depois de 2016, mais como um instrumento de mobilização, do que como um instrumento de reivindicação concreta. Apesar de ser também, é difícil véi, conseguir as pautas através de uma ocupação, mas você vê, a galera que saiu da reitoria é uma das poucas pessoas que tá mobilizada até hoje, um grupo e tal, e as pessoas estão mobilizadas todo dia, vindo pra UnB mesmo sem estar indo pra aula, né, porque a gente tá de greve, mas estão vindo pra UnB pra mobilizar. Então assim, eu acho que a ocupação tem esse papel, de integrar as pessoas nessa mobilização.

P: Hoje você faz parte de algum coletivo?

M: Não, sou autônomo.

P: Você lembra como a ocupação afetou a escola? Como você teve a experiência de circular entre algumas escolas, fala das que você esteve mais presente.

M: Foi perceptível em muitas, assim. A relação dos alunos com a escola. Quando a coisa volta ao normal, acaba a ocupação e tal, você percebe que a galera tem um poder muito maior sobre a sua presença ali dentro. Então a própria coisa de reivindicar as paradas lá dentro, tomar posse das tomadas de decisão dentro da escola, reivindicar que as eleições, sei lá, de direção, um exemplo, sejam esclarecidas, não sei que, cobrar mais do grêmios e tal, isso tudo eu acho que a galera que ficou né, porque eu ocupei e saí, eu tava no terceiro. Mas a galera que ficou, eu percebi assim, teria que perguntar melhor pra alguém que ficou, mas eu percebi que foi ganho uma maior autonomia. Por pouco tempo eu acho, também.

P: As pessoas que ocuparam sofreram algum tipo de represália, ficaram marcadas?

M: Aí eu vou ter que falar só pelo Setor Leste e pelo CEMSO. Marcadas com certeza, assim. Com certeza, a gente já vinha fazendo um monte de mobilizações, de ato, a gente já tava marcado, mas depois da ocupação, as pessoas, todo mundo sabia quem era, a direção sabia quem era, a gente lidava com eles, não teve perseguição efetiva, assim, mas era uma relação que a gente sabia quem era quem. Ficou marcado sim, com certeza. Mas enfim, acabou que pelo no Setor Leste a gente conseguiu lidar com isso de uma forma bem tranquila.

P: Em relação às pautas internas, elas foram alcançadas?

M: Algumas, algumas foram alcançadas, em algumas escolas. Não foi 100% né, mas algumas foram alcançadas sim.

P: Qual a sua idade?

M: 18.

P: Atualmente você só estuda, ou trabalha?

M: Eu estudo e trabalho, não institucionalmente né, eu vendo material que eu faço.

P: Como era a relação da sua família com a sua participação?

M: Ótima pergunta. Vêi, minha família sempre foi muito de boa porque sempre foram militantes também e tal, mas tem muita preocupação né vêi, porque... aqui na UnB por exemplo, se for ter uma retirada, uma reintegração, tem que ser a Polícia Federal, não sei que, a Polícia Militar não pode entrar aqui e tal. “Não pode”, né? Mas com os secundaristas, não, Polícia Militar mesmo, desde o primeiro dia, inclusive no Gísno eles faziam, torturavam as pessoas com tortura sonora, ficavam a noite inteira tocando uma sirene altíssima, entravam na escola, aterrorizavam e tal, então tinha muita preocupação com a segurança, por parte da minha mãe, mas ela sempre compreendeu muito vêi, tipo, ela pedia “volta pra casa de vez em quando”...

P: “Dá notícia”...

M: É, “toma um banho”, “dá notícia”... Mas rolava uma, ela entendia, tem que ficar lá, então vai ficar lá, quando for voltar, volta, e tal. Foi bem compreensiva. Família toda. A família toda assim, que vive comigo né.

P: Você mora com quem da sua família?

M: Eu moro com minha mãe e com meu irmão, e meu pai mora aqui também, enfim, moro meio com ele também.

P: Dessas pessoas, a sua mãe era a que apoiava e compreendia a situação?

M: Não, meu pai super apoiava também, eles entraram pros grupos de, dos pais que faziam as mobilizações por fora, então tipo, eles começaram a fazer articulação de comida também, com as outras escolas, até com as outras ocupações depois, esses grupos meio que dos pais se juntaram pra ajudar. Então os dois super apoiavam. Meu irmão sempre foi indiferente, mas ele também tem as visões dele lá, a gente discutia todo dia...

P: Irmão mais velho ou mais novo?

M: Mais velho.

P: Você disse que seus pais eram militantes, de algum partido político?

M: Por um tempo. Meu pai foi fundador do PT, no Rio, mas ele não chegou a ficar muito tempo militando no PT. Minha era, assim, militante, ela trabalha na área indígena, tal, aí ela faz o que ela pode por lá. Mas eles não são filiados.

P: Mais uma coisa em relação à dinâmica da ocupação. Você conhecia as pessoas que ocuparam?

M: Fui conhecendo, fui conhecendo. Porque a gente era do Setor Leste, era eu e mais um né, que a gente ficou lá todos os dias mesmo. E aí a gente chegou lá no primeiro dia, a gente puxou assembleia, fez fala lá com camiseta do Setor Leste lá no CEMSO, e a gente não conhecia ninguém, conhecia um ou outro. Mas aí é isso você vai dormindo com a galera, faz a primeira assembleia lá dentro e tal, já vai conhecendo. Hoje em dia são super amigos aí.

P: Manteve contato até hoje?

M: Com alguns.

P: Tem mais alguma coisa que a gente não falou que você gostaria de comentar?

M: Tem, eu gostaria de comentar uma coisa que foi muito importante pra gente como secundarista na época, que a gente teve a reintegração quando a UnB tava começando a ocupar, e aí a gente teve que sair, enfim, foi expulso né. E aí eu vim pra UnB também, fiquei um pouco na reitoria e tal, não sei que, a gente fez umas falas lá na Faculdade de Direito, que teve uma, não, lá no IREL, que teve uma parada lá da UNE e tal, mas o sentimento que tinha na UnB era de que, véi, os secundaristas puxaram isso tudo sacou, a gente só tá aqui por causa dos secundaristas. Isso foi muito importante pra gente como, perceber que a gente tinha tido uma vitória sim, sacou, tinha tido uma vitória como mobilização, em uma das maiores universidades do Brasil, que tava toda ocupada, porque a gente teve a coragem, foi lá e ocupou, entendeu, e aí eles falaram “porra, esses caras tão fazendo véi, quem que a gente tá achando que é né”. Então isso foi uma parte bem legal do pós ocupação, aquela rebordosa né, de todo mundo cansado, derrotado, a gente ter esse retorno da UnB que durou mais 40 dias.

P: Você conseguiu participar aqui também?

M: Eu não fiquei muito tempo não. Eu vim aqui, passei, tal não sei que, mas não fiquei aqui não. Tinha que descansar.

Entrevista com H e F, estudantes do GISNO

Tempo de gravação: 41 min e 28 seg

Legenda:

P – Pesquisador

H – Entrevistada

F – Entrevistado

P: Em que escola vocês estudaram?

H: No Gisno.

F: No Gisno.

P: Vocês eram colegas?

F: Sim.

P: Vocês estavam no 3º ano?

H: Eu tava no 2º...

F: Eu tava no 1º se não me engano. Eu tava no 2º ano também. Ou tava no 1º? Não lembro.

H: A gente era de turmas diferentes, não sei.

F: Eu tava no 1º, você tava no 2º mesmo, que você era noturno.

H: Foi.

P: Atualmente vocês fazem o que?

H: Eu tô na UnB.

P: Que curso você faz?

H: Serviço Social.

P: E você?

F: Faço Direito.

P: Na UnB também?

F: No IESB.

P: Vocês conseguiriam descrever o dia da ocupação, como as coisas aconteceram?

F: Foi quinta ou sexta?

H: Na sexta foi o dia que ocupou de madrugada, e na terça, ou foi quarta, que teve a assembleia.

F: Foi terça.

H: É porque foi assim: teve uma assembleia, de tarde. Nessa assembleia eu não tava porque eu estudava de noite. Aí teve assembleia, aí deu tipo, deu quórum e aprovou né, a ocupação, só que aí também tinha um grupo dos “bolsomito”, que eles ficaram enchendo o nosso saco. Aí deu uma tretinha, aí no meio dessa treta o diretor fez tipo um acordo com a galera que queria ocupar, que era tipo assim, ia ter horário de aula reduzido, aí as pessoas da ocupação podiam fazer as atividades da ocupação, e podia dormir na escola. Aí não era uma ocupação de fato, era só um acordinho com o diretor.

P: Um acampamento, quase.

H: Um acampamento. Aí a gente ficou terça, quarta, quinta, aí de quinta pra sexta foi o dia que ocupou de verdade. Que foi na quinta-feira, o diretor falou bem assim “ah, vai ter reunião de pais no sábado, então vocês devem desocupar a escola”. Aí tipo, a galera “véi, a gente nem tá ocupado mesmo, bora fazer essa porra direito”. Aí pegou, guardou as correntes, aí no mesmo dia a gente já foi atrás de um monte de corrente, e aí a hora que deu sexta-feira a gente falou “ah, já tá bom, hoje vai ser o último dia que a gente vai dormir na escola”. Aí a gente dormiu, quando foi umas 3 da manhã a gente só botou as nossas correntes e falou pro guardinha “melhor você tirar a sua, porque a nossa não vai sair não”. Aí foi isso.

F: Foi isso.

P: Foram quantos dias dessa primeira ocupação até essa segunda parte que você falou?

F: Quase uma semana né amiga? Que a gente ficou na escola só...

H: É, foi quase uma semana. Se foi terça, foi terça, quarta, até quinta-feira de madrugada.

P: Aí de quinta de madrugada...

F: A gente ocupou mesmo, fechou tudo, todos os portões, portão principal, todos os acessos da escola a gente fechou e realmente ocupou, já recebendo alimento, e outras pessoas também.

H: O bom que gente teve desse tempo de tentar ocupar de fato, é que a gente recebeu doação, aí juntou bastante doação.

P: Vocês lembram o dia mais ou menos que isso aconteceu?

F: Da ocupação real?

P: Da ocupação.

F: Foi sexta.

P: Mas e o dia exato?

H: Terça foi o dia que teve a assembleia, você fala o dia da assembleia?

P: Não, eu digo se vocês lembram a data mesmo.

H: Ah, número, nossa...

P: Não? Se não lembrar tudo bem...

F: Foi dia 10?

H: Eu não lembro, esses dias o menino lá postou um negócio, era na data...

F: Foi no dia 9, dia 10, uma coisa assim?

H: Por aí.

F: Não, acho que foi antes, porque a gente desocupou dia 11, mais ou menos assim, foi no mês passado. Tipo, no mês anterior. Tipo no final do mês, mais ou menos.

H: Eu não lembro.

P: Então vocês entraram na escola na terça, aí até quinta, sexta vocês começaram a se mobilizar realmente pra ocupação, quanto tempo durou depois disso?

H: Quatro semanas. Ou três semanas.

F: Não, menos. Foi duas semanas e meia, mais ou menos.

H: A gente desocupou numa quarta.

F: Foram 11 dias, não foi amiga?

H: Aham.

F: Foram 11 dias.

P: 11 dias contando de sexta-feira?

H: É, contando a partir da sexta.

F: Da sexta-feira que a gente ocupou realmente, a outra semana a gente não contou.

P: Como vocês ficaram sabendo dessa movimentação para a ocupação?

H: Bom, eu era do noturno, aí eu só cheguei, a gente falava de ocupação na escola, por causa da chapa que não deu certo.

F: A gente ia fazer uma grêmio, e nossa chapa foi “boicoteada” pelo diretor da escola que é um ditador e pela galerinha, pelos “bolsomito”, porque a nossa chapa incluía a diversidade geral da escola, tipo assim, era a galera negra, era as meninas, era a galera LGBTQI, tipo, era o rolê todo assim, era galera da periferia, era os indígenas, tipo, todo o rolê que era a diversidade realmente da escola era isso. Na chapa que foi criada foi só porque a nossa chapa ia ganhar. E aí o diretor falou que isso não era válido, que precisava ter duas chapas. E aí ele falou com esses meninos, e eles começaram a criar a chapa deles lá e tals.

H: Aí eles boicotaram tipo assim, eles impugnaram a eleição porque no dia da eleição tinha cartaz nosso na escola.

F: Eles falaram que não podia ter divulgação nesse sentido porque senão podia influenciar as pessoas.

H: É, aí nisso, o diretor disse que não ia impugnar, que não tinha como impugnar o que não existia, porque disse que não existia o processo eleitoral.

P: Ele simplesmente tirou da cabeça dele que não existia, não valia?

H: Ele é um ditador!

F: Ele é um ditador! Pra você ter uma noção, ele era ditador mesmo, faz quanto anos que ele tá lá, 4, 8?

H: Eu acho que ele saiu esse ano.

F: Teve uma eleição... saiu não. Teve uma eleição ele pegou todos os professores que eram da oposição e trocou de escola. Tirou todos que eram contra e os que iam se candidatar a diretor e vice-diretora.

H: Ele falou que ia fazer um...

F: Um reajuste...

H: Não, era uma reforma... como é que era?

F: Ele tipo realocou os professores.

H: É porque, tipo assim, antes era tudo misturado, era de manhã, de tarde, de noite, não, de manhã e de tarde tinha o ensino médio e fundamental, tinha as turmas...

F: E de tarde era o ensino médio...

H: Ensino médio e fundamental também. Aí tipo, ele pegou e só colocou o ensino médio todo pra manhã, e o fundamental todo pra tarde. Aí nessa mudança que ele fez foi quando ele demitiu, ele trocou os professores de escola.

F: Ele colocou em outras escolas.

H: E justamente só quem era oposição dele.

F: Só.

P: Então ele conseguiu fazer isso também com a eleição do grêmio?

F: Foi.

P: Mas antes dessa eleição que não aconteceu, o grêmio existia?

F: O grêmio tinha uma base, tinha uma formação de pessoas e tudo mais, só que nunca chegou a ser o grêmio oficial, foi só a chapa. A gente era a chapa.

H: A gente era a chapa que enchia o saco na escola.

P: Antes da chapa não tinha?

F: Nunca teve.

H: O grêmio lá tem anos, quase 10 anos que não tem grêmio.

F: Por causa dos diretores que boicotam o rolê todo.

P: Sabendo disso, o que motivou a ocupação?

H: Foi... tava tendo já as ocupações das escolas de Curitiba e, tinha alguma escola ocupada em Brasília?

F: Tinha. A nossa foi uma das primeiras, só que já tinham, a Asa Sul já tinha escolas ocupadas.

H: Tinha o CEMSO.

F: CEMSO, CEMEIT.

H: CEMAB.

F: CEMAB também já tinha ocupado antes que a nossa.

H: Acho que foi na mesma semana.

F: A gente ocupou depois do CEMSO.

H: Mas a gente ocupou de verdade depois deles, mas quando eles ocuparam a gente fez aquela assembleia. Mas pra motivar assim, já tava rolando...

F: O que motivou também foi o problema, porque a gente ocupou realmente contra a PEC, 55?

H: Era 241, aí virou 55.

F: Que, esse negócio de congelar as parada tudo, então a gente viu que isso era ruim pra gente. Só que também outras coisas que motivou tinha suas pautas internas das suas ocupações, a nossa era tipo assim, a reforma do espaço da escola, a reforma da estrutura. Porque a cada ano o espaço da escola vai diminuindo, já perdeu quadras, já perdeu coisa de corrida, já perdeu campo, muita coisa tipo, porque eu não. Tipo assim, a gente tem estacionamento, que não é estacionamento, que hoje em dia é alugado e eles pagam pra escola. Aí o diretor, ele cedeu uma parte da escola, fez estacionamento.

H: É porque lá é enorme, lá tem área até de preservação atrás do Gisno.

F: É, o parque.

H: O Gisno tem 40 anos, é uma das escolas mais antigas de Brasília, e ele nunca teve uma reforma.

P: O Gisno fica ali nas 900 né?

F: 907? 6.

H: Aí ele é todo sucateado, parece um presídio do lado do mato.

F: A gente só queria reforma, queria pintura nova, queria tipo, a sala reformada, tudo reformado.

H: E a gente queria isso também por causa da reforma do ensino médio, que a gente era contra, e ao mesmo tempo que a gente era contra a gente sabia que não tinha nem como ser aplicado uma reforma com a escola do jeito que ela é.

F: A gente era contra mas a gente tinha consciência que, tipo, o que tava escrito, do jeito que tava escrito ali a gente tinha que ser contra, mas a gente sabia que tinha que ter uma reforma, mas assim, mais ampla, que ampliasse outras pessoas, que não uma reforma como eles tavam impondo, entendeu. A gente queria participação também, tipo, por que eles tem que decidir uma coisa que vai ser pra gente? Porque eles já estão lá, já estão formados. Como é que vão achar que aquilo ali é bom, se nunca pisaram aqui nessa escola? Entendeu tipo... e a escola tinha uma fama ruim, mas ela não é uma escola ruim, assim, os professores eram professores ótimos, alguns que eu tinha eram uns professores assim, surreais, que tiravam a gente realmente do espaço da escola, levavam a gente pra, tipo assim, conhecer a história da escola em outros locais, conhecer realmente esse lado de preservação, e ir andando, tipo, não ficava somente no concreto. E ele falava “ah, tô aqui no Gisno, trabalhando não sei quantos anos, e nunca mudou, só tá piorando”, os próprios professores mais antigos da escola falavam isso. E isso foi, tipo, uma das coisas que motivou também a gente, essa coisa do, essa...

H: E fora que a gente também, quando teve, tava tendo a época da chapa, a gente puxou o protesto na nossa escola do PAS, da isenção do PAS. Que juntou várias escolas, mais de 3000 estudantes na Secretaria de Educação, aí a gente era um grupinho assim que já se metia nessas coisas. Aí esse grupo continuou unido, como amigos assim, mesmo a chapa tendo acabado, mas a gente tinha dado uma parada, tipo, em relação à movimentação da escola. E aí quando teve essa questão de ocupação, que tava rolando nas outras escolas e em Curitiba, aí a galera começou a voltar a discutir isso no grupo de amigos, tipo “e aí galera, a gente também deveria tá ocupando”. E aí começou a puxar pra tipo ter assembleia.

P: Vocês acham que a ideia de ocupação veio então desse exemplo de outros estados?

F: É, porque a gente se questionou assim “por que não a gente também, a gente tá em Brasília”, porque sei lá, tem tipo 800 escolas ocupadas por estudantes da própria escola e Curitiba e aqui em Brasília, a gente tá tipo, fica acomodado, aceitar as coisas calado? E a gente começou a estudar sobre os assuntos e a gente foi...

H: Foi estudar sobre a PEC.

F: “Pô, é importante a gente ocupar”, porque ocupação não é coisa legal né, naquele sentido, era mesmo um ato de protesto político. E a gente falou “então é isso, a gente tem que ocupar”.

P: Vocês lembram como era a organização da ocupação, divisão de tarefas e atividades?

H: Tinha umas comissão meia boca...

F: Tinhas umas comissões, a gente tirava as comissões, só que tipo, você não era obrigado a ficar naquela comissão. Sempre tinha uma cabeça dessas comissões, tipo, comissão de segurança, de alimentação, de limpeza, de mídia? Não era mídia, era comunicação, tinha a galera da divulgação também...

H: Eu acho que logística...

F: Logística também. E porque a gente tinha atividades como sarau, aulões ao longo da ocupação, a gente tinha, a gente limpou a escola sabe, tinha mato nascendo dentro da sala, a gente tava tipo limpando a escola e tals. Tipo, foi mais ou menos essa divisão que foi feita em assembleia também, tudo que a gente queria a gente falava em assembleia, tipo, eu não posso falar que “ah, tem fulano de tal ali na porta e ele quer entrar”, não, tinha que chamar pelo menos 10 pessoas, que era a galera da segurança e falar: olha, entra ou não entra? Sabia, porque tipo, não podia decidir as coisas por mim, era no coletivo, tudo que a gente decidia era no coletivo. Aí galera da segurança, ficava nesse rodízio, tipo, quem era da alimentação podia fazer parte da segurança, quem era da segurança podia fazer parte da limpeza e tals.

P: As tarefas eram rotativas?

F: Eram, mas sempre tinham umas pessoas fixas de comissões.

P: Vocês lembram quantas pessoas participaram? Estimativa mesmo.

F: Primeiro dia foram mais né amiga? Foi tipo 30 mais ou menos? Ou menos, 25?

H: Na ocupação, nos primeiros dias ficavam umas 30. Mas até o último dia, quando foi o último dia assim de gente que dormia, porque durante o dia tinha bastante gente porque abria a escola, tinha aulão, e tinha a galera que ia pra lá ficar discutindo. Então ficava muita gente durante o dia. Mas pra dormir era, ainda mais com um monte de gente de menor né, os pais não deixam dormir na escola... no primeiro foram umas 30, depois foi diminuindo, aí começou a ficar tipo um padrão de 20 pessoas...

F: 20, 15 pessoas. Diariamente, ativas.

P: Mas essas pessoas que dormiam eram só da escola?

H: A maioria era da escola, mas tinha dias que...

F: Vinham alunos de outras escolas ocupadas...

H: É, mas a gente tá contando tipo, alunos da escola mesmo, tipo 20 pessoas.

F: 20 pessoas da escola.

H: Mas apoiadores...

P: Ficavam pessoas além dessas 20?

H: Umas 5, tipo assim, que dormiam.

P: Mas que eram de outras escolas ou de outros lugares?

H: Também. De outras escolas. Que a escola, tipo, tentou ocupar na escola e a escola não foi ocupada aí foi pra nossa.

F: Um dia que a gente foi muito engraçado foi quando a gente foi, à tarde a gente fez a assembleia da ocupação, e essa chapa dos bolsominions eles foram lá e ocuparam a escola pra gente não ocupar. Eles se trancaram dentro da escola e falaram “vocês não vão entrar!”, aí a gente “tá”.

H: Aí começaram a gritar “ocupar e resistir”, aí se viram lá dentro trancados aí saíram.

P: É a polícia que fecha a rua pra manifestação não fechar a rua. Tá, então durou mais ou menos duas semanas e meia... tinha muita gente de fora na ocupação?

F: Só nos aulões e quando a gente abria pra comunidade mesmo, que era nos aulões, nos saraus, essas coisas. Porque a gente não dava essa liberdade de outras pessoas, porque podia, qualquer coisinha podia acabar com a nossa ocupação. Podia uma pessoa estranha chegar, colocar uma droga, colocar uma bebida, falar que a gente tava, tipo, fazendo coisas erradas lá dentro, e era todo mundo de menor.

H: Tinha muita ameaça, tipo de...

F: Do MBL...

H: Do MBL e de implantar droga. Tipo eles ligavam no telefone e falavam que “ó, mais tarde a gente vai aí que a gente sabe que tem droga”. Aí tipo, a gente sabia que era o risco deles implantarem.

F: Isso ia desmoralizar a ocupação e todo o movimento político que a gente tava fazendo, sabe?

H: Toda vez que entrava alguém estranho a gente pensava que era apoiador da UnB. Não podia entrar com mochila...

F: Tinha que se identificar, com algum nome, apelido, qualquer coisa...

H: Os da UnB mostravam a carteirinha.

P: Mas essas pessoas chegavam lá quando vocês procuravam alguém pra fazer alguma atividade, algum aulão?

F: A gente não procurava, eles vinham até a gente porque sabiam da ocupação, eles vinham até a gente, tipo, algumas pessoas da UnB iam dar aula, iam ajudar tipo “ah, bora fazer um sarau”, “querem ajuda de tal coisa?”, isso, a gente recebia também muita, tipo, alimentação, mais tipo, de coletivos como Mães pela Diversidade, aqueles eram rosas amiga?

H: Rosas pela Democracia.

F: Rosas pela Democracia, essas coisas assim.

H: Sindicato.

F: É, só que era, nossa ocupação era uma coisa apartidária, a gente não levantou a bandeira de nenhum partido assim, sabe.

P: Do grupo de estudantes, haviam pessoas ligadas a partidos ou grupos políticos?

H: Tinha um do PSOL. Eu tinha sido do PSOL, mas eu saí na hora da ocupação.

F: Tinha da Rede. Rede Juventude.

H: Tinha?

F: Não? Qual era a Juventude?

H: Vamos à luta. PSOL.

F: Ah, é, Vamos à luta. Dudu.

H: Mas ele saiu na época da ocupação.

F: Ele tava saindo não era?

H: Tinha saído eu ele quando a chapa acabou e deu treta. Aí eu peguei e saí.

F: Verdade. Então tinha só um do PSOL mesmo.

P: Então a maioria era de autônomos.

H: Todo mundo independente.

P: Era uma grupo que você já falou que se conhecia e fazia coisas juntos, vocês (vou falar vocês mas caso seja diferente vocês falam) mantiveram contato com essas pessoas?

H: Algumas.

F: Algumas.

H: É, tipo, mais aquelas...

F: Tipo, do grupo de 20 pessoas, acho que atualmente, pessoas que mantêm realmente, que se falam diretamente, que ainda discutem alguma coisa sobre política, aquilo ali, acho que no máximo umas 10, 15 pessoas. Ou menos.

H: Não, menos amigo. Tem muita gente que a gente não tem mais contato.

F: Porque o guri PSOL ele se afastou. O outro do Vamos à luta também se afastou.

H: Então né, bem menos.

F: 10 pessoas mais ou menos.

H: No máximo, estourando. Mas é porque o contato é tipo assim: a gente tá em algum lugar aí a gente encontra a pessoa, mas não é um tipo assim de marcar de ficar se vendo, essas coisas são tipo umas 5 só.

P: Mas também não é um contato de discussão política?

H: Não. Tipo, só se for essas 5 pessoas.

F: Se for um caso extremo, se tiver alguma coisa bem punk, essas 10, 15 pessoas voltam, 20 pessoas mais ou menos. Amiga, no rolê do ano passado, my house, apareceu uma galera dessa época. Porque foi caso extremo. Umas 15 pessoas mais ou menos. Dessa galerinha 20 foram umas 15.

P: É uma coisa esporádica então?

F: É, só se você estiver realmente precisando da gente, aí a gente vai estar lá, é algo assim.

P: Vocês estudaram os três anos nessa escola, no Gisno?

F: Não moço, depois que a gente ocupou, a gente sofreu perseguição. Dos professores, da galera da direção, de toda galera que tinha um poderzinho dentro da escola a gente sofreu perseguição.

P: E aí, o que aconteceu?

F: Eu saí...

H: Todo mundo saiu praticamente.

F: Eu saí da escola no 2º ano, no 2º semestre, não, 2º bimestre, porque alguns professores, por exemplo, a primeira professora a chamar a polícia foi uma professora minha de Geografia. Ela foi a primeira pessoa a chamar a polícia. Falando “ah, os alunos estão invadindo a escola”. E a partir disso ela me identificou e minhas notas começaram a cair. Notas começaram a cair, ter falta onde não tinha, onde eu não tinha faltado, e essas coisas. Eu sempre fui um aluno excelente assim de nota e nunca tive falta assim sabe. E aí teve professor que chegou pelo menos em mim mesmo e falou “ó, você vai reprovar”. Começou a chamar a gente de vagabundo, que a gente não sabia o que era política, porque a gente era adolescente e não sabia o que a gente tava fazendo, que tinha gente influenciando a gente, essas coisas.

H: Fora que rolava bacu dentro da escola, pela polícia.

P: Normalmente?

H: Normal. E aí era muito estranho o tratamento das pessoas que tavam na ocupação.

P: Então as pessoas já ficaram identificadas?

F: Sim, tinha vezes que rolava bacu em salas específicas, tipo salas que tinham galera que tinha ocupado.

H: Depois da ocupação começou a ficar um camburão do lado de fora da escola todos os dias.

F: Foi, num caso foi muito constrangedor, teve uma vez que eu tava na aula de artes, e entrou um policial, e me viu. Ultimamente eu andava com uns brincos que marcavam mesmo, hoje em dia eu só uso raramente, e na hora que ele bateu o olho em mim mandou eu levantar, não tinha dado bacu em ninguém, e mandou abrir as coisas. E eu abri, e tava com um livro grandão escrito “protesto” na capa, aí eu “ai desgraçado, eu vou morrer, é daqui pra DCA”. Aí tipo assim, ele ficou tipo 30 minutos dando bacu em mim, ele falou “revistou ele?”, eu

falei “já fui revistado” e ele “não falei com você, falei com ele”, e tipo, na frente de todo mundo, todo mundo tava sentado olhando. E ele ó, tá que me revistava, ele me revistou tipo umas 3 vezes, e aí veio outro amigo e falou “ah eu acho que você não levantou o casaco dele”, aí me mandou levantar casaco, tirar tênis, fazer mó porcaria, aí depois que, tipo, foi passar nas outras pessoas, e nas outras pessoas era tipo assim (*faz gesto de passar a mão rapidamente pelo corpo*), só isso sabe. E outras coisas também, tipo assim de policial identificar a pessoa e ir até a casa da pessoa, ou ir bater na pessoa na frente da mãe, rolou casos de policial ficar rondando a casa.

P: Isso com pessoas que ficaram na escola?

H: Que ficaram na escola.

F: Amigos de ocupação e fora de ocupação também.

P: Então a maior parte das pessoas acabou saindo da escola no ano seguinte? Foi o caso de vocês também?

F: Claro.

H: Eu fiquei de noite. Porque pelo noturno eu já era mais de boas, porque tipo assim, no noturno bacu era...

F: Era como chamada...

H: Era normal, era tipo assim, de noite eu entrar na escola e ter um policial militar sentado do lado do diretor dentro da sala dele. E na sala dos professores tem um policial militar. E na quadra, eu estar sentada fumando um tabaco e surgir 15 policiais falando que eu tava fumando maconha. É tipo essas coisas assim, aí eu já falei “ah véi, foda-se”. É porque era a mesma coisa, porque lá todo mundo de noite, de noite eles tem muito já preconceito assim com o noturno sabe, teve uma vez que foram levar um bacu lá, eles levaram cavalaria, drone, cachorro... é, de noite é uma coisa assim. Então eu falei ah, eu não fiquei tão perseguida assim.

F: Mas de manhã tinha até carinho...

H: O cara, o professor que apoiava a gente, que mantinha contato, na hora da ocupação, foi também trocado. Os professores que apoiavam todos foram saindo da escola no ano seguinte. Só ficou uma professora porque ela não apoiava explicitamente, ela apoiava mas ela ficava na dela.

P: Os professores eram de matérias específicas assim?

F: Teve uns que foram conta a ocupação que eram matérias tipo Sociologia, Filosofia, que eram contra a ocupação! E já a galera de exatas tinham uns professores que eram tipo super a favor.

P: Porque o clichê seria a gente achar que professores de Filosofia, Sociologia que estavam ali...

F: É, de frente, mas não na nossa escola foi um caso extraordinário.

H: Tinha uma professora de matemática, tinha um professor de artes que saiu, tinha o coordenador que a gente também sabe que ele apoiava a ocupação.

P: Como era o apoio desses professores?

H: Era um apoio de, tipo assim, deles aturarem os outros professores na porta da escola, os outros professores queriam invadir a escola.

P: Então eles tentavam dialogar?

H: Tipo dialogar, eles ficavam lá dialogando, falando que era um movimento político, eles ficavam lá porta, tipo, ajudando a gente no sentido de diálogo com a polícia, pra gente não ter que sair da escola e ir lá conversar com a polícia, deixar a polícia entrar, ficar lá dialogando com o diretor, que ele era super duas caras, dialogando com os pais, era esse diálogo, porque tinha muito embate, a porta da escola era uma bagunça, era uma baixaria. Porque na porta ficava a polícia, os garotos do desocupa, uma galera querendo entender o que tava rolando, mas que não dava pra abrir e colocar todo mundo lá dentro, porque senão já dava uma confusão, os professores contra, os professores a favor, uns pais...

F: E uma galera infiltrada...

H: Uma galera infiltrada MBL na porta...

F: E pais perdidos no rolê.

P: Vocês poderiam contar como aconteceu a desocupação?

H: Tinha um ônibus da polícia, tinha um monte de coisa lá pro lado de fora.

F: Tinha um ônibus da polícia, tinha tipo três camburão.

H: Aí quem eles queriam era a gente. Eles queriam, eles deram uma hora pra desocupar, mas se a gente não saísse iam levar a gente pra DCA, e é mó coisa... tiraram todos os de maior da escola, ficou só os de menor, tanto que na hora que foi desocupar ficou tipo 10 pessoas saindo da escola. Porque as pessoas que eram de maior tavam todas do lado de fora, pessoal do 3º ano e tals.

P: Estavam do lado de fora, mas não estavam sendo detidos?

H: Não. Mas foi justamente por isso que eles saíram. Fingiram que nem eram da ocupação, que era só gente que tava assistindo. Aí eles, aí tipo, a gente saiu, aí a gente pintou assim, começou a cantar várias coisas, gravaram a gente saindo bonitinho, aí entrou uma mídia lá pra fazer uma vistoria, mostrando que a gente não tinha sujado nada, que a gente tinha feito o contrário, tinha arrumado a escola, limpado a escola, aí o, a polícia parece que queria levar a gente né. Só que aí lá na porta tinha a conselheira tutelar, e a conselheira tutelar fazia um crime(?), mal a gente saiu da escola, a hora que a gente botou o pé pra fora da escola já botaram a gente dentro dos carros dos conselheiros tutelares. Socaram a gente dentro dos carros, “entra lá dentro do carro, depois a gente se resolve com as coisas de vocês”, que tinha colchão etc, aí a galera lá arranhou um carro pra levar pra UnB, pra gente achar depois lá na UnB. Mas foi tipo muito rápido, porque a polícia tava querendo levar a gente preso mesmo. Que nem tinham levado os estudantes do CEMAB né. Levaram eles pra DCA e tals. Aí queriam fazer a mesma coisa com a gente, só que aí nisso os conselheiros tutelares foram

muito rápidos, e os advogados populares, ficaram lá enrolando a polícia até a gente conseguir.

P: Então vocês tavam com esse apoio jurídico né?

H: É, advogados populares.

F: Tinha advogado, tinha conselheiro tutelar, muita coisa. Até quando a gente foi desocupar deu muita treta. Porque não tinha mandado de desocupação de verdade, não tinha nada, eles tiveram que falar com um juiz não sei de onde pra conseguir esse mandado em algumas horas, e aí deu tempo pra gente ir organizando também, tirando as coisas da ocupação da escola, que eram nossos documentos, algumas coisas assim. E que tipo, entrou os advogados, conversou com a gente e tals, falando sobre que foi importante ter acontecido aquilo e tal, que não iam deixar a gente ficar digamos com o nome sujo.

H: A questão tipo assim é que a nossa escola não ia ser aplicado o ENEM, e a nossa escola foi ocupada, que nem a gente falou, da quinta pra sexta, e aí eles não consideravam a nossa escola com ocupação, e quando foi feito o mandado, foi justamente no dia que a gente ocupou. Porque eles fizeram um mandado de desocupação, tinha CEMAB, tinha oito escolas eu acho.

F: Acho que eram as escolas que iam receber o ENEM.

H: É, já tinham todas essas já tinham mandado porque ia receber o ENEM e tal, e aí no mesmo dia a gente ocupou. E aí eles foram indo desocupando as escolas e ficou a nossa, porque eles não tinham mandado pra nossa escola. E aí foi indo nisso. E aí nessa treta de que não tinha o mandado pra nossa escola, foi que eles quiseram usar esse mandado, os advogados falaram que não podia usar, aí eles não conseguiram desocupar a nossa escola aí ficou até quarta-feira, desde segunda até quarta-feira essa discussão, de tipo, vai desocupar ou não, porque não tinha mandado pra nossa escola e tinha que desocupar, aí ficava nessa. Aí foi eles conseguiram um juiz não sei daonde, que assinou pra que aquele mandado valesse pra qualquer escola que fosse ocupada. Inclusive esse mandado é o mesmo que é utilizado até hoje, se um estudante resolver ocupar a escola, agora esse mandado vai aparecer lá na porta da escola dele.

P: Entendi.

H: Mas ele não vale mais, mas só que eles usam.

P: Já encaminhando um pouco pro final, eu queria que vocês tentassem pensar um pouco mais pessoalmente, como esse processo da ocupação afetou vocês? Vocês acham que afetou as escolhas de vocês, nos interesses, que vocês tem, ou na própria atuação, seja política ou profissional, como isso afetou vocês?

H: Esse aqui só faz direito pra dar carteirada em polícia (risos).

P: Ele vai ser o advogado das futuras ocupações.

H: E eu tô fazendo Serviço Social pra ser a conselheira tutelar própria escola (risos).

F: Na verdade foi muito bom assim no meu caso, eu amei muito participar da ocupação e tudo, porque eu acho que aprendi mais dentro de uma ocupação do que realmente na minha

vida tipo, com os professores. E a gente criou uma família mesmo de pessoas assim, fodásticas assim, que você pode contar pra qualquer momento, pra qualquer coisa assim, você pode contar com aquela pessoa, e criou amizades verdadeiras.

H: Sim.

F: Amizades verdadeiras que vou levar aí pro resto da vida. Não me influenciou tanto no meu curso. O que me influenciou no meu curso foi outro rolê, tipo, em casa, por um rolê pessoal, mas que vai ajudar também, caso aí um advogado popular, um juiz aí pra barrar essas coisas escrotas que tão fazendo, sabe né?

H: Eu tipo, relação pessoal mudou, a escolha do meu curso foi importante, porque eu comecei a encarar o mundo tipo de outras perspectivas assim sabe? Porque antes eu num, eu num tinha essa visão assim sabe, sobre a questão política em si, eu não tive essa visão. E aí depois da ocupação eu comecei a ter esse essa visão mais política, comecei a ter essa visão em relação ao mundo e tals. E aí eu encontrei no serviço social uma forma de eu trabalhar nesse sentido aí do mundo. Mas em outras coisas pessoais... acho que a maior mudança foi tipo essa coisa de percepção assim, da, do mundo em geral. Tipo, mudou bastante, a forma de ver até mesmo a polícia, tipo, porque antes pra mim polícia era pra proteção. Quando eu vi a polícia entrando na minha escola por causa de ocupação eu falei “cara a polícia tá aí pra que né”.

P: Duas coisinhas rápidas que eu não perguntei antes, mas porque vocês já cobriram praticamente tudo, eu não perguntei a idade de vocês.

H: Na época?

F: Na época ou agora? Eu tinha 17.

H: Eu também tinha 17.

P: Então vocês tem...

F: 19.

H: 19, todos os dois.

P: E a outra, vocês participavam de algum grupo ou coletivo?

H: Eu tinha participado antes de ocupação, tipo, eu tinha participado de um coletivo do PSOL, que é o Vamos à luta. Só que eu fiquei no coletivo, em um mês eu saí.

P: E hoje você não participa de nenhum?

H: Não, não.

F: Eu nunca participei de nenhum coletivo.

H: Meus amigos zoavam na época. Quando eu saí aí eles “então amiga...”.

P: Bem, não sei se vocês ainda querem falar mais alguma coisa, pois era mais ou menos isso que eu tinha pensado.

H: Tem mais alguma coisa importante que agente não falou?

F: Não sei... talvez a assembleia da bombom? Que tinha uma galera querendo ter mídia a partir da nossa ocupação? Ou não, não sei.

H: Mídia? Você fala aquela da entrevista que teve?

F: Ah, eu acho legal, sabe uma coisa? Depois da ocupação a escola ficou pior. Agora tá parecendo realmente um mini Cajé sabe.

P: Pior em que sentido?

F: Todos os sentidos.

H: Estrutural tá péssimo. Questão de professores, porque os professores legais saíram.

F: Que esses professores saíram, questão agora de ser uma escola mais...

H: É uma escola que não permite mais movimento político nenhum.

F: Não que a escola rígida não seja uma escola legal, rígido no sentido de querer prender seus alunos somente nas salas, tipo, antigamente a gente tinha horta, tipo essas coisas, e hoje em dia eles trancaram esse lugares onde a gente pode andar em lugares verdes, e a gente só tem o espaço realmente da quadra ali sabe. Pra tipo, quadra assim, a quadra e mesmo a escola, tipo direção, os outros blocos. Porque agora o espaço verde eles colocaram uma grade, a gente não pode mais ter contato lá, e a gente também tinha intervenção tipo artística, a gente podia pintar a escola, e hoje em dia não, não pode mais pintar essas paradas, não pode mais fazer esses rolezinho assim.

H: A gente podia pintar um monte de coisa, as paredes da escola tudinho.

F: É aí hoje em dia se você não tá com o uniforme você volta pra casa, foda-se se você mora sei lá, no...

H: Queriam botar uma catraca, não foi?

F: Tinha uma catraca, que tinha que passar com um cartão, tipo...

H: Cartão de 30 reais, que estudante vai ter? Eu nunca fui pegar o meu.

F: Eram coisa assim que mudou cabuloso, o diretor ainda é o mesmo.

H: É, ele não sai dali nunca. Agora, uma coisa que foi interessante, tipo...

F: A estrutura da escola tá só piorando...

H: Depois que rolou o negócio do BOPE, que a gente não dormiu, a gente acordou de manhã cedo por causa que chegou uma galera lá desses negócio de coletivo aí, chegou com a mídia lá, com a Globo, com Record, querendo usar o nosso auditório, na verdade eles não tavam pedindo pra usar, eles meio que chegaram...

F: E entraram...

H: Entraram, aí porque tinha esse único garoto do PSOL, que não tinha nem dormido lá, dormiu em casa pra acordar bonitinho pra entrevista, aí ele pegou e chamou essa galera, não falou com ninguém da ocupação, eles só chegaram lá com todas as mídias, a gente não tinha dormido a noite inteira por causa da porcaria do BOPE, e aí ele chegou “ah a gente vai dar uma entrevista aqui”. E a gente “uai, e a gente? A escola é nossa, quem vai dar a entrevista é vocês?”. Nessa que tem a entrevista que ele fala bem assim: “estudantes ameaçam ocupar mais 15 escolas”.

F: Foi muito bom véi.

H: É aí tipo...

F: Ficou muito bom...

H: Foi nessa entrevista aí que teve, aí a gente discutiu muito pra ter essa entrevista. Foi uma treta muito feia, depois ah, já tá aí, vai.

F: Foi muito bom, muito bom isso.

H: Foi uma guerra lá na escola com esse povo de coletivo. Teve sarau! Bora falar do sarau.

F: Teve o sarau que foi uma coisa maravilhosa, o sarau.

H: Foi um cara do Exército Comunista? Eu não lembro...

F: Não sei o...

H: Sei lá, foi um cara lá, tipo... não, é porque foi assim: a gente chamou um sarau, que aí teve galinhada, teve roda de, sobre feminismo, negritude, LGBT, e aí foi aberto, tipo, toda a comunidade, então veio muita gente, e a gente fez galinhada e tals, aí vendeu, aí foi muito massa. Aí abriu tipo assim a porta pra geral da comunidade. Aí foi esse cara lá que ele...

F: Mas em tudo foi basicamente isso, a gente começou a ter uma base política, quem não tinha teve, quem tinha só ampliou, e é isto.

H: Tinha gente que já tinha uma base política boa já.

F: Alguns né.

H: Alguns. Eu era perdida da vida.